

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

RAQUEL SZYMCZAK FACHIN

**O FÓRUM SOCIAL DO SACO GRANDE:
TRAJETÓRIA E DESAFIOS**


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

**DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO**

EM: 23/07/07

**FLORIANÓPOLIS,
2007/1**

RAQUEL SZYMCZAK FACHIN

**O FÓRUM SOCIAL DO SACO GRANDE:
TRAJÉTÓRIA E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Edaléa Maria Ribeiro

**FLORIANÓPOLIS,
2007/1**

RAQUEL SZYMCZAK FACHIN

**O FÓRUM SOCIAL DO SACO GRANDE:
TRAJETÓRIA E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

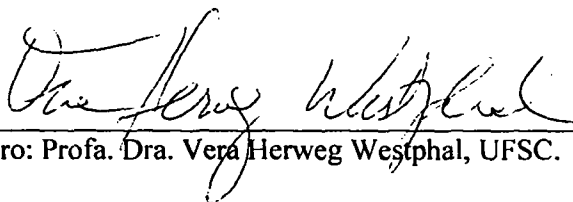
Área de concentração: Formação de Assistente Social

Aprovado em: 23 / 07 / 07

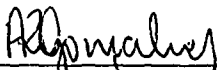
BANCA EXAMINADORA:



Presidente: Profa. Dra. Edaléa Maria Ribeiro – Orientadora, UFSC.



Membro: Profa. Dra. Vera Herweg Westphal, UFSC.



Membro: Assistente Social Aparecida Rocha Gonçalves – Presidente, CONJOP.

Aos meus pais,
Maria Szymczak e Deolindo Fachin,
pelo amor e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Aos meus pais pelo amor e por toda a paciência e compreensão.

A amiga Sandra por sua amizade, incentivo e por todos os momentos divididos ao longo da formação acadêmica. E as amigas Bianca, Débora e Mirella pelas conversas incentivadoras e momentos de descontração. A Cristhian Pablo por todo o incentivo ao longo desta trajetória.

As professoras Iliane Kohler por todo conhecimento e Edaléa Maria Ribeiro, orientadora e amiga... referência permanente. A professora Vera Herweg Westphal e a Assistente Social Aparecida Gonçalves por aceitarem o convite para participar da banca examinadora deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores do Departamento de Serviço Social por todo conhecimento dividido ao longo deste período de graduação.

A equipe do Instituto Carijós, em especial a Bióloga Débora, pela abertura do campo de estágio, e a Assistente Social Eleonora pela orientação e supervisão durante o período de estágio curricular obrigatório; e pelo aprendizado, apoio e compreensão ao longo deste trabalho.

Aos moradores do Complexo Saco Grande e aos participantes do Fórum Social do Saco Grande que participaram, direta ou indiretamente, e ajudaram a construir um processo de pesquisa e de construção de conhecimento. Em especial, aos colegas Hudson, Rosângela “Nina”, Rosilene e Tatiana do Conselho de Moradores do Saco Grande, por todo apoio e incentivo.

Aos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB / SC).

Enfim, a todos que, de alguma forma, contribuíram – direta ou indiretamente – para que esse trabalho se tornasse possível e real. Não sendo possível mencionar a todos, deixo aqui meu **muito obrigada!**

Raquel Szymczak Fachin

"Não é a história que usa o homem para realizar os seus fins; ao contrário [...] ela nada mais é do que a atividade do homem que persegue seus fins."

Karl Marx

FACHIN, Raquel Szymczak. **O Fórum Social do Saco Grande: trajetória e desafios**. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, “O Fórum Social do Saco Grande: trajetória e desafios”, trata do tema protagonismo da sociedade civil em espaços públicos de participação e controle social, procurando focar, para fins analíticos, o Fórum Social do Saco Grande. Partiu-se do entendimento de que os fóruns populares se caracterizam enquanto espaços públicos de participação e controle social, que respaldam na possibilidade de reinvenção da esfera e espaço público, através ações coletivas da sociedade civil organizada, que em meio as dificuldade vivenciadas não deixam de estar presentes diante do desafio da luta ao direito de acesso a cidade. A construção deste trabalho efetivou-se por meio da observação participante e pesquisas: bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa possibilitou o conhecimento da trajetória e dos desafios do Fórum Social do Saco Grande, bem como, a visão de sujeitos envolvidos com este processo. Evidenciou-se com este trabalho a importância de experiências como a do Fórum Social do Saco Grande que perpassam pela criação de espaços públicos de participação e controle social, no qual a sociedade civil parte de questões emergenciais e cotidianas para a luta do direito de acesso a cidade. E no campo profissional é preciso, portanto, avançar rumo a experiências que criem espaços de participação e controle social públicos de fato. Experiências estas, que recuperem as energias criativas, coletivas e políticas destes segmentos da sociedade civil sob a ótica de uma nova institucionalização “por baixo” e por estes sujeitos históricos.

Palavras chaves: fóruns populares, espaço público, participação e controle social.

LISTA DE SIGLAS

ACIC	Associação Catarinense de Integração ao Cego
ACOLJOGOC	Associação Comunitária do Loteamento João Gonzaga da Costa
AMPAF	Associação de Moradores do Parque da Figueira
AMSOL	Associação de Moradores do Sol Nascente
AMVIC	Associação de Moradores da Vila Cachoeira
APP	Associação de Pais e Professores
APROCOM	Associação Pró-Comunidade do Monte Verde
APROCRUZ	Associação Pró-Comunidade do Caminho da Cruz
AUMBA	Associação dos Usuários da Água do Morro do Balão
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BHSG	Bacia Hidrográfica do Saco Grande
BNH	Banco Nacional de Habitação
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CF/88	Constituição Federal de 1988
CHA	Conjunto Habitacional Abrão
CHMV	Conjunto Habitacional Monte Verde
CHPF	Conjunto Habitacional Parque da Figueira
CHVC	Conjunto Habitacional Vila Cachoeira
CLS	Conselho Local de Saúde
CMF	Câmara Municipal de Florianópolis
CMMV	Conselho de Moradores do Monte Verde
CMS	Conselho Municipal de Saúde
COHAB/SC	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
COMCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
COMOSG	Conselho de Moradores do Saco Grande II
CONJOP	Conselho Comunitário do Bairro João Paulo
DER/SC	Departamento de estradas de Rodagem de Santa Catarina
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil

ESEC - Carijós	Estação de Conservação Ecológica de Carijós
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FC	Fórum da Cidade
FMMC	Fórum do Maciço do Morro da Cruz
FSSG	Fórum Social do Saco Grande
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
LOA - 2007	Lei Orçamentária Anual - 2007
ONG	Organização Não-Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil e Interesse Público
MIPC	Movimento Independente Pró-Coqueiros
NESSOP	Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular
PDP	Plano Diretor Participativo
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
SEEDE	Seara Espírita Entrepasto da Fé
SENAI / CTAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial / Centro de Tecnologia em Automação e Informática
SEPLAN	Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMO	Secretaria Municipal de Obras
SMHSA	Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
TAJ	Termo de Acordo Judicial
UFECO	União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULS	Unidade Local de Saúde

ZEIS

Zona de Especial de Interesse Social

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente por sexo.....	50
Tabela 2 – População residente por sexo e grupo de idade.....	50
Tabela 3 – Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por tipo do domicílio.....	51
Tabela 4 – Domicílios particulares permanentes por número de moradores.....	52
Tabela 5 – Média de moradores por domicílio.....	52
Tabela 6 – Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por sexo e grupos de idade.....	52
Tabela 7 – Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo.....	53
Tabela 8 – Pessoas responsáveis pelos domicílios permanentes por sexo e classes de rendimento nominal mensal.....	54
Tabela 9 – Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por abastecimento de água.....	55
Tabela 10 – Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário.....	56
Tabela 11 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por número de banheiros.....	57
Tabela 12 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por destino de lixo.....	58
Tabela 13 – Listas de presenças do período 2005.2.....	67
Tabela 14 – Listas de presenças do período 2006.1.....	73
Tabela 15 – Listas de presenças do período 2006.2.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	17
1.1. Sociedade Civil e Espaço Público em tempos de redemocratização	24
<i>1.1.1. O Contexto catarinense e florianopolitano.....</i>	<i>26</i>
2. O Complexo Saco Grande em relação à cidade	33
2.1. As distintas formas de organização presentes no Complexo Saco Grande	59
3. FÓRUM SOCIAL DO SACO GRANDE: TRAJETÓRIA E DESAFIOS	64
3.1. A trajetória do Fórum Social do Saco Grande nos anos 2005 e 2006	66
<i>3.1.2. O ano de 2005</i>	<i>66</i>
<i>3.1.2. O primeiro semestre de 2006</i>	<i>73</i>
<i>3.1.3. Segundo semestre de 2006</i>	<i>78</i>
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXOS	95
Anexo A Lei nº. 3306/89	96
Anexo B Lei nº. 2146/84	97
Anexo C Lei nº. 5132/97	98
Anexo D Lei nº. 3417/90	99
Anexo E Lei nº. 5013/96	100
Anexo F Lei nº. 6681/2005.....	101
Anexo G Lei nº. 4472/94	102
Anexo H Lei nº. 1606/78.....	103
Anexo I Lei nº. 6529/2004.....	104
Anexo J Lei nº. 6389/2003	105
Anexo K Lei nº. 4873/96.....	106
Anexo L Lei nº. 3695/92	107
Anexo M Documento entregue na Audiência Pública (LOA - 2007).....	108

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “O Fórum Social do Saco Grande: trajetória e desafios”, procura através do registro desta experiência contribuir para a compreensão acerca dos espaços públicos de participação e controle social, que vem sendo construídos a duras penas pelos setores progressistas da sociedade civil. Tem como referência a trajetória do Fórum Social do Saco Grande, doravante FSSG, no período de setembro de 2005 a dezembro de 2006.

Entendemos neste trabalho por espaço público o espaço político fora da estrutura formal do Estado, sem legalidade jurídica, mas ainda sim uma instância legítima de representação de interesses, no qual os sujeitos coletivos têm a autonomia e a liberdade de efetivar suas práticas de luta por uma participação cidadã nos processos de controle das políticas públicas.

A idéia de desenvolver a pesquisa documental, com uma abordagem descritiva da trajetória do FSSG, justifica-se pela necessidade do registro da trajetória de lutas que perpassa pela reinvenção do espaço público. Tem como referência dois anos de acompanhamento das atividades político-organizativas do Complexo Saco Grande.

A pesquisa possibilitou o conhecimento da trajetória e dos desafios do FSSG, bem como, a visão de sujeitos envolvidos com este processo. A construção deste trabalho efetivou-se, pois, por meio da observação participante e pesquisas: bibliográfica, documental e empírica.

A observação participante se deu ao longo do acompanhamento das reuniões do FSSG, no segundo semestre de 2005 e primeiro semestre de 2006, enquanto monitora da disciplina Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselho de Direitos/DSS5135, e posteriormente, no segundo semestre de 2006, estágio curricular obrigatório através Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza. Esta experiência contou com o projeto de intervenção intitulado “Projeto de Assessoria ao Fórum Social do Saco Grande (FSSG)”, objetivando assessorar e sistematizar as ações do Serviço Social em relação ao FSSG.

A pesquisa bibliográfica buscou resgatar a compreensão sobre sociedade civil, espaço público, esfera pública, controle e participação social em livros, revistas, monografias, dissertações e teses de doutorado, bem como sobre o contexto catarinense e florianopolitano.

A pesquisa documental baseou-se na Memória de Reuniões do FSSG no período de 22 de setembro de 2005 a 12 de dezembro de 2006. Contudo, ao longo da pesquisa

compreendemos a necessidade de contextualizar o Complexo Saco Grande em relação à cidade (Florianópolis / SC), para estabelecer uma melhor compreensão da realidade na qual se insere o FSSG. Para tanto optamos pela busca de dados em dissertações e teses de doutorados e a estendemos aos arquivos do Conselho de Moradores do Saco Grande (COMOSG); Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB / SC); Câmara Municipal de Florianópolis (CMF); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e relatórios finais das disciplinas DSS5135 / 5166 elaborados pelos acadêmicos das respectivas disciplinas ao longo dos anos de 2005 e 2006.

Na pesquisa empírica, optamos em realizar entrevistas não-dirigidas com representantes de entidades locais, participantes do FSSG e atuantes no Complexo Saco Grande, sendo escolhidas 3 Associações e Conselhos de Moradores e 3 Organizações Não-Governamentais (ONG's) e Organizações Comunitárias. A entrevista foi dividida em dois eixos: o primeiro tratava do perfil do entrevistado e o segundo da trajetória do FSSG. Para tanto, usamos como ferramenta norteadora para os estudos Silva, Wanderley e Paz (2006), em seu livro intitulado "Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo". Contamos com a participação de quatro entidades, totalizando seis entrevistados, dos quais incorporamos suas questões e seus posicionamentos ao terceiro capítulo, no qual analisamos o FSSG.

Sendo assim, este trabalho foi organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo contextualiza o espaço público na ampliação da participação e do controle social. Ali apontamos nosso entendimento sobre os conceitos de sociedade civil, esfera pública, espaço público, participação, controle social e fóruns populares. Apresentamos uma breve contextualização da sociedade civil nos níveis brasileiro, catarinense e florianopolitano em tempos de redemocratização e em tempos mais recentes com as formas de organização da sociedade civil, os fóruns populares presentes na realidade de Florianópolis.

O segundo capítulo traz uma contextualização do Complexo Saco Grande em relação à cidade de Florianópolis, destacando os reflexos da urbanização ocorrida nas últimas décadas na região do Complexo Saco Grande, seguido por uma breve apresentação das distintas formas de organização da sociedade civil presentes no Complexo Saco Grande.

O terceiro capítulo apresenta a análise da trajetória do FSSG entre os anos 2005 e 2006, dividido em três períodos, com as respectivas presenças de ONG's, Conselhos e Associações de Moradores e outros, sendo que o semestre 2005.2 compreende os meses de setembro a dezembro de 2005; 2006.1 de fevereiro a junho de 2006; e 2006.2 de julho a dezembro de 2006.

A guisa das considerações finais ressaltamos a importância de experiências como a do FSSG que perpassam pela criação de espaços públicos de participação e controle social, no qual a sociedade civil parte de questões emergenciais e cotidianas para a luta do direito de acesso a cidade. E apresentamos a participação e desafios postos ao Serviço Social.

1. O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL EM ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Pensar a trajetória dos fóruns populares e a sua contribuição enquanto espaços públicos somente torna-se possível por meio da compreensão dos conceitos de espaço público e esfera pública, conceitos profundamente ligados à compreensão de sociedade civil. Para tanto, é necessário definir o que entendemos neste trabalho por sociedade civil.

Apesar das diferenças nos pensamentos de autores clássicos como Hobbes, Locke, Kant, Rousseau, todos partem da mesma dicotomia: Estado de Natureza x Estado de Sociedade, para explicar o surgimento da sociedade atual. Desta forma para a doutrina jusnaturalista a “sociedade civil aqui se opõe a sociedade natural, [...] é um estado regido por normas as quais todos devem se submeter voluntariamente e no qual existem determinadas instituições encarregadas de velar pelo seu cumprimento” (TONET, 1990, p.76).

Já em tempos mais recentes, no início da industrialização (século XIX), Hegel apresenta o conceito de sociedade civil como um lugar que substitui a família como espaço de contentamento de necessidades. Sob este contexto é o “Estado que funda a sociedade civil, porém como uma sociedade política, regida pelo princípio da universalidade” (TONET, 1990, p.77). Já para Marx, as condições materiais de existência recebem o nome de sociedade civil, de modo que “a sociedade civil abrange todo intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas” (MARX, 1986, p.53 apud TONET, 1990, p.77). Tanto Hegel quanto Marx concebem a sociedade civil como separada do Estado e determinada pelas relações econômicas.

Na metade do século XIX, depara-se com a vertente liberal, a qual afirma que,

à semelhança de Rousseau o conceito atual de sociedade civil expressa o momento em que os indivíduos são cidadãos, isto é, sujeito de direitos, anteriores ao Estado, a quem cabe, enquanto governo, apenas ser a expressão da vontade geral. Quando, em sociedades como a nossa, o Estado está divorciado dos interesses gerais da nação tende a haver freqüentes curto circuitos e uma permanente instabilidade social. Frente a isso não cabe outra alternativa aos cidadãos senão se organizar contra [uma determinada forma de] Estado, para lutar pela instituição de uma sociedade plenamente democrática. Restituindo ao Estado o seu verdadeiro papel de guardião dos interesses gerais. (TONET, 1990, p.84-5).

Este conceito já fora desmistificado por Marx, em 1844, no artigo *Glosas críticas marginais*, quando expõe que a sociedade civil é o solo gerador do todo social, de natureza contraditória e que por sua vez, o Estado fundamenta-se nestas contradições, sendo assim seu papel é de apenas administrá-las. “No interior dessas relações entre sociedade civil e Estado, o único horizonte possível é o aperfeiçoamento da escravidão, jamais a sua eliminação” (TONET, 1990, p.88).

Tonet (1990) apresenta ainda o conceito de sociedade civil presente na vertente socialista, também do século XIX, vertente esta que apresenta afinidades com o conceito anterior ao entender o conceito de sociedade civil como o conjunto dos cidadãos, sujeitos de direito, contrapostos ao Estado. Afinidade expressa, ainda, quando entende a democracia política como o objetivo da sociedade civil, como forma de reivindicar ao Estado o exercício dos direitos sociais e como instrumento para alterações econômicas. E uma terceira afinidade ao conceito liberal

está em que esse conceito também desarticula as relações mais essenciais da realidade social. Ao contrapor cidadãos [...] obscurece o fato de que esses, [...] antes de serem cidadãos participam de uma esfera muito mais decisiva, que determina a forma de sua cidadania. E é nessa esfera que estão às raízes dos problemas sociais (TONET, 1990, p.92).

No início século XX, será Gramsci quem apresentará elementos básicos para compreensão atual da sociedade civil, compreendida “como portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1989, p.73).

Contudo, a expressão sociedade civil disseminou-se largamente na sociedade contemporânea em fins do século XX. O uso desta expressão no Brasil coincide com o final da ditadura militar, quando vários segmentos reprimidos pelo Estado, passam a se organizar e lutar por seus direitos. Ao longo das décadas que seguiram, a expressão sofreu alterações devido a fenômenos como “a crise do Estado, da política e da democracia representativa, junto à diferenciação social” (NOGUEIRA, 2003, p.218).

A densidade e impacto da expressão sociedade civil deriva da complexidade da sociedade capitalista e é tido como um primeiro elemento do mundo globalizado e integrado economicamente; no entanto, a globalização surge como uma força fragmentadora que, ao enfraquecer o Estado e empoderar a sociedade civil na tarefa de substituí-lo, tem como consequência a sua fragmentação, pois, ao mesmo tempo em que se percebe a expansão de

suas ações e movimentos torna-se evidente a sua perda de coesão, não mais ocupando um espaço de unificação e agregação. “A fragmentação da sociedade civil fragiliza as bases de contestação, bloqueia a democracia e incentiva a improdutividade dos governos” (NOGUEIRA, 2003, p.218).

Telles (1994b, p.47) argumenta que as alternativas diante destas profundas alterações

passam pela invenção, negociação e pactuação de novas regras, parâmetros e limites que garantam direitos fundamentais e abram a difícil equação entre economia e equidade. E isto depende de espaços públicos de representação e negociação, nos quais os direitos possam se firmar como medida de gerenciamento dos conflitos e como parâmetros no reordenamento da vida econômica (e da vida social de uma maneira mais geral).

Nogueira (2003, p.215) em seu artigo *As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização* analisa a existência de uma polêmica em relação ao conceito de sociedade civil, o que para o autor, “não deveria gerar mais que um esforço de aprofundamento”. Sob esta perspectiva, na tentativa de construir referências para se pensar a compreensão da sociedade civil neste início de século XXI, lança três idéias de sociedade civil: sociedade civil liberal, sociedade civil social e sociedade civil democrático-radical.

A sociedade civil liberal, para o autor, é pautada no ideário neoliberal, expõe que o Estado deve regular apenas as relações econômicas, ausentando-se da regulação das relações sociais, sendo este papel repassado a sociedade. Enfim, “na sociedade civil liberal o mercado comanda, a luta social se faz em termos competitivos e radicalmente privados, sem maiores interferências públicas ou estatais” (NOGUEIRA, 2003, p.224).

A sociedade civil social entende o Estado como a instituição que vai gerenciar as relações das pessoas e do mercado, contudo, para essa parcela não é importante assumir ou destituir o Estado, mas estar acima dele – controlando-o para que desenvolva um papel mínimo. Segundo Nogueira (2003, p.225), a política está presente e tem lugar de destaque, mas nem sempre comanda, sendo que muitas vezes a luta social exclui a luta institucional e com ela se choca, impossibilitando ou dificultando o delineamento e a viabilização de estratégias de poder e hegemonia.

Já a concepção de sociedade civil democrático-radical é o espaço em que a sociedade civil agrega-se à sociedade política para formar o Estado ampliado; entende que o fazer política faz parte da sociedade civil e que, por sua vez, a sociedade política existe para representar a força das reivindicações. Sendo assim, procura controlar o Estado por dentro, como parte essencial dele. Para Nogueira (2003, p.223), neste caso,

a política comanda; luta social e luta institucional caminham abraçadas, articulando-se a partir de uma estratégia de poder e hegemonia. A famosa fórmula gramsciana é, aqui, eloquente: SP + SC = Estado, quer dizer, na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil.

Conforme o mesmo autor, é importante ressaltar que as três idéias de sociedade civil acima apresentadas convivem entre si no mundo contemporâneo, em muitos momentos confundindo-se e interpenetrando-se. A idéia de sociedade civil aqui adotada refere-se a democrático-radical, a que deriva do conceito de sociedade civil em Gramsci, entendida como

uma realidade complexa, heterogênea, composta por sujeitos coletivos, com práticas e interesses divergentes, logo um espaço de luta política, um espaço de conflito não de consenso, onde diferentes visões de sociedade ligadas a diferentes classes sociais disputam o controle ideológico da sociedade, condição necessária para o controle das estruturas econômicas da sociedade (RIBEIRO, 2006, em prelo)¹.

Considerando esta compreensão de sociedade civil coloca-se como fundamental esclarecer os termos *esfera pública* e *espaço público*, visto que, segundo Gohn (2002, p.04 apud BIDARRA, 2006, p.49-50)

a atual conjuntura política exige o esforço analítico para o estabelecimento das diferenças conceituais para o espaço público e para a esfera pública, posto que a constituição da esfera pública resultou dos confrontos que os espaços de gestão das políticas públicas fossem alargados, ampliados, pela inclusão e participação de novos atores sociais.

Bidarra, parafraseando Teixeira (2002 apud BIDARRA, 2006, p. 51), reconhece que o espaço público e a esfera pública

possuem, fundamentalmente, as mesmas características, isto é, a visibilidade, a transparência, o reconhecimento das diferenças e das posições dos desiguais, o compartilhamento da interlocução, da negociação e da deliberação, a reciprocidade, a preservação do exercício da autonomia, a partilha do controle político e da gestão administrativa (o controle social). Assim, ante a tantas semelhanças, não é fácil convencer-se de que se trata de foros diferenciados porque os objetivos e metas da ação política têm o mesmo destinatário.

¹ RIBEIRO, E. M. (2006) A emergência de uma sociedade civil no Brasil nos anos 90 e entrada do novo milênio IN: **Revista Grifos**. Chapecó: Argos (em prelo).

A esfera pública no Brasil foi redefinida a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), quando foram promulgados os instrumentos publicizadores da formulação e gestão de políticas públicas, ou seja, foram abertos caminhos democráticos para ampliação da participação cidadã.

A concepção de esfera pública trata de uma esfera de natureza diferenciada do espaço estatal, e “baseia-se na idéia de que sua constituição é parte integrante do processo de democratização, pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expresso fundamentalmente pela inscrição dos interesses das maiorias nos processos de decisão política” (RAICHELIS, 1998, p.25-6), de forma que a retomada da noção de esfera pública surge “para designar espaços de interação entre sociedade civil organizada e os gestores públicos instituídos pelo poder. Portanto, a esfera pública tem como cenário uma relação necessária com os poderes constituídos” (GOHN, 2002, p.6-10 apud BIDARRA, 2006, p.50).

Já o espaço público é o espaço político fora da estrutura formal do Estado, sem legalidade jurídica, mas ainda assim uma instância legítima de representação de interesses, no qual os sujeitos coletivos têm a autonomia e a liberdade de efetivar suas práticas de luta por uma participação cidadã nos processos de controle das políticas públicas. Telles (1990, p.90 *apud* CASTRO, 1999, p.12) afirma que o espaço público se determina enquanto “comunidade politicamente organizada” e é derivado da forma como a sociedade se impõe com suas normas e seus critérios. Para Gohn (2002, p.9 apud BIDARRA, 2006, p. 50) os espaços públicos

situam-se na sociedade civil – nos fóruns de entidades, nas redes de movimentos sociais, nas plataformas de propostas e projetos de setores organizados da sociedade civil para fins de debates, demandas e proposições de coletivos desta mesma sociedade civil. Este espaço é uma arena de liberdade do cidadão para expressar, organizar e sistematizar suas demandas, reivindicações, projetos, ações coletivas. Ele envolve um grau de autonomia relativa [...], o que de fato irá caracterizar o grau de liberdade e de autonomia dos grupos organizados é o exercício efetivo de suas práticas, os seus valores, projetos político-culturais e, fundamentalmente, a natureza das redes as quais estão associados.

A noção de espaço público, para Castro (1999, p.16), passa a ser

redefinida pelos sujeitos coletivos, através da construção de novos espaços derivados da luta de movimentos organizados da sociedade civil [...] de forma que a efetiva atuação dos sujeitos coletivos pode elevar o atual modelo de espaço público ao espaço da cidadania sendo do aparecimento e da visibilidade.

É preciso ter claro, pois, que os conceitos de esfera pública e espaço público tratam de foros diferenciados, apesar das semelhanças. Para tanto, Teixeira (2001, p.20) elucida que:

no espaço público (fóruns, redes, plataformas) tematizam-se questões de interesse geral, realizam-se negociações, formulam-se proposições de políticas e pode-se exercer o controle social dos atos e decisões do poder político, auto-organizados, são efetivos espaços de integração entre atores da sociedade civil, diversamente da esfera pública. Nesta, fenômeno recorrente em vários países em processo de democratização, os debates e as negociações entre atores vinculam-se a estrutura do Estado (Conselhos), com representação da sociedade civil, em alguns países com caráter decisório e, noutros, consultivo. Tal diferenciação condiciona a forma de conceber a participação cidadã, no que diz respeito a seu caráter decisório e de influência e, ainda ao de superação da contradição entre representação e participação.

É importante ressaltar que a distinção entre ambos os conceitos está intrinsecamente ligada às estratégias políticas, tanto do campo governamental quanto da sociedade civil, comprometidas com a efetivação dos processos democráticos na sociedade brasileira (TEIXEIRA, 2001).

Sendo assim, entendemos que espaços públicos são vias legitimadas de alcance da sociedade civil em relação à participação e controle social da formulação e gestão de políticas públicas e, também, um espaço onde se sustentam estratégias políticas de coletivos para o alcance dos poderes instituídos.

No entanto, há desafios quanto à incorporação destes espaços tanto no campo governamental quanto no da sociedade civil, tais como enuncia Raichelis (1998, p.35)

no campo governamental, uma das principais dificuldades relaciona-se às resistências para que as definições das políticas públicas sejam abertas à participação e ao controle social, retirando-as das mãos da burocracia estatal para permitir a penetração da sociedade civil. No da sociedade civil, o reconhecimento da heterogeneidade dos atores e das concepções, práticas e experiências acumuladas e geradoras de múltiplos interesses e demandas, nem sempre convergentes, desafia o estabelecimento da agenda comum que deve orientar ações e decisões coletivas.

Segundo Martini, Fachin e Ribeiro (2007) para a viabilização do espaço público e da esfera pública como espaços legitimados pela sociedade para participação e controle social chamamos a atenção para a necessidade de haver uma articulação entre os mesmos, de tal forma que haja discussões integradas entre estes espaços, contribuindo para alargar a visão destes sujeitos coletivos e visando a elaboração de soluções integradas para as demandas dos muitos sujeitos com vistas à transformação social, local e mais ampla.

Sendo os espaços públicos e esferas públicas um *locus* privilegiado de participação e controle social, surge à necessidade de conceituarmos também o que se entende por participação e controle. Para tanto, partimos do entendimento da “participação como exercício da cidadania ativa” (TEIXEIRA, 2002, p.30), base para a efetivação do controle social.

No Brasil, os canais de participação e controle social, entre Estado e sociedade civil, foram estabelecidos ao longo do processo de redemocratização. Isto tornou possível o surgimento de novas formas de participação, “mais ampla, inclusive de conteúdo mais contestador, formando-se uma nova cultura política em que se valorizam a ação coletiva, a construção de identidades, a criação e efetivação de direitos, o enfrentamento de problemas cotidianos” (TEIXEIRA, 2002, p.28), em distintos foros do espaço público e esfera pública, tal como Fóruns Populares e Conselhos.

Desta forma, o conceito de participação leva a presumir uma relação em que sujeitos coletivos podem fazer “valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações” (TEIXEIRA, 2002, p.26). Segundo Bravo (2001, p.44)

a participação é concebida como a gestão nas políticas através do planejamento e fiscalização pela sociedade civil organizada. Ou seja, a interferência política das entidades da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do estado pela elaboração e gestão de políticas públicas na área social, visando o controle social.

A partir do exposto, será utilizada neste trabalho a concepção de participação democrático-radical (GOHN, 2001), que conforme Martini, Fachin e Ribeiro (2007), objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de uma nova realidade social, com caráter plural; diretamente vinculada à cidadania. Para tanto, Telles (1994a, p.52) coloca a necessidade de “requalificar a participação popular nos termos de uma participação cidadã que interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem política regida pelos critérios da equidade e justiça”.

Já em relação ao controle, este pode ser abordado sob diferentes perspectivas, “uma relacionada ao controle que o Estado exerce sobre os cidadãos; outra que diz respeito ao controle que os cidadãos exercem sobre o Estado [noção de Estado ampliado gramsciano]” (CAMPOS, 2006, p.103). Aplicamos neste trabalho a segunda perspectiva, na qual o controle social assume o sentido inscrito na CF/88, “de participação da população no sentido de

elaborar, implementar e fiscalizar as políticas sociais” (BRAVO, 2006, p.83). Segundo Souza (2004 apud MARTINI, FACHIN e RIBEIRO, 2007)

a concepção atual de controle social está intimamente relacionada com a concepção de participação, legitimada pela Constituição. Essa concepção, não é apenas uma luta legal por um direito adquirido; trata-se de uma forma de potencializar a criatividade da sociedade na elaboração das políticas públicas, visto que é ela quem, em contato com os serviços prestados, [...] percebe a efetividade ou não das suas políticas.

A partir da abertura e democratização do país, promulgada a CF/88, denominada como a “Constituição Cidadã”, consolidaram-se os mecanismos para participação e controle da sociedade civil nas políticas públicas: Conselhos Gestores, Conselhos de Direitos e Conferências Setoriais (CORREIA, 2005). Importante salientar que também são mecanismos de controle social, previstos em lei e regulamentados (CORREIA, 2005, p. 70-71), Ministério Público; Comissão do Congresso Nacional; das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; Tribunal de Contas; e Corregedoria-Geral da União, dentre outros.

Concomitante ao exposto, entendemos que os fóruns populares se caracterizam enquanto espaços públicos de participação e controle social, que respaldam a possibilidade de “conquista do espaço público e descoberta do sentido da ação coletiva na sua capacidade de alterar o ‘já dado’ e descortinar horizontes possíveis” (TELLES, 1994b, p. 44), que em meio às dificuldades vivenciadas, não deixam de estar presentes diante dos desafios da “reinvenção e uso das leis da cidade” (TELLES, 1994b, p.49). Assim, para que se possa entender o protagonismo do FSSG, objeto deste estudo, na luta pelo direito ao acesso à cidade, explicita-se primeiramente como se deu a dinâmica sociedade civil – espaços públicos em tempos recentes.

1.1. Sociedade Civil e Espaço Público em tempos de redemocratização

Frente à crise social do Estado brasileiro, aprofundada na década de 1980, fruto dos períodos de distensão e abertura política conjuntamente ao processo de transição econômica, expandem-se os programas neoliberais

aos países periféricos, geralmente via programas de estabilização e ajuste estrutural determinados pelo [Fundo Monetário Internacional] FMI e pelo Banco Mundial, como condição para liberação de empréstimos e negociações de dívidas dos países de Terceiro Mundo (RIBEIRO, 2005, p.82).

É neste cenário que a CF/88 é promulgada. Esta incorporou, sob forma de direitos sociais, as demandas sociais e históricas de sujeitos coletivos, processo que consubstanciou a redefinição das relações entre Estado e sociedade civil sob aparatos que garantem a disseminação da demanda participativa, ou seja, “da definição de mecanismos de transferência de parcelas de poder do Estado para a sociedade civil” (RAICHELIS, 1998, p.34). Segundo Castro (1999, p.20) a CF/88 é, ao mesmo tempo, resultado e marco de processos políticos desencadeadores de uma redefinição da esfera e espaço públicos.

A partir dos anos 1990 a trajetória impulsionada pela elaboração da CF/88 é freada pela política neoliberal, em um processo de contramão da construção dos direitos, de redistribuição de riqueza e restrição aos espaços de participação e controle social. Há um aumento nos índices de desemprego e pobreza, principalmente, quando ficam mais claros os contornos da flexibilização da economia, o que repercute na precarização das condições de trabalho. Não se pode deixar de citar, também, como temas do período, o agravamento da concentração de renda e o “êxodo rural, entrelaçado a reforma agrária” (RIBEIRO, 2005, p.85).

O ideário neoliberal é assumido a partir do governo Collor (1990-92), como resposta a crise econômica, as mudanças no cenário econômico do país prosseguem no governo Itamar Franco (1992-94) e são aprofundadas nas duas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que assume a ótica fiscal como estratégia para a Reforma do Estado. Esse período é marcado pela “redução do Estado e da sua efetiva responsabilidade com a esfera pública [que] se materializa em três itens: descentralização, focalização e privatização”, como afirmam Simionato e Nogueira (2001, p.150 apud RIBEIRO, 2005, p.87).

É fato que este contexto restringiu os espaços de participação e controle social do Estado pela sociedade. No entanto, parafraseando Ribeiro (2005, p.87), este período também foi marcado por lutas que grupos sociais desenvolveram para o reconhecimento de suas demandas específicas em uma conjuntura de veras singular. Segundo Cardoso (2006, p.37), de fato são muitas as experiências que mostram a formação de uma sociedade civil ativa, que cria espaços para a legitimação dos seus conflitos.

Para Ribeiro (2005, p.87), a década de 1990 traz à cena um novo contexto social, econômico e político, marcado por mudanças nas formas de participação e controle social dos espaços públicos. São experiências deste período os orçamentos participativos, os conselhos de direito e fóruns populares. Em tempos mais recentes, já no século XXI, fruto do Movimento Nacional da Reforma Urbana entra na cena brasileira a experiência do Plano

Diretor Participativo (PDP), que tem como eixo central, o Decreto Lei 10.257, de julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade. Apesar do seu pouco tempo de existência, já acumula uma trajetória indispensável de ser citada no contexto atual de participação e controle social.

Nos dias atuais vivemos o reflexo deste contexto, no qual a sociedade civil busca por experiências de ampliação e democratização da esfera e de espaços públicos “trazendo à tona questões antes não visualizadas pela opinião pública e podem legitimar-se e serem reconhecidos pela sociedade” (CARDOSO, 2006, p.45). Sendo assim, cabe neste momento apresentar o contexto catarinense e florianopolitano, no qual a sociedade civil delinea a dinâmica dos espaços públicos, tendo como questão central a luta pelo direito à cidade.

1.1.1. O Contexto catarinense e florianopolitano

O período de redemocratização, em Santa Catarina, foi marcado por um novo modo de fazer política frente o surgimento de esferas e espaços públicos com vistas à legitimação da participação e do controle social. O Estado catarinense, entendido por Ribeiro (2005, p.88) como “um Estado complexo e multifacetado, com agentes e interesses diversos, onde as relações de poder encontram-se profundamente imbricadas com as estruturas econômicas, políticas e sociais”, viu neste momento uma mudança nas forças sociais que se fizeram presentes na esfera e no espaço público, assinalando alterações na correlação de forças.

Os anos 1980 são marcados pelo reaparecimento do movimento estudantil no episódio da novembrada; também o novo sindicalismo é fortemente presente no período, marcado pelo surgimento do Movimento de Oposição Bancária em Florianópolis, que defendia “uma postura mais reivindicativa e de contestação” (RIBEIRO, 2005, p.97), postura esta também reivindicada pelo sindicato dos eletricitários, em 1987. Em Criciúma, esta mudança de perspectiva ocorre na metade da década de 1980, no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração do Carvão de Criciúma, passando a ter uma postura mais combativa e autônoma. Já em Blumenau, em 1989, pela primeira vez uma chapa de oposição vence no maior sindicato da região. É importante ressaltar que “1989 é um ano de referência para o sindicalismo brasileiro, bem como para os trabalhadores têxteis de Blumenau e região, por causa da greve geral dos dias 14 e 15 de março” (RIBEIRO, 2005, p.98).

É ainda neste período que se percebe uma maior articulação no Movimento de Bairro, com forte influência de setores progressistas da Igreja, com exceção de Criciúma, que sofre

influência do movimento dos mineiros, tornando-se a partir deste momento “uma constante no cenário público local destas cidades, *lócus* fundamental de construção de cidadania, em que pesem seus encontros e desencontros, suas ambigüidades” (RIBEIRO, 2005, p.99).

Surgem ainda os movimentos sociais de cunho ambientalista, feminista, étnico, entre outros. Já em relação aos movimentos rurais, podemos citar o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 1979, os Movimentos de Oposição Sindical e o Movimento dos Sem Terra (MST) em 1985.

Os movimentos sociais anteriormente aqui destacados ao se manifestarem na cena catarinense utilizam-se do espaço público com “a convicção da necessidade progressiva de criação de novos canais [de interlocução e publicização] que possibilitem a expressão e o reconhecimento das demandas populares” (DURIGUETTO, 2005, p.92). Realidade esta que também se manifesta no cotidiano de Florianópolis.

Para se compreender como a dinâmica da redemocratização atingiu a capital de Santa Catarina, Florianópolis, assinala-se o surgimento de formas organizativas a partir dos anos 1980, quando começam a ser criados Conselhos Comunitários² de oposição e Associações de Moradores mediados pela ala progressista da Igreja Católica, prosseguido pelo movimento de unificação das lutas urbanas, “que passa a reivindicar espaço para a participação nas decisões da esfera pública e lutar pela regulamentação das terras urbanas, ocupadas pelas populações carentes” (SCHERER-WARREN, 1999, p.39). Em relação ao período pré-constituente, há um aumento significativo das associações de moradores. É neste contexto que parte destas associações optam pela criação da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), passando a se projetar no cenário público da cidade.

A década de 1990 apresentou um novo contexto frente à materialização do projeto neoliberal; muitos movimentos sentindo os efeitos das políticas adotadas por Collor e

² A política de ação do Governo do Estado, cria, através de decreto, o Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e Funcionamento de Conselhos Comunitários, caracterizados como “organismos destinados a coadjuvar o Poder Público na execução de tarefas de natureza sócio-cultural, visando à integração e o desenvolvimento da comunidade”. Assim se expressa o artigo 1º do decreto nº. 2.840 de 16 de junho de 1977 de autoria do então Governador Konder Reis (MACHADO, 1990, p.34). Desta mesma forma, este decreto, prevê também as condições desta participação, [...] em alguns de seus artigos havia um controle das regras de funcionamento e dos nomes eleitos pela comunidade. [...] Podemos perceber neste mecanismo de controle um reflexo do momento político brasileiro, baseado no slogan “liberdade com controle”, característico de política de distensão Geisel (MACHADO, 1990, p.59). Este Programa foi implementado pela Supervisão de Ação Comunitária (SAC) que a partir de 1979 passou a chamar-se Fundação Catarinense de Desenvolvimento (FUCADESC). O Programa resultou de um projeto mais amplo, denominado II Plano Nacional do Desenvolvimento, que em 1975 criou, através do decreto lei nº. 75.922, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (MOMBELLI, 1989 *apud* SCHERER-WARREN, 1996, p.17). A partir da década de 1980, com o processo de abertura política, surgem as Associações de Moradores, com um perfil diferenciado do Conselho de Moradores, pois, estas organizações “optam pela autonomia como forma de relacionamento com o Estado” (FANTIN, 1995 *apud* SCHERER-WARREN, 1996, p.17).

postergadas pelos governos subsequentes tiveram nas suas agendas de luta uma leitura conjuntural, visto que o momento exigia novas estratégias, uma mudança no caráter das ações coletivas frente aos novos desafios e necessidades postas, buscando ações de dimensão também propositivas e não apenas de protesto, de elaboração de políticas que pudessem superar a essa nova condição. Segundo Scherer-Warren (1999, p.42), na década de 1990, organizações e movimentos sociais locais se orientam para uma ampliação da participação na esfera pública para a conquista de novos direitos e garantias dos já instituídos a partir da CF/88.

No campo do sindicalismo, surge uma nova vertente auto denominada sindicato cidadão, que passam a se articular com ONG's locais e outras entidades civis; o movimento de mulheres se institucionaliza; o movimento estudantil perde parte de sua legitimidade por optar pela via mais partidária. Por outro lado o movimento negro denota um crescimento no período estendendo suas redes de articulação. Por ocasião da Rio / 92 ou ECO / 92 e posterior instalação do Fórum da Agenda 21 no município, a questão ambientalista teve bastante visibilidade local (RIBEIRO, 2005).

Em relação ao movimento comunitário, evidenciamos uma maior participação na esfera pública. Há a abertura para a experiência participativa na gestão municipal Grando (1993-96), com o orçamento participativo, que “abriu a possibilidade de construção de novas relações com o poder municipal” (CARDOSO, 2006, p.26). Entretanto, mesmo mediante a abertura para o diálogo da sociedade civil com o Poder Público, perceberam-se dificuldades em relação à ausência de um “espaço articulador municipal das lutas da sociedade civil” (CARDOSO, 2006, p.27).

Foi também no governo Grando “que houve um despertar para a mobilização da sociedade civil para as discussões sobre a elaboração e a participação popular na elaboração do Plano Diretor do Distrito Sede, que estava sendo elaborado pelo [Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis] IPUF” (CARDOSO, 2006, p.31). Sendo que é a partir de 1996 que o Movimento pela Participação Pública no Plano Diretor começa a direcionar suas ações na conscientização e na busca pelo apoio da população na luta contra a construção de edifícios com mais de 18 andares. Contudo, a emenda foi derrubada em 1997; a então Prefeita Ângela Amin sanciona o terceiro plano diretor do Distrito Sede. Estiveram presentes na discussão organizações comunitárias e principalmente movimentos de cunho ambientalista.

A partir do “I Fórum da Cidade: um olhar do movimento sócio-comunitário”³ se introduz a discussão sobre o Estatuto da Cidade e sobre a questão da gestão democrática da cidade, temática esta que se aprofunda, com o funcionamento regular do Fórum, “com o objetivo de promover uma maior possibilidade de interação e comunicação entre as entidades comunitárias do município de Florianópolis” (CARDOSO, 2006, p.54), firmando parcerias com a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) e o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP). Segundo Cardoso (2006, p.56), o Fórum da Cidade caracteriza-se enquanto espaço público, publicizando questões problemáticas do cotidiano das comunidades e levantando proposições a serem apresentadas nas esferas públicas tradicionais.

Assim, os movimentos sociais da década de 1990 se fizeram presentes na cena política da cidade, ora com ações mais impactantes, ora pouco visíveis, mas fazendo política, provocando alterações na correlação de forças existentes.

A rearticulação do movimento de bairro e do movimento ambientalista, dentre outros, em torno do direito de acesso a cidade, fica mais evidente se trazer as experiências vividas em fins dos anos 1990 e início de 2000, com a Criação do Fórum do Morro do Maciço da Cruz e, posteriormente, do Fórum da Cidade, espaços de participação e controle social.

Atualmente, a sociedade civil florianopolitana se estrutura nas mais diversas formas de organização da sociedade civil (Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, Movimentos Sociais, ONG, Conselhos de Direito, Fóruns Populares, entre outros). Adiante, serão apresentados alguns dos fóruns que operam na luta pelo direito à cidade, sendo importante destacar que a região conta com aproximadamente dez fóruns populares⁴. Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Fórum da Cidade, Fórum Permanente das Associações Comunitárias da Bacia Hidrográfica do Rio Ratones, Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Florianópolis, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, Fórum dos Transportes, Movimento Independente Pró-Coqueiros, Fórum da Praia do Forte, Fórum LGBT e Fórum Social do Saco Grande. Destacamos os fóruns que obtivemos contato no período.

³ O I Fórum da Cidade foi um evento que decorreu de proposição de uma liderança do movimento sócio-popular comunitária, no Encontro Experiências em Cena, realizado em 02 de junho de 2001, pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Neste evento, as lideranças e associações comunitárias realizaram uma discussão intercomunitária sobre seus projetos e planos urbanos comunitários no contexto da cidade. O debate mobilizou estes representantes populares para a criação de um espaço onde pudessem articular suas demandas e questões urbanas locais com as do planejamento urbano da cidade de Florianópolis. O documento final deste encontro propôs a criação de um fórum para que o diálogo entre as comunidades legitimasse e fortalecesse as diferentes vozes locais da cidade para uma intervenção no processo de planejamento urbano. (I FÓRUM DA CIDADE, Documento final, outubro 2001).

⁴ Até julho de 2007, mapeamos 10 fóruns populares, o que não descarta a possibilidade deste número ser maior.

O Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMMC): fundado em 1998, de forma interinstitucional. É uma entidade sem legalidade jurídica, a princípio com o objetivo de efetivar ações governamentais. O FMMC é composto por diversas entidades, movimentos populares e associações provenientes de diversas comunidades partícipes do processo⁵. Está organizado em distintos eixos ou comissões de atuação; Comissão Executiva; Comissão de Educação; Comissão do Meio Ambiente; Comissão de Segurança; Comissão de Formação; Comissão de Trabalho e Renda (informação verbal)⁶.

O Fórum da Cidade (FC): fundado em 2001; o primeiro passo para sua articulação partiu da 3ª edição do Projeto Experiências em Cena, uma iniciativa do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no qual foi “proposta a criação de um fórum permanente e independente do Estado, para articular a discussão sobre a cidade” (CARDOSO, 2006, p.49). A estrutura proposta para o funcionamento regular do FC é composta pela plenária das entidades e por um núcleo executivo, diversas entidades, movimentos populares e associações da capital catarinense. Segundo Cardoso (2006, p.56), este espaço “caracteriza-se enquanto espaço público, publicizando questões problemáticas do cotidiano das comunidades e levantando proposições a serem apresentadas nas esferas públicas tradicionais”.

O Fórum Permanente das Associações Comunitárias da Bacia Hidrográfica do Rio Ratones (Fórum de Ratones): fundado em 2005. É entidade jurídica, com a proposta de unir moradores e articular políticas públicas de planejamento urbano e conservação dos recursos naturais. Abrange os bairros de Jurerê nacional e internacional, Daniela, Praia do Forte, Ratones, Vargem Pequena, Vargem do Bom Jesus, Cachoeira do Bom Jesus, Santo Antônio de Lisboa, Barra de Sambaqui e Cacupé. Atualmente conta com a representação de 14 Instituições, entre elas Associações de Moradores, Conselhos Comunitários e ONG's (CARIJÓS, 2007)⁷.

O Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Florianópolis: fundado em 2005. Segundo sua Carta de Adesão⁸, tem como objetivos contribuir por meio de ações integradas, para erradicar o trabalho de crianças e adolescentes no lixo; identificar, apoiar e fortalecer o trabalho de catadores com a coleta seletiva; envolver os diversos setores da sociedade para

⁵ Morros: Alto da Caeira do Saco dos Limões, José Mendes, Mariquinha, Mocotó, Monte Serrat, Nova Descoberta, Penitenciária, Queimada, entre outros.

⁶ Informações cedidas através de e-mail por K.C., membro do FMMC, em 28/4/2007.

⁷ Informação disponível em Instituto Carijós <<http://www.institutocarijós.com.br>> acessado em: 15/05/07.

⁸ É por meio da Carta de Adesão que instituições poderiam manifestar seu interesse em participar do Fórum Municipal Lixo & Cidadania de Florianópolis - SC, e comprometer-se a participar das atividades (através da indicação dos nomes de representantes), contribuindo na busca de soluções compatíveis com os objetivos propostos.

compartilhar a responsabilidade na gestão dos resíduos; identificar, assessorar e divulgar experiências bem sucedidas na área de gestão de resíduos; estimular a implementação de programas de minimização da geração de resíduos e de coleta seletiva nas instituições e diversos setores da sociedade, com destinação preferencialmente aos catadores; formulação e implementação de projetos locais com garantias de gestão participativa (informação verbal)⁹.

O Movimento Independente Pró-Coqueiros (MIPC): fundado em 2006. Segundo folder de divulgação o MIPC é uma união de esforços de pessoas e entidades preocupadas com o crescimento dos bairros Abraão, Bom Abrigo, Coqueiros e Itaguaçu. Tem por objetivo debater e dar encaminhamento aos problemas que vem afetando cotidianamente na região, tais como: sistema viário, saneamento, acessibilidade às praias, meio ambiente, espaços de lazer e outros, e aglutinar os interesses comuns de todas as entidades existentes na região (informação verbal)¹⁰. O movimento é independente porque independe de ligações partidárias e associativas. As principais ações no momento são: Criação de uma aliança em toda a região de Coqueiros com vistas a fomentar a participação na revisão do Plano Diretor de Florianópolis e a construção do “Projeto Abaetetuba”¹¹.

O Fórum Social do Saco Grande (FSSG): objeto de estudo deste trabalho, fundado em 2005, “a partir da iniciativa do SENAI / CTAI e da Associação Catarinense de Integração ao Cego (ACIC) com o objetivo inicial de resgatar o Colegiado de Entidades do bairro Saco Grande e, na perspectiva do SENAI / CTAI, desenvolver uma ação de responsabilidade social no bairro” (MARTINI, 2007, p. 65-66). Atualmente, estrutura-se em forma de colegiado, constituindo-se, assim, em um espaço coletivo, reivindicando o direito à cidade a partir das demandas locais. Abrange os bairros Monte Verde, Saco Grande e conta com a representação de 11 entidades, entre elas Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, Escolas, ONG's, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) e moradores do bairro.

Podemos considerar, à luz do pensamento de Ribeiro (2005), que frente aos desafios postos ao longo da década de 1990, a sociedade civil se defronta com uma realidade que

⁹ Informações cedidas através de e-mail por: S.Y.T.L., funcionária do Tribunal Regional do Trabalho / Comissão Permanente de Gestão Ambiental, em 22/5/2007; R.K., funcionária da Caixa Econômica Federal, em 4/7/2007; K.S., ONG Recicleide / disponível em: <<http://www.recicleide.com.br>>, em 5/7/2007. Entretanto, é importante mencionar que não houve interesse por parte das instituições em implantar este Fórum, pois, a maioria das instituições que deveriam participar ainda não separa seus resíduos. Sendo assim, essa iniciativa foi reelaborada e resultou na criação do Movimento Reciclagem e Cidadania.

¹⁰ Informações cedidas através de e-mail por B.K., membro do MIPC, em 25/6/2007.

¹¹ O Projeto Abaetetuba propõe a revitalização de toda a orla da região, bem como o debate sobre questões como saneamento ambiental, uso e ocupação do solo, visão de futuro do bairro, habitação, desenvolvimento econômico, preservação histórico-cultural, dentre outros.

precisa urgentemente dar respostas. Entre eles estão: uma prática em rede que efetivamente atinja o projeto neoliberal; construção de um projeto coletivo de inserção da população na vida da cidade, onde efetivamente os cidadãos tenham voz ativa; superação das lutas fragmentadas e dispersas; enfrentamento do debate sobre o aumento vertiginoso da violência; e, por fim, a relação ora conflituosa ora consensual entre sociedade civil – Estado, nos espaço público e esfera pública.

Por fim, reiteramos que a presença destes sujeitos coletivos ao longo destas duas décadas, em especial, foram capazes de questionar e alterar ações do poder local, interferindo nos âmbitos político, econômico e social da cidade. E ainda mais, que estas experiências passaram pela reinvenção da esfera e espaços públicos.

2. O COMPLEXO SACO GRANDE¹² EM RELAÇÃO À CIDADE

O processo histórico de crescimento urbano ocorrido nas últimas décadas no Complexo Saco Grande está relacionado visceralmente à expansão urbana verificada em Florianópolis no mesmo período. Para entendermos a importância e complexidade deste processo na capital de Santa Catarina e para uma melhor compreensão do modo de vida urbano, bem como suas tendências, optamos neste momento por voltar as suas origens.

A história do município está intrinsecamente ligada aos fluxos migratórios e a relação com o mar. Florianópolis, outrora Nossa Senhora do Desterro (1651 a 1894), foi fundada no século XVII por imigrantes açorianos. Sua atividade principal era portuária, além da pesca e agricultura de subsistência, desenvolvendo-se por aproximadamente três séculos predominantemente com estas características.

De acordo com Lopes (2005, p.08), o desenvolvimento portuário e comercial do século XIX repercutiu no tipo de expansão urbana da cidade e no surgimento da classe média e, por conseguinte, na estruturação das classes sociais. Este extrato da população se localizou inicialmente na baía norte, nos caminhos que ligavam o núcleo urbano com os fortes, ao norte. As transformações ocorridas até o início do século XX solidificaram as diferenças entre classes, no desempenho da ocupação urbana. Também, é neste período que as atividades portuárias de Florianópolis começam a decair em função da concorrência com outros portos e pela inexistência de uma ligação de via férrea com o restante do país.

Em 1910, é inaugurado o sistema de abastecimento de água, “uma obra de suma importância para a questão sanitária da cidade” (ROSA, 2003, p.77). Contudo, frente ao crescimento do município, a disponibilidade de água encanada nas residências se torna um problema, além do despejo dos esgotos em vias públicas, pela população. Frente a esta situação, o Governo é forçado a tomar providências e em 1916 é inaugurada a Estação de Tratamento de Esgotos de Florianópolis.

Segundo Rosa (2003, p.79), durante o segundo governo Hercílio Luz (1918-22) ressurgem as discussões com relação à localização da capital catarinense em Florianópolis, visto que havia cogitações para a transferência desta para uma região mais central do Estado. Em 1922, é apresentado um projeto para a nova capital, que teria como local o planalto de

¹² Neste trabalho, entenderemos por “Complexo Saco Grande” a extensão territorial que abrange os bairros Monte Verde e Saco Grande (no trecho da Rodovia SC-401 compreendido entre o Cemitério da Paz até o acesso ao Cacupé).

Lages, sob o argumento que Florianópolis não tinha como se desenvolver, pois não produzia nada, sendo que tudo era produzido em outras regiões do Estado.

No terceiro governo Hercílio Luz (1922-24), é iniciado o projeto de construção da ponte Hercílio Luz¹³ que ligava territorialmente Florianópolis ao continente e ao restante do Estado e país, com o objetivo de consolidar a cidade como capital catarinense. A construção da ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926, “alterou toda a dinâmica urbana, não apenas no setor de transportes, mas, também, na comunicação com a parte continental, fomentando e agilizando o comércio local” (CAMPOS, 2004, p.78). Este processo “possibilitou o aumento do fluxo migratório e a fixação dos novos moradores na área continental, principalmente em função dos custos dos terrenos e da possibilidade de ocupação de terrenos públicos ou pouco valorizados” (ROSA, 1999, p.82).

Na década de 1930, “o aparato estadual amplia-se face ao crescimento da economia catarinense de um modo geral, na medida em que parte da tributação que arrecada contribui para a viabilização e ampliação dos organismos governamentais e de serviços” (HALFPAP, 1999, p.98). Entretanto, o crescimento de Florianópolis é bastante lento, sendo que o comércio pouco a pouco foi desaparecendo enquanto função principal da cidade:

em paralelo, a função de sede do governo passou a ter cada vez maior importância no contexto urbano de Florianópolis. [...] o período entre as décadas de 30 e 50 constituiu-se em um momento de transição bastante difícil, a cidade viveu um período de estagnação, principalmente econômica (FACCIO, 1997, p.45).

Segundo Machado (2000, p.74), é neste período que, além das práticas e competições esportivas, o banho de mar ganha reconhecimento e, assim, abre-se espaço para o surgimento de infra-estruturas destinadas ao lazer no mar.

Na década de 1940, a expansão urbana segue pela construção da BR-101¹⁴ e sua ligação com a ponte, “que interligou a Ilha ao restante do país, propiciando novos intercâmbios comerciais, que compensaram a decadência do porto” (LOPES, 2005, p.09).

O processo de urbanização do município antes a década de 1940 era inexpressivo. Esse processo se intensificou a partir do final dos anos 1950, quando essas transformações chegam à península norte e as chácaras começaram a ser loteadas. As transformações sofridas na cidade, pelo crescimento das atividades administrativas, pela ampliação do setor energético

¹³ Inicialmente chamada de Ponte da Independência por ser a primeira ligação entre a Ilha e o Continente, a ponte recebeu posteriormente o nome de seu idealizador, o governador Hercílio Luz, que morreu antes de vê-la concluída. Fonte: Guia Floripa – Disponível em: <<http://www.guiafloripa.com.br>> acessado em 21/05/2007.

¹⁴ A BR-101 foi somente concluída na década 1960.

(usina termoelétrica de Capivari), Adutora de Pilões, BR-101, foram impulsionadores para a estruturação do primeiro Plano Diretor (Lei no. 246/55).

Segundo Lopes (2005, p.09-10), o Plano Diretor de 1955 foi elaborado com a meta principal de superar o atraso econômico através do incentivo às atividades industriais. Tinha por objetivos a construção de um moderno porto em Florianópolis, no bairro Estreito, bem como melhorias na malha viária e diferenciava a ocupação da ilha e do continente.

A partir da década de 1950, o processo de industrialização no país entra em uma nova etapa, o que induziu o êxodo rural. Isso teve rebatimento direto sobre a realidade de Florianópolis. Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Florianópolis, na década de 1960, tinha 97.827 habitantes. A partir desta década o desenvolvimento da capital é acelerado pela implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1962, o que veio estimular o crescimento da construção civil para atender a massa de habitantes que foram se instalar em torno da UFSC, atraindo novos fluxos populacionais que se estabeleceram em torno das atividades da construção civil, da administração pública e do turismo.

Como resposta ao aceleramento do processo de urbanização, o município começa a ter suas áreas de encostas, morros e mangues precariamente ocupados por famílias que migram para capital, na busca por melhores condições de vida, tratamento de saúde, educação e emprego. Para Corrêa (2005, p.65-6), o processo de migração vivenciado na cidade contribuiu para complexificar as relações sociais, pois, os problemas de integração se impuseram, configurando-se muitas situações de estranhamento entre a população “nativa” e os de “fora”, em várias comunidades do município.

Já em 1970, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, Florianópolis passava a contar com 138.337 habitantes, estabelecendo uma taxa de 44,6% de crescimento em relação à década anterior. Para tanto, foi proposto um novo Plano Diretor para a cidade (Lei 1440/76), o qual apresentava como ponto principal promover o processo de integração e desenvolvimento do município, através da transformação de Florianópolis em um grande centro urbano. Destacavam-se neste plano o sistema viário intra-urbano.

Dentre os projetos realizados no período, foram concluídas as obras das Rodovias SC 401/402 e 403, em 1974. Ao mesmo tempo, foram iniciadas as obras da nova ponte, assim como dos aterros na ilha (baía sul) e no continente para apoiar os acessos à ponte, como também de diversos equipamentos e edifícios urbanos nestas áreas, como previsto no plano, pela conclusão da BR-101, ligando Florianópolis ao restante do país. Outro importante fator de crescimento da cidade nesta década foi a transferência de diversas empresas estatais para a

área nordeste, em direção ao bairro Trindade. A implantação da sede das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), em 1978, foi a que mais repercutiu em termos de mudanças na dinâmica imobiliária da área, devido ao alto poder aquisitivo da maioria de seus funcionários. Neste período foram aprovadas leis¹⁵ para regulamentar esta nova dinâmica invocada pelas modificações ocorridas no município.

Também é datada deste período a criação do *marketing* da vocação turística de Florianópolis, quando o Governo visualiza a perspectiva de explorar o potencial turístico da cidade.

É também na década de 1970 que se vê iniciado o processo de crescimento urbano do Complexo Saco Grande, o qual “apresenta forte ligação com vários fluxos migratórios procedentes dos vários conjuntos habitacionais implantados na localidade” (CORRÊA, 2005, p.74), bem como pela vinda de migrantes provenientes da expansão urbana verificada em Florianópolis no período.

Segundo Dias (2000, p.10), inicialmente a área do Saco Grande, assim como as demais áreas da Ilha de Santa Catarina, era habitada pelos índios Carijó. A partir do final do século XIX, o local passou a ser ocupado por imigrantes açorianos e recebeu o nome “arraial do Saco Grande”¹⁶. Segundo o escritor Virgílio Várzea, no século XIX

o arraial do saco grande nucleia-se para lá dessas pontes, na parte enxuta do terreno, entre a Capotera e os montes. É pouco farto de culturas e não prospera em razão de sua situação, tão bem provida de comunicações – rio, mar e estrada – distante apenas uma hora e meia do coração da cidade. Seus habitantes são em geral mais pombeiros do que agricultores e ocupam-se mais do negócio de galinhas e ovos, que vão mercar no Desterro, do que das lavouras (VÁRZEA, 1985, p.109, apud DIAS, 2000, p.10).

A ocupação da região desenvolveu-se entre as comunidades de Santo Antônio de Lisboa e o Distrito Sede, as margens da Rodovia Virgílio Várzea, conhecida no século XIX como a “Estrada de ligação entre Florianópolis e Canasvieiras”. Inicialmente a localidade, considerada área rural, era composta por chácaras destinadas à criação de pequenos animais e agricultura, visto que a região é bem servida de rios e terras férteis. Segundo Dias (2000,

¹⁵ Vide leis: Lei nº. 1215/74 de 31 de maio de 1974: dispõe sobre os loteamentos urbanos, desmembramentos e arruamentos e dá outras providências. (teve nova redação do item I do art. 15. alterado pela Lei nº. 1330/75 de 16/10/75 e posteriormente. do art. 45. alterada pela Lei nº. 1747/80 de 30/12/80). Lei nº. 1246/74 de 19 de setembro de 1974, institui o código de obras e edificações do município de Florianópolis, (sofreu diversas alterações na sua redação e foi revogada pela Lei Complementar nº. 060/2000 de 30/6/2000). Lei nº. 1277/74 de 05 de dezembro de 1974 concede prazo para legalização de construções irregulares ou clandestinas, estabelece normas para sua aplicação e dá outras providências. FONTE: Câmara Municipal de Florianópolis, disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

¹⁶ O Saco Grande tem como origem açoriana a expressão “saco”, como designação de uma área protegida de grandes ondas ou ressacas.

p.10) a região é cercada por área de preservação, que engloba as bacias hidrográficas dos rios Vadik, Pau de Barco, Jacatirão e do Mel e planícies costeiras e serras do leste catarinense.

Em 1976, é adquirido pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB / SC) um terreno para a construção do Conjunto Habitacional Monte Verde (CHMV), que preconiza o processo de loteamento das chácaras, posteriormente transformando esta região em área com função urbana. Este processo de urbanização da região também consubstanciou a ocupação irregular das encostas, que por se tratarem de terrenos de particulares, os proprietários comercializaram os lotes sem atender a legislação vigente.

O terreno adquirido pela COHAB / SC possuía a extensão de aproximadamente 90.000m², constituindo-se na chacara de uma família de lavradores da região, com a seguinte localização: frente para a Rodovia Virgílio Várzea, antiga “Estrada de ligação Florianópolis – Canasvieiras”, a 30 metros da Igreja São Francisco Xavier do Saco Grande e 400 metros do Grupo Escolar Municipal de Saco Grande.

Em 1977, o IPUF através de decreto do Poder Executivo¹⁷ aprova a execução do Projeto de Habitação Popular no Saco Grande, pela COHAB / SC, com lotes de dimensão inferior ao previsto na lei vigente. O CHMV é um conjunto habitacional, na área de habitação popular, financiado pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), com lotes de 360m², composto por 01 praça pública, 01 centro comunitário e 400 casas – sendo 150 casas com 40,25m² e 250 casas com 48m² – projetadas para famílias com até 05 pessoas, com a expectativa de atender a 2000 pessoas. O sistema de abastecimento de água foi executado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), através do Sistema Florianópolis – Projeto Florianópolis III, de 1976. Também, é neste mesmo ano que a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) aprova o abastecimento de energia elétrica. Contudo, somente em 1978 é assinado o contrato para o início da obra do CHMV, sendo o término da obra datado de 1980. Dois anos após a instalação do CHMV, em 1982, é inaugurada a Escola Estadual Básica Professora Laura Lima¹⁸, ampliando o número de vagas.

Com o início das obras, surgiram em pontos do loteamento nascentes e vazões concentradas, sendo solicitado obras de complementação da drenagem, indicando as

¹⁷ A contratação do financiamento solicitado está autorizada pela lei estadual nº.5.518, de 28 de fevereiro de 1974. Dispõe sobre a execução, no Estado, do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) e dá outras providências.

¹⁸ Atualmente atente 1060 estudantes, matriculados: 22 na educação infantil; 582 entre a 1ª a 4ª série; 482 entre a 5ª a 8ª série; e 177 no ensino médio, com o quadro de 46 professores – 32 efetivos e 16 em admissão de caráter temporário - ACT. Dados extraídos do site da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – Estado de Santa Catarina, (<<http://sistemas.sc.gov.br/>>) acessado em 06/05/2007.

dificuldades em relação aos excessos de água na superfície e subsolo na região, ressaltando-se que se tratavam de áreas úmidas denominadas popularmente como mangue.

Na década de 1980, conforme os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, Florianópolis possuía 187.871 habitantes, apresentando um crescimento de 41,4% em relação a década anterior. Neste período iniciou-se um processo de desaceleração econômica no país, configurado pela diminuição dos investimentos do Estado no espaço urbano. Em Florianópolis, este processo converteu-se em investimentos do setor privado, na consolidação do espaço urbano e do turismo local.

Para regulamentar estas novas configurações foi desenvolvido pelo IPUF o Plano Diretor de 1985, plano diretor vigente, cuja proposta inicial era a modificação da legislação urbana para o Distrito Sede e bairros próximos (Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi, **Saco Grande**, Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé), ficando conhecido como Plano da Trindade (Lei 1851/82). Este Plano Diretor sofreu diversas alterações, com uma série de leis esparsas, para atender às exigências principalmente do setor imobiliário.

Em 1987, o IPUF realiza levantamento e mapeamento das áreas que demonstravam situação de carência¹⁹ em Florianópolis. Entre as áreas mapeadas, constavam o Morro do Balão e o Morro do Janga, respectivamente em 24º e 25º lugar, localidades estas que fazem parte do Complexo Saco Grande.

Em termos econômicos, é a partir da década de 1980 que Florianópolis começa a diversificar suas atividades, despertando para o turismo e consolidando esta atividade, beneficiada pelos produtos naturais da região, embora o turismo predominante hoje seja o de massa. De acordo com Halfpap (1999, p.99), como ocorre em várias partes do país, Florianópolis também vem sofrendo com o desemprego. Entre os fatores que agravam essa situação está o fluxo migratório intenso²⁰, tanto do interior do Estado como das demais regiões do país, o que agrava ainda mais a situação do município, que por não possuir um centro industrial com fonte de emprego atrativo, este contingente populacional acaba no setor informal da economia pela pouca exigência de qualificação profissional.

¹⁹ Consideraram-se área carente, aqueles bolsões populacionais onde cerca de 70% das famílias tem renda média entre zero e três Salários Mínimos. Estas áreas, além da carência sócio-econômica, apresentavam problemas de habitação, infra-estrutura sanitária e, de equipamentos urbanos (IPUF, 1993, p.03).

²⁰ Em 1993, IPUF elaborou o “Relatório: perfil das áreas carentes”, o qual indica que a procedência da população florianopolitana advém, principalmente, do planalto serrano, nativos, oeste do Estado, sul do Estado, região da grande Florianópolis, outros Estados (Rio Grande do Sul e Paraná), norte do Estado, Vale do Itajaí e outros países (Argentina e Paraguai). Independente dos motivos da ocupação, a fixação dessas famílias no município explica-se pela busca de melhores condições de vida, tratamento de saúde, educação e, possibilidade de emprego. E para aqueles que deixaram as atividades da zona rural, o motivo maior foi à falta de terra e/ou incentivos para trabalhar.

Já em relação ao Complexo Saco Grande, o processo migratório, datado a partir da década de 1970, tem sua intensificação na década de 1980, quando as micro-regiões que o compõe começam a se desenvolver. Podemos citar o Loteamento João Gonzaga da Costa e o Morro do Balão, juntamente com a entrega do CHMV e, no final da década com a entrega do Conjunto Habitacional Parque da Figueira (CHPF).

O Loteamento João Gonzaga da Costa era inicialmente composto por florestas, sendo que estas aos poucos foram devastadas e há relatos do abandono de uma pedreira ilegal²¹ existente na região, a qual dá o nome que a micro-região popularmente conhecida como Barreira do Janga (informação verbal)²². Esta pedreira posteriormente foi ocupada pela população migrante e de baixa renda, oriundas, principalmente, do oeste catarinense e planalto serrano. Somente em 1986, é oficialmente fundada a Associação Comunitária do Loteamento João Gonzaga da Costa (ACOLJOGOC). Neste período a micro-região era composta por, aproximadamente, 50 residências. Já o Morro do Balão tem o início de sua ocupação no final dos anos 1970. Neste período os moradores não possuíam luz elétrica, abastecimento de água e sistema de esgoto em suas residências.

As duas micro-regiões citadas de acordo com o projeto da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) referente ao levantamento das áreas de risco do município, são consideradas hoje Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)²³, assim como o Morro do Sol Nascente, por apresentarem susceptibilidade a deslizamentos²⁴, assentamentos irregulares e habitações multi-familiares.

Durante a década de 1980, coexistiam os bairros Saco Grande I e Saco Grande II; os bairros Saco Grande, Monte Verde e João Paulo²⁵ foram criados através da Lei nº. 5504/99 de 21 de julho de 1999²⁶.

²¹ Segundo Guerini (2000, p.61) A exploração ilegal do granito se dá em várias encostas da ilha, principalmente no Saco Grande II, em pontos isolados e quase sempre escondidos. São conhecidos como “pica-paus”. Estes pontos de retirada de pedras, além de causarem prejuízo direto a vegetação, indiretamente acabam por criar “condições” para ocupação ilegal e desordenada da encosta, sem o mínimo de infra-estrutura urbana, dada as estradas e desmatamentos feito para a exploração das pedras.

²² Informações extraídas do relatório de saída a campo das disciplinas DSS5135/5166, em 14/05/2005.

²³ A concepção básica do instrumento das ZEIS é incluir, no zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio para assentamento. [...] o estabelecimento de ZEIS significa o reconhecimento da diversidade de ocupações existentes nas cidades, além da possibilidade de construção de uma legalidade que corresponda a esses assentamentos, e, portanto de extensão do direito de cidadania a seus moradores (Estatuto das Cidades - Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2001 disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/estatuto/>> acessado em 7/5/2007).

²⁴ Um maior aprofundamento acerca da análise da susceptibilidade a deslizamentos no bairro Saco Grande pode ser encontrado em DIAS (2000).

²⁵ Conforme Corrêa (2005, p.72), nos anos 1980 e decorrer dos anos 1990 foram implantados condomínios residenciais de classe média e média alta, realidade esta que gera um profundo contraste com a realidade dos bairros vizinhos.

É interessante destacarmos que os dois Conselhos de Moradores existentes na região são fundados em 1980²⁷; o Conselho de Moradores do Saco Grande II (COMOSG) e o Conselho de Moradores do Monte Verde (CMMV), o primeiro, localizado na Rodovia Virgílio Várzea²⁸, já o segundo no centro comunitário do CHMV. As Associações de Moradores que hoje existem no Complexo Saco Grande são fundadas oficialmente a partir da metade desta mesma década.

Em 1981 a COHAB / SC adquiriu outro terreno para a construção do segundo conjunto habitacional: CHPF, com área de 70.000m², Tratava-se de mais um conjunto habitacional na área de habitação popular, financiado pelo extinto BNH, composto por 1 Centro Comunitário e 424 apartamentos – com 51,42m², divididos em 6 blocos x 8 apartamentos / bloco – projetados para famílias com até 5 pessoas, com a expectativa de atender a 2120 pessoas.

A área de implantação do referido conjunto habitacional possuía nível freático muito próximo ao nível do solo, razão pela qual a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) ao efetuar o teste de absorção do terreno, classificou o mesmo, como não tendo condições de absorção do efluente de fossas sépticas. Contudo, foi projetada 1 fossa séptica para cada 6 blocos x 8 apartamentos / bloco x 5 habitantes = 240 habitantes.

Um fato importante percebido neste período foi que, em decorrência da baixa capacidade de absorção do solo, em aproximadamente 65% da área loteada, tornava-se necessária a execução de uma rede de esgoto sanitário para atender a esta demanda, uma vez que era impraticável o sistema de sumidouros individuais, afrontando a necessidade da implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETE) para o tratamento do efluente líquido. Contudo, como consta nos documentos da COHAB / SC, a não disponibilidade de áreas remanescentes torna praticamente nula a construção de uma ETE. Assim optou-se pela alocação de filtros de britas, no qual após a percolação através dos filtros o efluente seria lançado no canal do Rio Pau do Barco.

²⁶ Foram criados, no Distrito Sede do município de Florianópolis, os bairros conforme as seguintes designações e descrições: I - Área Continental: Abraão; Balneário, Bom Abrigo; Canto; Capoeiras; Coqueiros; Coloninha; Estreito; Itaguaçu; Jardim Atlântico; Monte Cristo. II – Área Insular: Agrônômica; Centro; Córrego Grande; Costeira do Pirajubaé; Itacorubi; João Paulo; José Mendes; Monte Verde; Pantanal; Saco dos Limões; Saco Grande; Santa Mônica.

²⁷ Segundo Machado (1990, p.42) o período de 1977 e 1983 é de grande ênfase a criação de conselhos comunitários ou entidades estruturadas.

²⁸ Onde atualmente está localizada a Unidade Básica de Saúde – Saco Grande.

Acrescido a este problema, segundo relatos dos moradores, a região foi atingida por duas grandes enchentes, em 1983 e 1986. Estas enchentes alagaram os apartamentos térreos do CHPF²⁹ e casas do CMMV.

No Projeto Final de Engenharia para o CHMV, Rodovia Virgílio Várzea e Rodovia SC-401, datado de julho de 1983, seu volume 1.1. “Relatório do projeto e memória justificativa” contém informativos do projeto geral de drenagem da Bacia Hidrográfica do Saco Grande (BHSG). Revelando que

a origem do problema das enchentes, no Jardim Monte Verde e no Parque da Figueira, estão ligadas ao mau funcionamento das obras existentes, incluindo entre elas as galerias, o canal e as travessias do Rio Pau do Barco. [...] O problema na área é agravado pelas dimensões insuficientes das travessias e canal da Maçonaria e travessias e canal do Rio do Mel. (COMCAP, 1983, p.70)

Segundo o referido documento, o projeto anterior, elaborado pela Secretaria Municipal do Estreito, Transportes e Obras não foi encontrado, devido à defasagem de tempo entre uma e outra alocação. Desta forma, em face da natureza dos problemas ocorridos na área bem como do projeto elaborado, foram mapeados todos os pontos de descarga da BHSG e efetuado o levantamento dos canais de deságüe na região, bem como no seu alargamento. Durante a obra no canal do Rio do Pau do Barco, posteriormente denominado, no projeto, como “canal da COHAB³⁰”, consta no Relatório (COMCAP, 1983, p.56):

O canal da COHAB com ocorrências de chuvas intensas, mesmo de curta duração, tal canal se enche rapidamente, em virtude da pouca secção que possui, fazendo com que haja um barramento natural para as descargas que nele se processam e trazendo como consequência as enchentes no interior do loteamento, com transtornos e consequências imprevisíveis a cada precipitação.

Em 1984, a PMF, sob a justificativa que as BHSC têm nos últimos anos apresentado sérios problemas com relação a sua drenagem, provocando alagamentos em toda região, contratou a elaboração de um projeto para a solução global da área. Este projeto constata que os danos mais volumosos teriam sido provocados no CHMV, sendo previstas as seguintes obras: para Rio Pau no Barco foi previsto o alargamento e seu revestimento a montante da Rodovia Virgílio Várzea, dentro dos CHMV e CHPF, duas pontes na SC-401 e Rodovia

²⁹ É importante destacar, que o CHPF foi construído as margens do Rio Pau do Barco, e devido a problemas com o sistema de drenagem pluvial, a água desce das encostas e as paredes dos prédios a represam.

³⁰ Essa denominação aparece tanto no Projeto do Conjunto Habitacional Monte Verde, como posteriormente no Projeto do Conjunto Habitacional Parque da Figueira.

Virgílio Várzea, além das travessias das ruas D e F do CHMV. Ainda foi projetada a rede de micro-drenagem do CHMV. No entanto, parte da obra neste rio já havia sido iniciada e teria recursos garantidos. A execução estaria a cargo do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER / SC) e PMF. Entre as obras previstas, as obras de construção da ponte sobre o Rio Pau do Barco na Rodovia Virgílio Várzea e na Rodovia SC-401, começam no mesmo ano.

É, também, neste ano que as obras do CHPF entram na fase de finalização. Para tanto, é encaminhado a Secretaria Municipal de Educação (SME) um ofício notificando que a obra está em fase de conclusão, e que havia aproximadamente 1280 crianças em idade escolar que deveriam estudar na Escola de Educação Básica Professora Laura Lima que atendia ao CHMV, pois não estava previsto nenhuma escola nem outro equipamento para o CHPF.

A SME esclarece que a referida escola, que funcionava próximo ao CHPF, possuía 10 salas de aula totalmente cheias. Portanto, haveria a necessidade da construção de um prédio escolar com 10 salas para o atendimento da clientela proveniente do conjunto habitacional. A SME não via como solucionar o problema apresentado, tendo em vista a disponibilidade financeira comprometida com obras já programadas anteriormente. Segundo relatos de moradores (informação verbal)³¹, as crianças estudavam no centro, e mesmo com a mudança para o bairro mantiveram-se na escola antiga até a abertura do Centro de Educação Complementar, 6 anos após. É somente em 1990 que se vê a ampliação das vagas na rede escolar da região.

Ainda durante a década de 1980, a mídia impressa³² apresentou registros das enchentes no CHMV das obras de drenagens e estradas inacabadas. Consta, também a obra inacabada da ponte na Rodovia Virgílio Várzea, demandas sobre abrigos de ônibus sem cobertura e pavimentação de servidões. Em 1984, há reivindicações por falta de transporte público, Rodovia Virgílio Várzea sem acesso para automóveis, calçamento completamente danificado e ameaça constante de enchentes. Consta, também que apenas uma linha fazia o

³¹ Informações extraídas da entrevista realizada com M.C.L.S. e M.A.B. em 11/5/2007.

³² Vide reportagens extraídas do arquivo do COMOSG: UMA INSPEÇÃO às obras da Virgílio Várzea. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 21/1/1981; MENOR morre esmagado. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 05/5/1984; ABERTO mais um feirão comunitário na Capital. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 12/5/1984; OBRAS do canal do Monte Verde terminarão no prazo previsto. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 25/6/1984; CLÁUDIO está implantando mais 19 novos abrigos de ônibus. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 19/7/1984; MAIS problemas no Monte Verde, mas não houve alagamento total. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 22/7/1984; SEM INFRA-ESTRUTURA, Capital ainda teme cheias. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 22/7/1984; SACO Grande II exige melhorias em todo o bairro. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 06/8/1984; MORADORES do Saco Grande não agüentam mais tantos problemas. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 23/11/1984; MORADORES do Saco grande não aceitam as desapropriações. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 07/5/1985; RAMON Filomeno quer dois ônibus para o Saco Grande. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 16/4/1986; UM CUEÇÃO para o Saco Grande. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 08/5/1986.

trajeto Complexo Saco Grande - Centro (que no período abrangia o Bairro João Paulo). Outro fato importante deste período foram as pedreiras ilegais em funcionamento na região do Complexo Saco Grande. Diante da morte de um adolescente, é denunciado a condição ilegal e de subemprego na qual viviam dezenas de operários dentro da própria capital do Estado.

Em 1985, a CELESC desapropria terrenos no Complexo Saco Grande, para a passagem da linha de alta tensão, que corta toda a costa do Saco Grande, indo da Lagoa à Ratonas; as famílias foram notificadas algumas semanas antes.

Em 1986, nestes mesmos jornais, há registros sobre denúncias da comunidade em relação ao descaso do executivo quanto à realidade do bairro, e que o mesmo vê no bairro formas de angariar votos, um "curral eleitoral".

Em março de 1986 é entregue o CHPF. É deste mesmo período o Projeto de Recuperação do Sistema de Esgoto³³ para o CHMV feito pela COHAB / SC, pois, o alargamento do canal poderia ocasionar a destruição de parte da rede de esgoto e tratamento final que atendia a esta rede, sendo que durante este período os dejetos estavam sendo lançados diretamente no canal. Este projeto buscou solucionar este problema reconstruindo parte da rede, e dotando de nova unidade de tratamento e efluente das fossas. O projeto é aprovado pela CASAN, em 1º de outubro de 1986.

Ainda em outubro de 1986, são feitas as especificações técnicas, pela COHAB, sendo para a Praça Osni Ferreira³⁴, do então Jardim Monte Verde deveria receber várias benfeitorias: a construção de quadra polivalente para esportes, *play-ground* e 31 bancos. O terreno já dispunha de 2 grandes postes de iluminação, 1 deles localizou-se na parte central (entre o *play-ground* e a quadra) e o outro no caminho de ligação entre os CHMV e CHPF. O paisagismo deu-se com grama e árvores frutíferas. Entretanto, constam nos documentos da COHAB que em fevereiro de 1989 ainda não haviam sido executadas as obras de recuperação do CMMV, da praça e complementação do sistema de esgoto. Foram reelaborados os projetos para servirem de base para licitação, sofrendo algumas alterações em relação aos anteriores. Para a Praça do Jardim Monte Verde, as principais alterações no projeto foram a solicitação

³³ Todas as unidades habitacionais são dotadas de fossas sépticas dimensionadas para 5 pessoas, seus efluentes terão tratamento primário, bem como a retenção de solos sedimentáveis. O tratamento primário será realizado nas fossas, propiciará a adoção de 1 unidade de tratamento secundário mais econômico. Para esse tratamento será adotado um processo biológico, que será realizado através de filtros anaeróbico de fluxo ascendente. O filtro terá volume de 43m³ Esta unidade de tratamento praticamente não necessita de operador, e requer pouca manutenção. Quanto aos resultados esperados, em termo de eficiência as experiências realizadas pela CETESB demonstram que o rendimento deste tipo de tratamento chega a atingir 90%. Com o objetivo de elevar os esgotos provenientes da rede coletora, foi necessário projetar uma estação elevatória. Sua localização será no mesmo terreno da estação de tratamento e constará apenas uma bomba.

³⁴ A Praça Osni Ferreira foi denominada Logradouro Público de Praça pela Lei nº. 3346/90 de 23 de fevereiro de 1990 e é situada junto as Ruas da Timabaúba, Brejaúna, Cambará, Tarumã e Sarasfrás.

de área para feira livre; pista de *biccross*; abrigo para o ponto de ônibus, construção de um pequeno coreto circundado por um anfiteatro para suprir a falta de um espaço onde o grupo de teatro amador local pudesse atuar e para inúmeras outras manifestações da comunidade, que seria implantado próximo à quadra polivalente (esta última obra não foi implantada). Em relação à recuperação do CMMV, não houve maiores alterações. No primeiro projeto há referência de um centro de saúde em funcionamento no local, já no segundo este não é citado.

É de 1987 a data da construção do Centro Comunitário do CHPF, com 191,26m².

Na década de 1990, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (1991), Florianópolis possuía 255.390 habitantes, apresentando uma taxa de 35,9% de crescimento em relação à década de 1980.

Devido aos problemas detectados no plano diretor de 1985 o IPUF criou, a partir da década de 90, Planos de Urbanização destinados às áreas específicas da Ilha. Estes planos propiciariam uma atualização do plano vigente, o reconhecimento das diferenças entre as áreas e o enquadramento legal das ocupações realizadas no período de vigência do plano. Apesar das muitas alterações, esta é a legislação vigente na cidade, estabelecendo regras para o crescimento urbano e turístico de todo o município.

Já na década de 1990, nos registros na mídia impressa³⁵ acerca do Complexo Saco Grande, identificamos reivindicações das comunidades em relação à questão viária, enchentes e acúmulo de lixo. Em 1991, foi feita a doação de terreno, pela COHAB / SC, para construção do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI / FIESC), o qual previa, além da construção de um centro profissionalizante de tecnologia avançada, a construção de uma sede recreativa para servidores da COHAB / SC e uma área de lazer para a comunidade. Em 1994, somente o SENAI / CTAI havia sido implantado. Em relação ao sistema viário, houve a pavimentação da Rua do Caju, em regime de mutirão com apoio da PMF, e a inauguração do Centro de Profissionalização Popular, construído pelo Executivo Municipal.

³⁵ Vide reportagens extraídas do arquivo do COMOSG: NA ILHA, um Centro de Formação Tecnológico. **Jornal A Notícia**. Florianópolis. 11/12/1990. p.09; Capital terá Centro de Formação Tecnológico. **Jornal de Santa Catarina**. Florianópolis. 12/12/1990, p.18; RUA no Saco Grande é inaugurada por Bulcão. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 22 de abril de 1991; COSTURA Industrial vai ser ensinada no Saco Grande. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 19/10/1993; CENTRO profissionalizante abre cursos no Saco Grande. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 19/10/1993; COMUNIDADES Ganham Obra. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 19/11/1997. p.07; PESQUISA identifica empreendimentos para o Saco Grande II. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 14/2/1998, p.25; SACO Grande II reivindica melhorias. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 18/3/1998, p. 08; ESCLARECIMENTO carta da COMCAP. **Jornal O Estado**. Florianópolis. Seção do leitor. 19/3/1998. p.02; VEREADORES vão ao Saco Grande para conhecer dificuldades. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 19 /3/1998. p.03; LIXO nas calçadas do SG: acúmulo de lixo revolta Saco Grande II. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 25/3/1998, p.08; LIXO em frente a posto de saúde revolta comunidade. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 07/4/1998, p.04; CRIANÇAS ensinam cidadania moradores do Saco Grande II chamados a não depositar lixo na rua. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 16/4/1998, p.04.

Em 1993, as chuvas voltam a atingir os moradores do CHMV e CHPF, dificultando também o acesso ao Complexo Saco Grande.

As chuvas do natal de 1995 causaram grande destruição na região da Grande Florianópolis, atingindo novamente o Complexo Saco Grande.

Em 1998, fruto das reivindicações de representantes da comunidade na tribuna da CMF, uma comissão pluripartidária acompanhou moradores e lideranças por várias ruas da região com o objetivo de comprovar o péssimo estado em que estas se encontravam, para posteriormente elaborar um relatório e encaminhar ao Executivo Municipal. Outro fato marcante no período trata da questão do acúmulo de sacos de lixo na calçada da Unidade Local de Saúde (ULS), em função da retirada da lixeira coletiva. Há registros de uma segunda visita de comissão pluripartidária, nota de esclarecimento da COMCAP, reportagens feitas com moradores, lideranças e profissionais da ULS.

Conforme relato de lideranças locais (informação verbal)³⁶ acerca do abastecimento de água da região, até o início da década de 1990, o abastecimento, em quase sua totalidade, era feito com a água das cachoeiras, captadas através de mangueiras. Na época havia, aproximadamente, 170 mangueiras instaladas na cachoeira. Essa situação, na época de chuvas, gerava fortes conflitos, pois a força das águas destruía as mangueiras e os moradores desentendiam-se frente ao conserto das mesmas. Outro problema estava ligado à estiagem, pois as mangueiras não podiam ser fechadas sob o risco de estourarem e também para evitar a locomoção da população até a cachoeira. É importante salientarmos que a água vinha direto da cachoeira para as casas sem tratamento algum. Em 1993, é desenvolvido um projeto com o apoio da UFSC para a construção da caixa d'água no Morro do Sol Nascente, e encaminhado a CASAN e a PMF. Frente à falta de recursos financeiros dos órgãos competentes, ficou estabelecido que a comunidade responsabilizava-se em adquirir o material e a CASAN com a execução do projeto. Importante ressaltarmos que grande parte das associações de moradores existentes na região foi e ainda são organizadas em torno da questão da água³⁷.

É no final da década de 1990, que se tem notícia do surgimento de um Colegiado de Entidades, que reunia os conselhos e associações de moradores do Complexo Saco Grande em torno da discussão das problemáticas da região.

³⁶ Informações extraídas do relatório de saída a campo referente as disciplinas DSS5135/5166 realizado em 7/5/2005.

³⁷ Associação de Moradores do Loteamento João Gonzaga da Costa (ACOLJOGOC); Associação de Moradores do Sol Nascente (AMSOL); Associação dos Usuários da Água do Morro do Balão (AUMBA); Associação Pró-Comunidade do Caminho da Cruz (APROCRUZ); estas e as demais distintas formas de organização presentes no Complexo Saco Grande serão apresentadas no próximo item deste capítulo.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE, Florianópolis no ano 2000 possuía 342.315 habitantes, apresentando uma taxa de 34% de crescimento em relação a década anterior. Torna-se cada vez mais difícil a capital de Santa Catarina absorver e solucionar os crescentes problemas urbanos, causando, sem dúvida, o empobrecimento cada vez mais acentuado da população.

A falta de uma política efetiva de controle da ocupação territorial junto à expansão urbana descontrolada permitiu o surgimento e agravamento de loteamentos clandestinos, ocupação de encostas, dunas, mangues e problemas básicos de saneamento e infra-estrutura. A cidade também sofreu com o aumento da especulação imobiliária e a construção de dois grandes centros de compras³⁸, situações essas que se materializam diretamente na realidade do Complexo Saco Grande.

Também é no ano 2000 a implantação do Projeto Bom Abrigo³⁹ em Florianópolis, através da construção dos conjuntos habitacionais Vila Cachoeira (CHVC) e Abraão, cujo objetivo inicial era atender a 382 famílias remanescentes da faixa de domínio da BR 282⁴⁰, conhecida como “Via Expressa”. Importante ressaltarmos que durante o processo de remoção destas famílias, não houve acesso à informação ou mesmo a participação dos mesmos na escolha da “sua quadra ou seus vizinhos, nem mesmo para qual conjunto habitacional seria removido” (ZURBA, 2003, p.70).

O projeto CHVC foi construído no Complexo Saco Grande durante o período de 1998 a 2000, quando iniciaram os reassentamentos. Projetado em uma área de 54.323,86 m², situado na Rodovia Virgílio Várzea (conjunto habitacional, do Programa Bom Abrigo), financiado com recursos do Programa Habitar Brasil do Governo Federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do município. Composto por creche, centro comunitário – com sede para associação comunitária, centro de formação e treinamento e quadra de esportes – rede de água e esgoto e 205 casas – com dois pavimentos – com área total 40m², sendo geminadas lateralmente, sob a expectativa de atender aproximadamente 1.025 pessoas.

³⁸ Construção dos Shopping Centers: Floripa, no Complexo Saco Grande e Iguatemi, no bairro Santa Mônica.

³⁹ Segundo Dantas (2004, p24-5) o Projeto Bom Abrigo surgiu da necessidade de implementar uma política habitacional no município, para a população de baixa renda, cujo objetivo e essência consistia em recuperar áreas de favelas e com deficiência de infra-estrutura, fornecendo habitação, abastecimento, serviços e mecanismos de geração de renda. E, também, foi implantado na Vargem do Bom Jesus (Vila União), no bairro Monte Cristo (Chico Mendes) e outros dois na SC-403.

⁴⁰ A BR 282 localiza-se na parte continental do município e constitui-se na principal ligação entre a ilha e a BR 101, estrada litorânea de ligação nacional.

Na mídia impressa⁴¹ do período, encontramos registros da fala de moradores, lideranças e Poder Público, além de toda a polêmica que o Projeto Bom Abrigo provocou na região⁴².

Em uma primeira reportagem, realizada na fase de finalização do CHVC, são expostas as condições precárias na qual viviam os moradores das margens da Via Expressa e suas expectativas em relação ao projeto, além do que, já retratava o estranhamento de moradores e lideranças do Complexo Saco Grande em relação à remoção destas famílias e a luta do COMOSG pela reserva de 30% das casas construídas para moradores do bairro.

Já em uma segunda reportagem, em 2003, é destacado por lideranças locais a necessidade de um Projeto de Assistência Social para as famílias removidas, bem como, reivindicação de projetos sociais para a área do Complexo, área de lazer, cursos profissionalizantes e policiamento nas ruas, sob a ameaça de fechar a SC-401 em protesto. Em ambas as reportagens, podemos evidenciar os embates entre o Complexo Saco Grande e o Poder Público em relação ao atendimento de suas reivindicações.

As chaves do CHVC foram entregues pela PMF no mês de setembro de 2000; tratava-se apenas de uma oficialidade, pois muitas famílias já estavam residindo no local, além do que, outras famílias ainda estavam por chegar. Contudo, é importante ressaltarmos que “tratava-se, também, de um período pré-eleitoral, no ano de 2000, de modo que a gestão vigente, que logo se reelegeu, fazia claros esforços de campanha no seio da Vila Cachoeira, e em todo o bairro” (ZURBA, 2003, p.55).

As casas foram entregues sem revestimentos nos pisos, ficando sob responsabilidade do morador prover estas melhorias. Outro aspecto a ser salientado é que a área das residências é muito pequena para abrigar as famílias.

As conseqüências de tal projeto, de muito má qualidade em todos os seus aspectos, não tardaram a aparecer. Os moradores, diante da necessidade de aumentarem a área construída, buscando maior conforto para a família, têm iniciado a ocupação das pequenas áreas deixadas livres no terreno, levando à

⁴¹ Vide reportagens extraídas do arquivo do COMOSG: FAMÍLIAS aguardam remoção com ansiedade. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 10/5/2000; MORADORES do Saco Grande querem mais seguranças nas ruas. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 27/3/2003. TJ nega liminar e mantém obras no bairro João Paulo. **Jornal A Notícia**. Florianópolis. 07/11/2003.

⁴² A questão da implantação do CHVC merece uma reflexão, em relação ao que foi realmente a inserção de aproximadamente 1.200 moradores no início do ano 2000, tendo em vista que durante a década 1980 a região sofreu o impacto de aproximadamente 5.000 moradores, através da implementação dos CHMV (1980) e CHPF (1986), possivelmente duplicando o número de moradores residentes na região. Contudo ao longo de nossa pesquisa não encontramos registros nas falas de moradores e lideranças locais, bem como, na mídia impressa, de contrariedade à implantação destes conjuntos habitacionais. Já em relação ao CHVC, por se tratar de uma população removida e sem poder aquisitivo para aquisição dos imóveis como no caso dos CHMV e CHPF, podemos afirmar que se trata de práticas de xenofobia e racismo.

deterioração do conjunto como um todo por taxas de ocupação que ultrapassarão todos os limites do aceitável e que chegarão próximas aos 100%, comprometendo todo o espaço do novo bairro (PIMENTA L.; PIMENTA. M, 2005).

Em relação ao assentamento das famílias no CHVC, consta no “Projeto de participação comunitária e desenvolvimento social do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira” (2003), da PMF, que a pedido do COMOSG, 40 famílias do Complexo Saco Grande que tiveram suas casas embargadas pela Defesa Civil também foram atendidas e removidas para o CHVC.

Em relação às famílias advindas das margens da BR-282, essas sofreram o impacto inicial, “de ver-se distanciada de seus locais de atividades anteriores, o que, de súbito, fez com que muitas famílias perdessem suas minguadas fontes de renda, pois o deslocamento diário para a área anteriormente ocupada inviabilizava-se pelo custo do transporte” (PIMENTA. L.; PIMENTA, M., 2005).

Também os moradores do Complexo Saco Grande resistiram em relação à presença dos novos moradores. A princípio, mesmo as famílias do Complexo Saco Grande resistiram em morar no conjunto habitacional, em função do preconceito gerado contra a população removida.

Zurba (2003, p.07) expõe, em sua tese de doutorado, que a vida cotidiana na região teve grandes mudanças a partir da instalação do CHVC, decorrentes do inchaço populacional na utilização de serviços que passaram a atender uma demanda muito superior ao habitual, citando como exemplo a ULS com numerosas filas, mercados locais sempre cheios, escolas e creches sem vagas suficientes para o atendimento da demanda excedente. Ressalta que, até o início do processo de implantação, não haviam sido construídas redes para atendimento desta população, a exemplo, “os núcleos de educação infantil da região não atendiam sequer 25% da demanda” (ZURBA, 2003, p.76).

Este processo de assentamento e integração destas famílias contou com o projeto de participação comunitária e desenvolvimento social do CHVC, promovido pela PMF, a equipe de trabalho foi composta por 2 Assistentes Sociais, 1 Educadora Social, e 2 estagiários – sendo 1 da área do Direito e outro do Serviço Social – e, posteriormente, pelo COMOSG, que

desenvolveu um trabalho de mediação entre a comunidade do bairro e do conjunto habitacional [...] tornou-se uma referência para a população do conjunto habitacional: os moradores do conjunto habitacional procuravam nesse órgão comunitário ajuda material e informações que os ajudassem a resolver seus problemas cotidianos (CORRÊA, 2005, p.75).

Em 2001, é oficialmente criada a Associação de Moradores da Vila Cachoeira (AMVIC), mas somente em 2002 são feitas eleições; atualmente, a AMVIC encontra-se desativada.

Também deste período data o início das construções do Floripa *Shopping*⁴³, situado na frente do acesso ao CHMV, no Complexo Saco Grande, em uma área de 30.811,95 m². Este empreendimento causou grande impacto sócio-ambiental na região⁴⁴. Moradores e lideranças mobilizaram-se em torno de questões como sistema de esgoto, viário, segurança, transporte, vagas de emprego, entre outros.

Acerca do Floripa *Shopping* a mídia impressa⁴⁵ noticiou inúmeras irregularidades e conflitos em relação a liberação da obra do *Shopping*; denúncias do empresário Carlos Amastha sobre questões que envolviam corrupção em órgãos públicos, expondo, também, a disputa entre os dois grandes centros de compras, na época em construção, destacou-se ainda a elaboração de estudos ambientais feitos por órgãos públicos, em relação ao destino do esgoto gerado, e Ação Civil Pública de cassação dos alvarás, concedidos em 2004.

Em setembro de 2005 surge o Fórum Social do Saco Grande, o qual será abordado com maior profundidade no próximo capítulo.

⁴³ Segundo os dados técnicos do Floripa *Shopping*, este possui área construída de 75.127,36 m²; 160 lojas; 07 salas de cinema, com cerca de 1.400 lugares; e 1.300 vagas de garagens. Sob a expectativa de gerar 1.500 empregos diretos e 3.000 indiretos. Com investimento de R\$ 120 milhões. Informações extraídas do sítio: <<http://www.floripashopping.com.br/>> acessado em 15 de maio de 2005.

⁴⁴ O terreno onde foi construído o Floripa *Shopping* era uma área de mangue que sofreu um longo processo de degradação e descaracterização ambiental. No início da década de 1990, os responsáveis pelo aterramento do terreno, que em parte era área de domínio da União, foram condenados a recuperar os danos causados, retirando o aterro e o entulho depositados no local. A sentença foi fruto de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), a pedido da comunidade do Saco Grande, com o objetivo de preservar áreas remanescentes de manguezal e recuperar a área degradada e as margens do rio Pau do Barco. Os réus, no entanto, não cumpriram a pena aplicada. Em 2001, a Incorporadora de *Shopping Center* Florianópolis se propôs a assumir a sentença, já que tinha interesse de construir o acesso rodoviário ligando a estrutura do Floripa *Shopping* à SC 401 – o que implicaria em utilizar a área pertencente à união. Nesse sentido, o MPF firmou o Termo de Acordo Judicial – TAJ (firmado pelo Ministério Público Federal, Oswaldo José Vidal e outros e Incorporadora de *Shopping Center* Florianópolis, sendo intervenientes e beneficiários o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, Associação de Amigos de Carijós, IPHAN, Instituto Ambiental Ratonos – IAR, Polícia de Proteção Ambiental de Santa Catarina, referente a execução da sentença da Ação Civil Pública – ACP nº. 94.000476-1, da 6ª Vara Federal Florianópolis, que será assumida pela Incorporadora de *Shopping Center* Florianópolis LTDA) que determinou uma série de compromissos aos empreendedores do shopping, além do cumprimento da sentença dos antigos usuários do terreno. Esses compromissos são uma contrapartida pelos benefícios que o acesso rodoviários traz ao empreendimento. (COMUNIDADES terão estrutura para atividades de educação ambiental. **O Vizinho**. Informativo do Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza nº. 5. Florianópolis, janeiro / março 2007 p.5)

⁴⁵ Vide reportagens extraídas do arquivo do COMOSG: DONO de *Shopping* denuncia corrupção. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 07/5/2005, p.18; CÂMARA fará investigações. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 09/5/2005, p.12; PF investiga fraudes desde 2004. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 10/5/2005, p.14-5; CÂMARA votará a liberação de obra. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 11/5/2005, p.15; EU TIVE coragem de denunciar. E você? **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. Informe publicitário.

Conforme os dados do Censo Demográfico do IBGE do ano 2000, o Complexo Saco Grande apresenta os seguintes números em relação à população residente, por sexo, idade, domicílios particulares, números de moradores por domicílio, responsáveis por domicílios, renda, esgoto, água e outros, como veremos nas tabelas que seguem.

Tabela 1 - População residente por sexo

Bairro	Sexo	Anos	
		1996	2000
Saco Grande	Total	7.301	5.002
	Homens	3.598	2.519
	Mulheres	3.703	2.483
Monte Verde	Total	-	6.198
	Homens	-	3.033
	Mulheres	-	3.165
Complexo Saco Grande	Total	7.301	11.200
	Homens	3.598	5.552
	Mulheres	3.703	5.648

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Conforme os dados do IBGE, o Complexo Saco Grande no ano 1996 possuía um universo de 7.301 habitantes, sendo que 50,71% eram mulheres e 49,28% homens. Chega aos anos 2000 com 11.200 habitantes, deste total 50,42% eram mulheres e 49,57% homens. É importante destacar que esse Censo Demográfico é anterior à remoção das famílias da Via Expressa, que contou com aproximadamente 1.025 pessoas removidas.

Tabela 2 – População residente por sexo e grupos de idade

Grupos de idade	Ano 2000								
	Bairros								
	Monte Verde			Saco Grande			Complexo Saco Grande		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	6.198	3.033	3.165	5.002	2.519	2.483	11.200	5.552	5.648
0 a 9 anos	1.066	521	545	1.119	586	533	2.185	1.107	1.078
10 a 19 anos	1.356	701	655	1.068	546	522	2.424	1.247	1.177
20 a 29 anos	1.150	590	560	968	487	481	2.118	1.077	1.041
30 a 39 anos	1.018	499	519	828	404	424	1.846	903	943
40 a 49 anos	862	395	467	553	285	268	1.415	680	735
50 a 59 anos	414	198	216	259	128	131	673	326	347
60 anos ou mais	332	129	203	207	83	124	539	212	327

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Através da tabela, acima podemos perceber que do universo de 11.200 habitantes do Complexo Saco Grande: 19,50% tinham entre 0 e 9 anos, 21,64% entre 10 e 19 anos, 18,91% entre 20 e 29 anos, 16,48% entre 30 e 39 anos, 12,63% entre 40 e 49 anos, 6% entre 50 e 59

anos e 4,81% 60 anos ou mais. Também a tabela informa que a maior parte da população tem idade entre 0 e 19 anos e corresponde a 41,56% do universo de 11.200 habitantes.

No bairro Monte Verde, 40,41% da população, de 6.198 habitantes, concentrava-se entre 10 e 29 anos. Já no bairro Saco Grande, 43,73% da população de 5.002 habitantes concentrava-se entre 0 e 19 anos. Também percebemos que a partir dos 30 anos a população masculina começou a ser superada pela feminina, em ambos os bairros. Em relação à terceira idade do total de 539 pessoas idosas no Complexo Saco Grande 60,66% eram mulheres e 39,33% homens. O bairro Monte Verde apresenta uma maior concentração no grupo de idade de 10 a 19 anos, totalizando 21,87% do universo de 6.198 habitantes. Já o bairro Saco Grande tem uma maior concentração no grupo de idade entre 0 a 9 anos, totalizando 22,37% do universo de 5.002 habitantes.

Tabela 3 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por tipo do domicílio

Ano 2000			
Bairro	Tipo do domicílio	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidade)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)
Monte Verde	Total	1.698	6.198
	Casa	1.316	4.920
	Apartamento	381	1.276
	Cômodo	1	2
Saco Grande	Total	1.290	4.938
	Casa	1.248	4.810
	Apartamento	42	128
	Cômodo	-	-
Complexo Saco Grande	Total	2.988	11.136
	Casa	2.564	9.730
	Apartamento	423	1.404
	Cômodo	1	2

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

A partir da tabela acima podemos concluir que, dos 11.200 habitantes residentes no Complexo Saco Grande 64 moradores (0,57%), não têm domicílio particular permanente; 11.136 habitantes residem em 2.988 domicílios particulares permanentes. Deste total 85,80% residem em casas, 14,15% em apartamentos e 0,03% em cômodos.

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes por número de moradores

Ano 2000								
Bairro	Número de moradores							Total
	1	2	3	4	5	6	7 ou mais	
Monte Verde	124	260	430	441	272	104	67	1.698
Saco Grande	73	175	336	328	204	104	70	1.290
Complexo Saco Grande	197	335	766	769	476	208	137	2.988

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Na tabela acima, visualizamos que dos 2.988 domicílios particulares permanentes no Complexo Saco Grande, os que possuíam entre 3 e 5 moradores representam 67,30% do universo de domicílios.

Tabela 5 - Média de moradores por domicílio

Ano 2000	
Bairro	Média de moradores por domicílio
Monte Verde	3,65
Saco Grande	3,76
Complexo Saco Grande	3,74

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Assim, conforme a tabela 5, o Complexo Saco Grande apresentava uma média de 3,74 moradores por residência, sendo que os bairros que o compõe, Monte Verde e Saco Grande, apresentavam respectivamente a taxa de 3,65 e 3,76 moradores por residência.

Tabela 6 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por sexo e grupos de idade

Grupos de idade	Ano 2000								
	Bairros								
	Monte Verde			Saco Grande			Complexo Saco Grande		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
15 a 19 anos	8	4	12	9	6	15	17	10	27
20 a 29 anos	210	56	166	228	50	278	338	106	444
30 a 39 anos	374	105	479	326	74	400	700	179	879
40 a 49 anos	337	157	494	247	67	314	584	224	808
50 a 59 anos	166	87	253	111	40	151	277	127	404
60 anos ou mais	100	94	194	63	62	102	163	156	296
Total	1.195	503	1.698	994	296	1.290	2.189	799	2.988

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Conforme vemos na tabela 1, em 2000, 50,42% da população do Complexo Saco Grande era do sexo feminino. No entanto, podemos visualizar por meio da tabela 6 que o sexo

predominante do responsável pelo domicílio é o masculino, sendo que dos 2.988 domicílios cadastrados, 73,25% são responsáveis os homens e 7,13% as mulheres. No bairro Monte Verde, dos responsáveis pelos domicílios, 70,37% são homens e 29,62% são mulheres do universo de 1.698 dos provedores do domicílio. Já o bairro Saco Grande do universo de 1.290 provedores, 77,05% são homens e 22,94% são mulheres.

Tabela 7 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo

Anos de estudo da pessoa responsável pelo domicílio	Ano 2000		
	Bairros		
	Monte Verde	Saco Grande	Complexo Saco Grande
Sem instrução e menos de 01 ano	50	77	127
1 a 4 anos	414	526	950
5 a 8 anos	535	352	986
9 a 11 anos	538	136	674
12 anos ou mais	157	82	239
Não determinados	04	18	22
Total	1.698	1.290	2.988

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Em relação à tabela 7, podemos perceber que dos 2.988 responsáveis pelo domicílio, 4,98% possuem menos de 1 ano ou não possuem instrução ou não determinam; 64,79% possuem até 8 anos de estudo (sendo que deste universo de 1.936 responsáveis pelos domicílios 26,91% pararam de estudar após 4 anos de ensino e 29,08% após 8 anos de ensino); 31,29% possuem mais de 9 anos de estudo. Por meio desta análise, percebemos, também, que o grau de instrução dos responsáveis pelos domicílios concentra-se no ensino fundamental.

A tabela também informa que os responsáveis pelo domicílio no Monte Verde 40,93% têm mais de 9 anos de estudo, ou seja, até o ensino médio. Já em relação ao Saco Grande 40,77% tem até 4 anos de estudo, ou seja, até o ensino básico.

Tabela 8 – Pessoas responsáveis pelos domicílios permanentes particulares por sexo e classes de rendimento nominal mensal⁴⁶

Classes de rendimento nominal mensal	Ano 2000								
	Bairros								
	Monte Verde			Saco Grande			Complexo Saco Grande		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	1.698	1.195	503	1.290	994	296	2.988	2.189	799
Até ½ salário mínimo	2	-	2	3	3	-	5	3	2
Mais de ½ a 1 salário mínimo	67	29	38	143	68	75	210	97	113
Mais de 1 a 2 salários mínimos	187	93	94	211	149	62	398	242	156
Mais de 2 a 5 salários mínimos	654	438	216	464	402	62	1.118	840	278
Mais de 5 a 10 salários mínimos	502	411	91	252	222	30	754	633	121
Mais de 10 a 20 salários mínimos	149	129	20	68	60	8	217	189	28
Mais de 20 salários mínimos	28	26	2	31	30	1	59	56	3
Sem rendimento	109	69	40	118	60	58	227	129	98

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Em relação ao rendimento nominal mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, percebemos que no bairro Monte Verde a maior média salarial era entre 2 a 5 salários mínimos, ou seja, 38,51% dos responsáveis por domicílios seguida de 29,56% entre 5 a 10 salários mínimos. Já no bairro Saco Grande a média de 2 a 5 salários mínimos representa 35,96% seguida de 19,53% entre 5 a 10 salários mínimos do universo de 1290 responsáveis pelos domicílios.

Se olharmos estes dados em termos do Complexo Saco Grande, teremos, no universo de 2.988 responsáveis por domicílios permanentes, 34,41% ganhando mais de 2 a 5 salários mínimos e 25,23% ganhando mais de 5 a 10 salários mínimos.

⁴⁶ Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00; A categoria sem rendimento inclui pessoas que somente receberam em benefícios. (Censo Demográfico – IBGE) O valor do dólar em maio de 2000 correspondia a U\$ 1.83, o salário mínimo no período correspondia a U\$ 85,51. Há mais de 20 anos, o DIEESE estima o valor do salário mínimo necessário para atender as necessidades dos trabalhadores e de suas famílias conforme prevê o artigo 7º inciso IV da CF/88. Na estimativa realizada em fevereiro de 2000 apontava o valor de R\$ 930,83. Fonte: MENDOÇA, S.E.A. Salário Mínimo: Será que desta vez é pra valer? Disponível em: DIEESE - < <http://www.dieese.org.br/esp/salmin/sergio.xml> > acessado em 29/05/2007.

Tabela 9 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por abastecimento de água

Ano 2000			
Bairros	Forma de abastecimento de água	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidade)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)
Monte Verde	Total	1.698	6.198
	Rede geral	1.158	4.170
	Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	1.157	4.168
	Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	1	2
	Poço ou nascente (na propriedade)	110	409
	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	88	330
	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	-	-
	Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	22	79
	Outra forma	430	1.619
	Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	428	1.616
	Outra forma - não canalizada	2	3
Saco Grande	Total	1.290	4.938
	Rede geral	492	1.857
	Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	490	1.848
	Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	2	9
	Poço ou nascente (na propriedade)	798	3.081
	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	791	3.062
	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	5	14
	Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	2	5
	Outra forma	-	-
	Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	-	-
	Outra forma - não canalizada	-	-
Complexo Saco Grande	Total	2.988	11.136
	Rede geral	1.650	6.027
	Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	1.647	6.016
	Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	3	11
	Poço ou nascente (na propriedade)	908	3.490
	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	879	3.392
	Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	5	14
	Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	24	84
	Outra forma	430	1.619
	Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	428	1.616
	Outra forma - não canalizada	2	3

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Dos 1.698 domicílios particulares permanentes no bairro Monte Verde, 68,19% são abastecidos pela rede geral, 6,47% possuem poço ou nascente na propriedade e 25,32%

possuem outras formas de abastecimento. No bairro Saco Grande, do universo de 1.290 domicílios particulares permanentes 38,13% são abastecidos pela rede geral e 61,86% possuem poço ou nascente na propriedade. Daí porque o grande número de associações de moradores no Saco Grande criadas em torno da questão da água.

Tabela 10 - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes por tipo do esgotamento sanitário

Ano 2000			
Bairro	Tipo de esgotamento sanitário	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidade)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)
Monte Verde	Total	1.698	6.198
	Rede geral de esgoto ou pluvial	229	827
	Fossa séptica	1.037	3.762
	Fossa rudimentar	373	1.397
	Vala	32	118
	Rio, lago ou mar	05	20
	Outro escoadouro	06	25
	Não tinham banheiro nem sanitário	16	49
Saco Grande	Total	1.290	4.938
	Rede geral de esgoto ou pluvial	177	728
	Fossa séptica	675	2.545
	Fossa rudimentar	433	1.647
	Vala	02	08
	Rio, lago ou mar	-	-
	Outro escoadouro	01	03
	Não tinham banheiro nem sanitário	02	07
Complexo Saco Grande	Total	2.988	11.136
	Rede geral de esgoto ou pluvial	406	1.555
	Fossa séptica	1.712	6.307
	Fossa rudimentar	806	3.044
	Vala	34	126
	Rio, lago ou mar	05	20
	Outro escoadouro	07	28
	Não tinham banheiro nem sanitário	18	56

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Quanto às formas de saneamento básico, no bairro Monte Verde 13,48% dos domicílios estavam ligados à rede geral ou pluvial, 61,07% possuíam fossa séptica, 21,96% fossa rudimentar, 1,88% vala, 0,29% escoam no rio, lago ou mar, 0,35% possuíam outro escoadouro e 0,11% não tinham banheiro nem sanitário. Quanto ao bairro Saco Grande 13,72% dos domicílios estavam ligados à rede geral ou pluvial, 52,32% possuíam fossa séptica, 33,56% fossa rudimentar, 0,15% vala, 0,07% possuíam outro escoadouro e 0,15% não tinham banheiro nem sanitário.

Este dado vem demonstrar a precariedade do esgotamento sanitário vivido no Complexo Saco Grande e em muitos bairros em Florianópolis.

Tabela 11 - Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por número de banheiros

Ano 2000			
Bairro	Número de banheiros	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidade)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)
Monte Verde	Total	1.698	6.198
	1 banheiro	1.292	4.544
	2 banheiros	301	1.202
	3 banheiros ou mais	88	397
	Não tinham	17	55
Saco Grande	Total	1.290	4.938
	1 banheiro	990	3.780
	2 banheiros	174	688
	3 banheiros ou mais	92	342
	Não tinham	34	128
Complexo Saco Grande	Total	2.988	11.136
	1 banheiro	2.282	8.324
	2 banheiros	475	1.890
	3 banheiros ou mais	180	739
	Não tinham	51	183

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Na tabela 11, podemos perceber que no bairro Monte Verde, do universo de 1.698 dos domicílios particulares permanentes 76,08% possuem 1 banheiro, 17,72% 2 possuem banheiros, 5,18% possuem 3 ou mais banheiros e 1% não tinha banheiro. Já o bairro Saco Grande, dos 1.290 domicílios particulares permanentes 76,74% possuía 1 banheiro, 13,48% possuía 2 banheiros, 7,13% possuía 3 ou mais banheiros e 2,63% não tinham banheiro.

Tabela 12 - Domicílios particulares permanentes e Moradores em Domicílios particulares permanentes por destino do lixo

Ano 2000			
Bairro	Destino do lixo	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidade)	Moradores em domicílios particulares permanentes (Pessoas)
Monte Verde	Total	1.698	6.198
	Coletado	1.697	6.197
	Coletado por serviço de limpeza	1.692	6.176
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	5	21
	Queimado (na propriedade)	1	1
	Enterrado (na propriedade)	-	-
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	-	-
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-
	Outro destino	-	-
Saco Grande	Total	1.290	4.938
	Coletado	1.289	4.933
	Coletado por serviço de limpeza	1.287	4.928
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	2	5
	Queimado (na propriedade)	-	-
	Enterrado (na propriedade)	-	-
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	-	-
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-
	Outro destino	1	5
Complexo Saco Grande	Total	1.698	6.198
	Coletado	1.697	6.197
	Coletado por serviço de limpeza	1.692	6.176
	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	5	21
	Queimado (na propriedade)	1	1
	Enterrado (na propriedade)	-	-
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	-	-
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-
	Outro destino	-	-

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 2000

Em relação à coleta de lixo, no bairro Monte Verde, percebemos que dos 1.698 domicílios particulares permanentes cadastrados 99,94% têm o lixo coletado. No bairro Saco Grande, percebemos que dos 1.290 domicílios particulares permanentes 99,92% são coletados.

Apresentados os dados coletados no Censo Demográfico do IBGE, os quais expressam as demandas por infra-estrutura urbana e equipamentos sociais presentes na luta dos grupos organizados do Complexo Saco Grande.

Seguiremos com uma breve apresentação das distintas formas de organização da sociedade civil no Complexo Saco Grande, para que se possa entender com maior propriedade como se estrutura o FSSG.

2.1. As distintas formas de organização presentes no Complexo Saco Grande

Entre as distintas formas de organização da sociedade civil presente no Complexo Saco Grande, podemos destacar os Conselhos e Associações de Moradores, ONG's, Entidades de ordem religiosa, Associação de Pais e Professores (APP), dentre outras. Para tanto, seguimos com uma breve apresentação destas, iniciando pelas Associações e Conselhos de Moradores⁴⁷:

Conselho dos Moradores do Saco Grande (COMOSG): fundado em 20 de janeiro de 1980, declarado de Utilidade Pública pela Lei nº. 3306/89 de 07 de dezembro de 1989 (anexo A). Localizado na Rodovia Virgílio Várzea, tem por objetivo desenvolver trabalho comunitário visando à melhoria na infra-estrutura do bairro e integração da comunidade. Desenvolve as seguintes ações: Projeto Renascer, é um projeto de jornada ampliada, que atende aproximadamente 170 crianças e adolescentes, com a faixa etária entre 07 a 14 anos; Projeto Formiguinhas (grupo de idosas), Grupo de idosas voluntárias que confeccionam enxovais para grávidas com baixa renda; Escolinha de futebol; e é parceiro do Instituto Carijós no Projeto Criaventura. Tem funcionários cedidos pela PMF. As fontes financeiras advêm de doações, do convênio com o Governo Estadual e com a PMF.

Conselho dos Moradores do Monte Verde (CMMV): fundado em 13 de dezembro de 1980 e declarado de Utilidade Pública pela Lei nº. 2146/84 de 11 de outubro de 1984 (anexo B). Localizado no CHMV, tem por objetivo organizar a comunidade para obtenção de melhorias na infra-estrutura do bairro. Desenvolve as seguintes ações: creche (para 140 crianças de 0 a 6 anos); grupo de idosos; capoeira; balé; e aluguel da quadra de areia. As fontes de recursos financeiros provêm de doações, de recursos próprios, do convênio com a PMF.

Associação Pró-Comunidade do Monte Verde (APROCOM): fundada em 09 de março de 1985, declara de Utilidade Pública pela Lei nº. 5132/97 de 15 de setembro de 1997

⁴⁷ Optamos em apresentar obedecendo à ordem cronológica de suas fundações, ressaltando que, principalmente nos casos das Associações Comunitárias, estas datas se referem a quando foram oficialmente registradas, contudo muitas já funcionavam anteriormente.

(anexo C). Localizada entre o CHMV e CHPF e tem por objetivo organizar os moradores, reivindicar por melhorias para o bairro e aprofundar a participação com outras entidades. Surgiu de algumas discordâncias internas entre a diretoria do CMMV; atualmente, as entidades convivem no mesmo bairro. Seu principal serviço oferecido à comunidade é a creche. É responsável, também, pela manutenção do parque e limpeza da cachoeira. Tiveram experiências com cooperativas.

Associação de Moradores do Loteamento João Gonzaga da Costa (ACOLJOGOC): fundada em 22 de fevereiro de 1986, é localizada no Loteamento João Gonzaga da Costa, popularmente conhecido como “Barreira do Janga”. Foi organizada em função da questão da água. Possui sistema de tratamento e abastecimento de água para a comunidade, parque infantil, quadra de esportes e lanchonete. Desenvolve atividades como: atendimento a comunidade, projeto com crianças, promove reuniões com a comunidade, e também, com órgãos públicos. Tem por objetivo a integração com as outras comunidades e melhorias na infra-estrutura do bairro. Os recursos financeiros são providos por meio de cobranças de taxas, para o abastecimento de água nas residências, do convênio com a PMF e de doações.

Associação de Moradores do Parque da Figueira (AMPAF): fundada em 24 de maio de 1986 e declarada de Utilidade Pública pela Lei nº. 3417/90 de 05 de julho de 1990 (anexo D). Localizada no CHPF, com objetivo de atender a resolução de problemas de educação e saúde dos habitantes do conjunto habitacional. Atualmente está desativada. O Centro de Educação Complementar, instalado em 1990 na AMPAF, anos após, em função de um projeto de reforma na sede, passou a funcionar em uma casa alugada, atendendo a 65 crianças. Os recursos financeiros são providos de doações e do convênio com a PMF.

Associação de Moradores do Sol Nascente (AMSOL): fundada em 1991, declarada de Utilidade Pública pela lei nº. 5013/96 de 19 de dezembro de 1996 (anexo E). Localizada no Morro do Sol Nascente. Surgiu devido à questão da água e tem por objetivo a busca junto ao Poder Público do reconhecimento das necessidades particulares desta comunidade, como: a construção de uma creche, atendimento de coleta de lixo e a operacionalização de linha de ônibus que atendam o local. A AMSOL é responsável pela canalização, tratamento e distribuição da água para a população residente na micro-região.

Associação de Moradores da Vila Cachoeira (AMVIC): fundada em 2001, localizada no Condomínio Habitacional Vila Cachoeira. Conta com a sede da Associação de Moradores e Centro de Capacitação, ambos desativados. O espaço tem sido cedido para o

desenvolvimento dos seguintes projetos: Agente Jovem do Governo Federal, e Projeto Criaventura em parceria com o Instituto Carijós.

Conselho Local de Saúde (CLS): foi implantado no Centro de Saúde Saco Grande, em 05 de dezembro de 2002, através de assembléia geral⁴⁸. Segundo Martini (2006, p.63) o CLS é ligado hierarquicamente ao Conselho Municipal de Saúde e atua no nível da participação e controle social das ações de saúde ou correlacionado à saúde, possui caráter consultivo e regimento interno (aprovado em 03 de abril de 2003) e não possui composição paritária⁴⁹.

Associação dos Usuários da Água do Morro do Balão (AUMBA): fundada em 08 de novembro de 2003 e declarada de Utilidade Pública pela Lei nº.6681/2005 de 15 de abril de 2005 (anexo F). Localizada no Morro da Pedra do Balão, originou-se da questão da água. Desenvolve ações de captação, depósito e distribuição de água para seus associados, tal como a guarda e conservação dos mananciais; atende há aproximadamente 200 residências. Contudo, há 40 casas sem abastecimento de água, o que tem sido fonte de conflitos entre moradores e lideranças da micro-região.

Associação Pró-Comunidade do Caminho da Cruz (APROCRUZ): fundada em 16 de julho de 1988, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº.4472/91 de 22 de agosto de 1994 (anexo G). Localizada no Morro do caminho da Cruz, surgiu da necessidade pelo calçamento da via principal que dá acesso à comunidade, dentre outras demandas. Atualmente, desenvolve ações de captação, análise e abastecimento de água para a comunidade; mantém 14 lixeiras comunitárias. Tem como parceiros a Seara Espírita Entreposto da Fé (SEEDE) e Centro Espiritual Estrela Guia.

Além das Associações e Conselhos de Moradores acima citados, fazem-se presentes no bairro outras instituições e formas de organização, tais como:

Associação Catarinense de Integração ao Cego (ACIC): é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse público (OSCIP) fundada em 18 de junho de 1977, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº. 1606/78 de 28 de agosto de 1978 (anexo H). Localizada na Rodovia Virgílio Várzea, tem por finalidade promover e realizar a educação, reabilitação e profissionalização de pessoas portadoras de deficiência visual. Desenvolvem as seguintes atividades: atendimento as necessidades básicas de educação, assistência social, atendimento

⁴⁸ Criado pela resolução nº. 01, de 11 de maio de 2000, do Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis.

⁴⁹ É formado por 50% mais um de representantes dos usuários e o restante de trabalhadores de saúde e instituições com vínculo governamental.

psicológico, apoio pedagógico, orientação e encaminhamento para o trabalho e para as escolas. Conta com o apoio de funcionários cedidos pela PMF e pelo Governo Federal, além de estagiários e voluntários. Os recursos financeiros são provenientes de convênios com a PMF e o Governo Federal, entidades ou organismos internacionais, parcerias e doações.

Associação de Pais e Professores da Escola Estadual Básica Laura Lima (APP): fundada em 29 de junho de 1983, foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº. 6529/2004 de 25 de agosto de 2004 (anexo I).

Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Básica Donícia Maria da Costa (APP): fundada em 18 de maio de 1993, foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº. 6389/2003 de 19 de dezembro de 2003 (anexo J).

Associação Recreativa e Cultural Pró-Cruz, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº. 4873/96 de 10 de maio de 1996 (anexo K).

Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza fundado em 1999. É uma ONG com sede na Estação de Conservação Ecológica de Carijós (ESEC - Carijós). Tem por objetivo subsidiar a ESEC - Carijós nas suas atividades de pesquisa e educação ambiental em seu entorno. No Complexo Saco Grande desenvolve ações de apoio ao FSSG e de arte-educação com crianças e adolescentes, por meio do Projeto Criaventura, ação prevista no Termo de Acordo Judicial (TAJ) nº. 96.00.06712-0⁵⁰, contando com seguintes parcerias: COMOSG, AMVIC e Associação Cultural Arrasta Ilha.

As diversas instituições e / ou organizações religiosas⁵¹ presentes na região são: **Assembléia de Deus; Igreja Adventista do 7º dia; Ponto de Pregação da Palavra de Deus – Assembléia de Deus; Igreja Pentecostal: Jesus é o caminho; Salão do Reino das Testemunhas de Jeová; Igreja do Evangelho Quadrangular; Igreja Matriz São Francisco Xavier; Templo Masson, Igreja Baptista, Seara Espírita Entreposto da Fé;** entre outras. Estas instituições frequentemente oferecem serviços assistenciais à comunidade. Dentre os quais destacamos:

⁵⁰ O Projeto Criaventura passou a ser desenvolvido no Complexo Saco Grande a partir do segundo semestre de 2005, como ação proposta pelos Conselhos e Associações de Moradores, que originalmente eram um dos focos do Projeto, de acordo com o Termo de Acordo Judicial (TAJ) nº. 96.00.06712-0, firmado pelo Ministério Público Federal entre Associação Amigos Pró Conservação da Estação Ecológica de Carijós (Amigos de Carijós) e a Incorporadora de Shopping Center Florianópolis, entre outros compromissados.

⁵¹ Foram mapeadas as instituições presentes na Rodovia Virgílio Várzea e adjacências, o que não descarta a possibilidade de ampliação deste número nas diversas comunidades que compõem o Complexo Saco Grande.

Seara Espírita Entrepasto da Fé (SEEDE) é uma instituição de ordem religiosa espírita, que possui creche para crianças (de 0 a 6 anos). Foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº. 3695/92 de 7 de janeiro de 1992 (anexo L). Neste espaço já foram realizados cursos de mecânica, pedreiro, revestimento cerâmico, de eletricista e o projeto da fábrica de lajotas, que funcionou por um período na sede da APROCRUZ; o intuito deste projeto era a fabricação de lajotas apenas para calçar as servidões da própria comunidade. Os materiais vinham, em sua maioria, de doações. Quando o objetivo foi alcançado, a fábrica foi transferida para a comunidade do Sol Nascente.

Também encontra-se as seguintes Pastorais Sociais: **Pastoral da Criança; Pastoral da Saúde; Pastoral da Pessoa Idosa; Pastoral da Juventude**. As Pastorais são órgãos comunitários ligados à Arquidiocese e a Paróquia São Francisco Xavier, fazem parte da Ação Social Paroquial São Francisco Xavier; estão presentes há 13 anos no Complexo Saco Grande.

A **Associação Vida Verde** é uma ONG, fundada em 1996, para venda de medicamentos fitoterápicos com preços acessíveis à população. Inicialmente subsidiada por recursos da Pastoral da Saúde de uma Arquidiocese oriunda da Alemanha, atualmente é mantida através da venda de medicamentos. É ligada a Pastoral da Saúde.

A região ainda conta com a presença de pelo menos 5 **Centros de Umbanda**, localizados, dois na Barreira do Janga, um no Morro do Balão, um no Monte Verde, um na região central do Saco Grande (informação verbal)⁵².

Há a presença de times amadores de futebol como **Zé Ketis** (15 anos); **Monte Verde** (10 anos); **Vila Cachoeira** (2 anos) e **Botafogo 2** (4 anos, originalmente fundado no bairro Pantanal, presente na região há quase 1 ano), (informação verbal)⁵³.

O Complexo Saco Grande também conta com a presença de **Grupos de Idosos**, vinculados ao ULS, em programas de ginástica; ao COMOSG denominado Formiguinhas; e ao CMMV com aproximadamente 80 membros.

Conta finalmente com o **Grupo dos Alcoólicos Anônimos Monte Verde (AA)**, instalado no bairro Monte Verde, desde 2005.

Apresentadas as distintas formas de organização da sociedade civil presentes no Complexo Saco Grande, seguimos com o surgimento e trajetória do FSSG, enquanto espaço público, na luta pelo acesso à cidade.

⁵² Informações cedidas por R.A. dos A, em contato realizado em 24/05/2007.

⁵³ Informações cedidas por R.A. dos A, em contato realizado em 24/05/2007.

3. FÓRUM SOCIAL DO SACO GRANDE: TRAJETÓRIA E DESAFIOS

No Complexo Saco Grande, a primeira iniciativa de trabalho em conjunto entre Conselhos e Associações de Moradores se deu entre os anos de 1999 a 2004. Tratava-se de um Colegiado de Entidades composto por Conselhos e Associações de Moradores da região.

O Colegiado de Entidades buscava coletivamente soluções para os problemas de infraestrutura do Complexo Saco Grande; as reuniões ocorriam na sede do COMOSG. A forma de encaminhamento formal das lutas e reivindicações, via documentação, constituiu-se em uma das divergências do Colegiado, pois como nem todas as Associações de Moradores existiam legalmente, a documentação era expedida pelo COMOSG ainda que com as assinaturas dos envolvidos.

Na compreensão de alguns, algo que deveria refletir a idéia de colegiado, acabava dando destaque para um dos sujeitos participantes o que enfraquecia a luta conjunta.

Segundo relatos de lideranças, estavam à frente do processo as entidades: COMOSG e APROCOP. O Colegiado perdurou por aproximadamente 4 anos, desaparecendo pelo esvaziamento que foi se consolidando ao longo do tempo. Podemos atribuir, também, ao esvaziamento e enfraquecimento do colegiado o envolvimento político-partidário das lideranças das entidades e as relações de disputa de poder entre estas (informação verbal)⁵⁴.

Entre o fim do Colegiado de Entidades e o surgimento do FSSG são tidas como ações coletivas que envolveram as entidades: ao longo dos anos 2000, a campanha contra a proliferação mosquito borrachudo e a reforma e ampliação do Posto Policial⁵⁵ (2003).

Em setembro de 2005 surge o Fórum Social do Saco Grande, inicialmente denominado Fórum da Comunidade. Segundo Martini (2006, p.64-5)

o FSSG foi criado em setembro de 2005 a partir da iniciativa do SENAI / CTAI e da Associação Catarinense de Integração ao Cego – ACIC. Tinha como objetivo inicial resgatar o Colegiado de Entidades do bairro Saco Grande e, na perspectiva do SENAI / CTAI, desenvolver uma ação de

⁵⁴ Informações extraídas da entrevista realizada com H.Q. em 20/4/2007; R. A. dos A. em 11/5/2007.

⁵⁵ O Posto Policial foi fundado na Praça do CHMV na década de 1980, sendo em 1990 a Praça Osni Ferreira foi denominada Logradouro Público de Praça pela Lei nº. 3346/90. Contudo, é a Polícia Estadual que cuida da segurança do Complexo Saco Grande e adjacências, o que gera problemas, primeiro porque não são repassadas verbas estaduais, pois, o posto está localizado em praça pública do município e o município não repassa verbas, pois, os policiais são estaduais. Trata-se, pois, de um Posto Policial de responsabilidade do Estado localizado em praça pública municipal. Quando no período da solicitação de recursos para a reforma e ampliação do Posto ao Estado, surgiram divergências, pois o Estado não poderia executar uma obra em espaço municipal e vice-versa. Cogitou-se a hipótese de transferência do Posto Policial. No entanto, as entidades comunitárias do Complexo Saco Grande reuniram forças e realizaram por si mesmas a reforma e ampliação do Posto Policial.

responsabilidade social no bairro. Atualmente, o FSSG é um espaço público organizado, composto por ONG's, associações de moradores, grupos organizados, pastorais sociais, entidades governamentais (entre elas o Departamento de Serviço Social da UFSC) e cidadãos do bairro Saco Grande, tendo como objetivo incentivar a participação e o controle social na busca pela efetivação de direitos sociais bem como se articular à lutas mais amplas na cidade.

O primeiro registro de mobilização para o FSSG foi em reunião do CLS, no qual o Instituto Carijós conjuntamente com o SENAI / CTAI apresentaram proposta de ação pautada em três macro-ações (1. Educação sanitária e ambiental; 2. Mobilização e organização comunitária; 3. Capacitação profissional e geração de renda), tendo como foco inicial o CHVC, mas não se limitando a este.

A primeira reunião foi marcada para o dia 22 de setembro de 2005, com abertura para entidades e moradores em geral. Contudo, em entrevista realizadas com lideranças locais há registros de que as reuniões demandadas pelo SENAI / CTAI para falar do “Projeto de Responsabilidade Social”⁵⁶ teriam iniciado anterior a esta data. As reuniões no ano de 2005 aconteceram nos auditórios do SENAI / CTAI e da ULS, sendo que em 2006 opta-se pelo auditório da ULS.

É interessante destacar que quando perguntado às lideranças sobre o início da sua participação no FSSG foi exposto que “quando existia o Fórum Social anterior [Colegiado de Entidades] era mais restrito; achávamos que era só para as Associações e Conselhos de Moradores. Já o Fórum Social é diferente, fomos convidadas a participar” (M.C.L.S. e M.A.B. informação oral)⁵⁷. Já D.C.Z. (informação oral)⁵⁸ expõe que participa desde “quando começou, nas primeiras reuniões quando era no SENAI. [Ficou sabendo das reuniões] na APROCOM; mandaram ofício pra lá, convocando. Aí pediram pra mim ir. Aí eu vim”.

⁵⁶ Informações extraídas da entrevista realizada pela monitoras das disciplinas DSS5135 e 5166, Débora Martini e Raquel Szymczak Fachin, em 07 de fevereiro de 2006. Segundo entrevista realizada com a então Coordenadora do Projeto de Responsabilidade Social, R.B.Z.M., em 2006, a proposta do Projeto de Responsabilidade Social surgiu de conversa entre a Coordenadora Pedagógica do SENAI / CTAI e a Assistente Social da ACIC, onde foi relatado que há tempos atrás houve a tentativa de se criar um projeto de responsabilidade social para o bairro Saco Grande que acabou se perdendo, pois, não conseguiram mobilizar toda comunidade. A partir desta proposta surgiu a idéia que o SENAI / CTAI poderia mobilizar a comunidade. É importante ressaltar que as ações sociais do SENAI / CTAI deveriam ser efetuadas pelo Sesi, e este só apoiou a iniciativa porque atendia aos critérios do Prêmio Nacional de Qualidade. Dentro dos cursos superiores existe o sistema de avaliação institucional, com uma dimensão denominada responsabilidade social que influi sobre como a instituição de ensino interage com a comunidade local; desta dimensão há um subitem chamado sociedade. Já havia sido criado um fórum de responsabilidade social que ocorria dentro do SENAI / CTAI, onde eram discutidas todas as ações de interação com o bairro Saco Grande, com os colaboradores, com os alunos, portanto já executavam um trabalho na área. Então, com a abertura de um fórum para comunidade, aproveitaram o fórum já existente e convidaram as pessoas para participar do, então, fórum do bairro.

⁵⁷ Informações extraídas da entrevista realizada com M.C.L.S. e M.A.B. em 11/5/2007.

⁵⁸ Informações extraídas da entrevista realizada com D.C.Z. em 11/5/2007.

Durante o período de análise da trajetória do FSSG, compreendido entre setembro de 2005 a dezembro de 2006 e conforme dados extraídos do cruzamento das listas de presença e memória das reuniões, aconteceram aproximadamente 38 reuniões. Abaixo apresentaremos o mapa de três períodos com as respectivas presenças de ONG's, Conselhos e Associações de Moradores e outros⁵⁹, sendo que o semestre 2005.2 compreende os meses de setembro a dezembro de 2005; 2006.1 de fevereiro a junho de 2006; e 2006.2 de julho a dezembro de 2006.

3.1. A trajetória do Fórum Social do Saco Grande nos anos 2005 e 2006

3.1.2. O ano de 2005

Abaixo apresentamos a presença de segmentos da sociedade civil e moradores em geral, extraídos das listas de presença dos meses de setembro a dezembro de 2005, bem como a análise dos principais temas tratados no período.

⁵⁹ É importante destacar que o número de entidades presentes pode ser maior ao apresentado, pois muitos dos presentes não necessariamente se identificaram como representantes, nestas listas de presença.

Tabela 13 – Listas de presenças do período 2005.2

Entidades e moradores	Semestre 2005.2										
	Datas das reuniões										
	12/9/2005	22/9/2005	10/10/2005	17/10/2005	24/10/2005	3/11/2005	7/11/2005	21/11/2005	28/11/2005	5/12/2005	12/12/2005
ACIC	X	X	X		X	X	X	X	X		X
AMSOL			X	X		X				X	
AMVIC		X	X	X	X	X	X				
APROCOM		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Árvore da Vida					X		X		X	X	
Associação Vida Verde				X	X	X		X			
CLS	X	X	X	X	X	X	X		X		X
COMOSG	X		X	X		X	X	X	X	X	X
CONJOP			X				X	X		X	
Creche Vila Cachoeira		X									
EBB Laura Lima / APP	X	X	X			X			X	X	
EBM Donícia Maria da Costa		X	X	X	X			X		X	X
Igreja Católica / Ação Social						X		X			
Instituto Carijós	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Moradores em geral			X	X		X			X		X
Pastoral da Criança		X	X		X	X	X	X	X	X	X
Pastoral da Saúde							X				X
SENAI / CTAI	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
UFSC		X	X	X	X	X	X	X	X		X
ULS	X	X	X	X	X			X	X	X	X

FONTE: Listas de presenças e memórias do Fórum Social do Saco Grande – Setembro a Dezembro/2005.

Durante o ano de 2005, há o registro de aproximadamente onze reuniões, contando com a presença de 19 entidades e de moradores em geral. A partir dos dados da tabela 13, percebemos que das 19 entidades participantes 31,57% são governamentais (ULS, CLS, EBB Laura Lima, EBM Donícia Maria da Costa, Creche Vila Cachoeira e UFSC), 26,31% são Conselhos e Associações de Moradores (AMSOL, AMVIC, APROCOM, COMOSG, CONJOP), 21,05% são ONG's (ACIC, Instituto Carijós, Associação Vida Verde, Árvore da Vida), 15,78% são ligadas a Igreja Católica (Igreja Católica / Ação Social, Pastoral da Criança e Pastoral da Saúde) e 5,26% Serviços Sociais Autônomos⁶⁰ (SENAI / CTAI). Também constatamos que a participação de moradores em geral foi fragmentada, ainda que

⁶⁰ São todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de Direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São “entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público”, com administração e patrimônios próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedade civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias (BEM, 2004, p.68-9).

significante. Há registros da presença destes em cinco das onze listas de presenças, ou seja, em 45,45% das reuniões do período.

É importante destacarmos que em 2005 foram realizadas quatro reuniões com Instituições convidadas: CASAN, Instituto *Shopping Center* Floripa, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO e Polícia Militar.

Os principais temas tratados neste período foram: Apresentação e planejamento de ações para o Projeto de Responsabilidade Social; Elaboração do diagnóstico da realidade local com a participação da comunidade; Impacto da implantação do Floripa *Shopping* na região; Sistema viário (Audiência Pública para a apresentação das propostas do IPUF e empreendedor e elaboração de documento solicitando maiores informações sobre o sistema viário aos órgãos competentes) e Sistema de tratamento de esgoto (Saneamento básico e ETE – Saco Grande); Baixa na participação do FSSG; Avaliação das ações realizadas em 2005, pelo FSSG e CLS. Entre os temas acima citados podemos destacar como pontos que mais obtiveram repercussão neste período a elaboração do diagnóstico da região, o sistema viário, a baixa participação no FSSG e as reuniões conjuntas do FSSG e CLS.

A elaboração do diagnóstico da realidade local fez parte do Projeto de Responsabilidade Social proposto pelo SENAI / CTAI. Para garantir a participação da comunidade nesta proposta, foi realizado um processo de mobilização das lideranças, representantes de entidades e moradores em geral culminando na reunião de 22 de outubro de 2005, quando iniciam as atividades do FSSG. Esta reunião contou com a representação de aproximadamente doze entidades além de moradores. Segundo E.C.K. (informação verbal)⁶¹

Houve todo um esforço no sentido de sensibilizar as lideranças para a participação, de modo a promover maior integração dos trabalhos das diversas entidades locais, superando esta que se mostrou sempre a maior dificuldade a ser superada, o trabalho isolado, desintegrado e desarticulado.

A proposta de trabalho foi iniciada com a apresentação dos reflexos da urbanização ocorrida nas últimas décadas na região do Complexo Saco Grande, através de dados cedidos pela ULS e registro fotográfico da década de 1950 aos anos 2004, abrindo para a proposta de diagnóstico com a pergunta: Como você vê seu bairro hoje?

Este também foi um tema destacado nas entrevistas realizadas com lideranças e representantes de entidades como um dos momentos mais importantes do FSSG, no ano de

⁶¹ Informações extraídas da entrevista realizada com E.C.K. em 17/6/2007.

2005. Segundo E. C. K. (informação verbal)⁶² “a elaboração de diagnóstico participativo promoveu o entendimento de que ‘problema de um é problema de todos’ e, portanto para a solução só com ações coletivas”. É importante mencionarmos que os presentes levantaram os problemas de suas micro-regiões podendo-se observar as diferenças e semelhanças entre as micro-regiões que compõem o Complexo Saco Grande, proporcionando uma leitura comunitária da realidade local. Interessante ressaltarmos ainda o universo de compreensão em relação à linguagem adotada, pois, segundo D.C.Z. (informação verbal)⁶³

Aí falavam em diagnóstico, diagnóstico. Eu não achava que era certo. Vamos fazer o diagnóstico da comunidade. Diagnóstico pra mim é coisa de doente. Mas tudo bem, eu fiquei calada e assim fui levando. Mas depois eu entendi o que era diagnóstico, nos grupos, e ali a gente entendeu.

O trabalho para a elaboração do diagnóstico se deu em pequenos grupos, perpassando inicialmente pelo entendimento da proposta, para então prosseguir a leitura da realidade, pois, o processo de diagnóstico participativo

implica que a comunidade vai se [capacitando], através de sua participação, para descrever e explicar sua realidade, para perceber a realidade através de intercâmbio de pontos de vista e emergência de novos aspectos, para buscar as causas, leis e as teorias explicativas de um determinado fenômeno, para determinar as necessidades prioritárias e, finalmente, os objetivos e os meios para satisfazê-las, superando os problemas que a realidade apresenta (SIRVENT, 1984, p.53)

Sendo assim, apresentamos a síntese do diagnóstico participativo, presente na memória de reunião do FSSG, em 22 de setembro de 2005.

Necessidade de ações de profissionalização; Inexistência de áreas de lazer; Aumento da violência; Incremento no uso e tráfico de drogas; Aumento de gravidez na adolescência; Questão ambiental: áreas verdes ocupadas desordenadamente; Considerar áreas para turismo ecológico (trilhas, cachoeiras); Necessidade de local adequado para prática de esportes; Problemas no transporte (sistema precário e sugestão de transporte ferroviário); Repensar mobilidade e acessibilidade; Problemas de drenagem; Ausência de infra-estrutura; Necessidade de saneamento no bairro como um todo e soluções para o sistema de tratamento do CHVC; Entidades desinformadas e desarticuladas; Falta de vagas nas creches; Muitos casos de violência doméstica; Agressividade infantil como consequência das relações familiares; Rotatividade de moradores e consequente dificuldade de trabalho efetivo junto à família; Necessidade de projetos de estímulo às famílias; Falta de estrutura na Comunidade Sol Nascente (solicita-se creche); Ausência de responsabilidades da família; Falta de entendimento do papel do poder

⁶² Informações extraídas da entrevista realizada com E.C.K. em 17/6/2007.

⁶³ Informações extraídas da entrevista realizada com D.C.Z. em 11/5/2007.

público; Grande número de crianças de baixo peso; Necessidade de “reforçar ou criar” uma rede de entidades do bairro (colegiado das entidades); Falta de responsabilidade coletiva e superação do individualismo; Eleição do Conselho Municipal de Saúde; Realização das reuniões do FSSG conjuntas ao CLS.

É fato que o diagnóstico participativo proporcionou uma leitura comunitária da realidade local, suscitando a reflexão e proposição de ações coletivas que perpassaram toda a trajetória do FSSG, em 2005 e 2006.

O segundo ponto surgiu com maior intensidade a partir da Audiência Pública, realizada em outubro de 2005 na sede da APROCOM; refere-se à questão do sistema viário. Esta audiência teve como objetivo esclarecer os moradores do Complexo Saco Grande e interessados as propostas de alteração do sistema viário elaboradas pelo IPUF e Incorporadora de Floripa *Shopping*.

Consta na documentação do FSSG que foram trazidos moradores de outras localidades, por um vereador, com o objetivo de tumultuar a audiência, acrescido a isto, as propostas apresentadas em linguagem técnica dificultaram a compreensão dos presentes, além de que lideranças e moradores presentes quando se pronunciavam eram vaiados. Tal situação causou grande indignação.

Mediante incompreensão das propostas apresentadas na Audiência Pública, o FSSG solicita uma nova reunião e com maior abrangência de órgãos públicos presentes, para tanto, foram convidados o IPUF, CASAN, IBAMA, Instituto *Shopping Center* Floripa e UFECO para nova apresentação das propostas sobre o sistema viário. No entanto, contou-se somente com as presenças da UFECO, que viria a apresentar um documento que anularia a audiência pública, e do Instituto *Shopping Center* Floripa. A apresentação das propostas sobre o sistema viário foi realizada pelo Arquiteto Eduardo Castells (UFSC).

A partir da apresentação das novas propostas de alteração do sistema viário, foi organizada uma comissão para a elaboração de documento, com o registro das exigências das lideranças, representantes de entidades e moradores em geral discutidas na circunstancia. Este documento foi lido e aprovado em reunião do FSSG e CLS. Contudo não há notas de retorno dos órgãos competentes sobre a demanda do FSSG.

No final de 2005, era evidente a ausência de lideranças, representantes de entidades e moradores em geral nas reuniões do FSSG e do CLS. Nos documentos do FSSG encontramos o questionamento sobre o papel das Associações e Conselhos de Moradores em relação à representação destes no FSSG. São levantadas questões como: o excesso de reuniões, não só do FSSG, mas de outros espaços de organização popular, uma vez que são poucos os

representantes de entidades nos diversos espaços de participação e controle social. Também não podemos deixar de mencionar o envolvimento destes com a organização dos festejos de final de ano, o que os sobrecarrega ainda mais.

Sobre a evasão nas reuniões do FSSG, R.B.Z.M. afirma que

algumas pessoas acabaram se perdendo porque sabiam que as reuniões eram no SENAI. Depois já não sabiam qual era o local, o outro aspecto foi o desgaste do grupo que tentou resolver as problemáticas apontadas, sem tentar desenvolver uma proposta de trabalho. E por fim, foi ter unido a reunião do fórum com a reunião do CLS; acredito que foi o maior erro, pois, como já havia dito, não conseguíamos concluir nem a nossa e nem a pauta deles, e com isso as pessoas foram se afastando, sendo que as pessoas mais otimistas continuaram a participar porque havia uma proposta de trabalho. Também foram agregadas outras pessoas, o Fórum é rico de representantes, de várias organizações. A partir de agora será dado mais ênfase para o trabalho dentro da proposta [do Projeto de Responsabilidade Social], (informação verbal)⁶⁴.

A partir do exposto, percebemos três fatores que explicariam a baixa na participação: a mudança de espaço nas reuniões do FSSG; o desejo de mudança do foco do Projeto de Responsabilidade Social; e por fim as reuniões do FSSG e CLS em conjunto.

Quanto à mudança do local das reuniões, consta na documentação do FSSG, que estas alternaram-se entre os auditórios do SENAI / CTAI e da ULS. Contudo há registros que ao final das reuniões eram expostas à data e o local da próxima reunião, o que nos leva a considerar a rotatividade de participantes no FSSG, onde nem sempre as informações eram repassadas.

O segundo fator diz respeito ao desejo de mudança do foco do Projeto de Responsabilidade Social, reorientando as ações em função das demandas apontadas no diagnóstico participativo. Podemos atribuir como um dos fatores precursores para este processo o impacto da implantação do Floripa *Shopping* e a primeira reunião realizada com as SMO e SMHSA. Esta mudança de foco atingiu principalmente a relação SENAI / CTAI e FSSG⁶⁵.

O último fator exposto trata das reuniões conjuntas do FSSG e CLS dos sujeitos envolvidos. Os registros apontam que esta junção proporcionou a ampliação da participação. No entanto, não houve planejamento para as reuniões, as quais tiveram apenas a pauta dividida entre os assuntos do CLS e FSSG, resultando muitas vezes na sobreposição de temas o que produziu discussões fragmentadas e com pouca clareza da distinção política destes dois

⁶⁴ Informações extraídas da entrevista realizada pela monitoras das disciplinas DSS5135 e 5166, Débora Martini e Raquel Szymczak Fachin, em 07 de fevereiro de 2006.

⁶⁵ Esta questão será trabalhada na análise do semestre 2006.1, no capítulo 3.1.2.

espaços. Esta junção propiciou apenas um processo inicial de aproximação entre a esfera e espaço públicos e de fortalecimento do FSSG. Segundo Martini (2006, p.65):

O FSSG e o CLS atuaram juntos durante os meses de setembro a dezembro de 2005 defendendo os interesses do bairro nos assuntos relacionados ao *Floripa Shopping* que estava sendo construído no bairro (inaugurado em novembro de 2006) e nos assuntos relacionados à saúde dos moradores.

A última reunião realizada em dezembro de 2005, tratou da avaliação das ações desenvolvidas por estes dois espaços de participação e controle social, um dos pontos levantados foi à necessidade separação das reuniões do FSSG e do CLS. A proposta inicial era para que o CLS fizesse um planejamento para participar do FSSG, sem que “se misturassem” as ações do FSSG com as ações do CLS. Entretanto, havia os que não concordavam com a proposta de separação. O argumento usado para a não separação expresso na fala do Conselheiro R.C.V.⁶⁶, foi que “o FSSG e o CLS querem a mesma coisa [tem os mesmos objetivos] e por isso devem permanecer juntos”. No entanto, optou-se pela separação, sendo que o CLS ficou com uma parte restrita a assuntos relacionados à ULS e a relação saúde-doença, enquanto o FSSG trataria de temas levantados no diagnóstico participativo.

Através dos estudos⁶⁷ de Martini, Fachin e Ribeiro (2007) podemos perceber que a separação das duas instâncias enfraqueceu o CLS; a união destes espaços tratava de um processo inicial de aproximação e articulação das lutas de reinvenção do espaço e esfera pública.

Percebemos a partir dos temas aqui destacados, os avanços e dificuldades vivenciadas pelo FSSG neste primeiro momento de sua criação. Entre os avanços está à elaboração do diagnóstico participativo, que levou ao entendimento do sentido de luta coletiva; a questão do sistema viário foi importante no processo de fortalecimento do FSSG como espaço público no seu efetivo papel de controle do poder local; a união do CLS e FSSG pode ser considerada um avanço rumo à articulação da esfera e espaços públicos. Contudo, sua cisão fragilizou este processo, tendo reflexos na caminhada desenvolvida em ambos os espaços, ao longo de 2006.

⁶⁶ Memória de reunião registrada, por escrito, de 12/12/2005.

⁶⁷ Ver também Martini (2006).

3.1.2. O primeiro semestre de 2006

O primeiro semestre de 2006 será iniciado com a separação entre o CLS e o FSSG. Abaixo será apresentada a presença das entidades, grupos organizados e moradores em geral do referente período e, bem como, a análise dos principais temas tratados.

Tabela 14 – Listas de Presenças do período 2006.1

Semestre 2006.1												
Entidades e moradores	Datas das reuniões											
	20/2/2006	6/3/2006	13/3/2006	27/3/2006	3/4/2006	10/4/2006	24/4/2006	8/5/2006	22/5/2006	29/5/2006	5/6/2006	12/6/2006
APROCOM	X	X	X	X		X	X	X	X	X		
Árvore da Vida			X									
Associação Vida Verde						X						
CLS		X	X		X	X	X	X		X	X	X
COMOSG	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Condomínio Central Park			X	X	X	X	X				X	X
CONJOP			X	X			X			X		
EBB Laura Lima / APP	X		X									
Cooperativa Mãos na Mata	X			X								
Instituto Carijós	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Moradores em geral	X	X	X	X		X	X	X		X		
Pastoral da Criança	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pastoral da Saúde	X		X	X				X		X	X	X
SENAI / CTAI	X	X										
UFECO						X				X		
UFSC	X	X	X	X	X	X			X			X
ULS			X						X	X		

FONTE: Listas de presenças e memórias do Fórum Social do Saco Grande – Fevereiro a Junho/2006.

Durante o primeiro semestre de 2006 verificamos a participação de 19 entidades e de moradores em geral. Segundo a tabela 14, percebemos que entre as 19 entidades presentes 31,57% são ONG's (ACIC, Instituto Carijós, Associação Vida Verde, Árvore Vida, UFECO, Cooperativa Mãos na Mata), 26,31% são Conselhos e Associações de Moradores (AMSOL, AMVIC, APROCOM, COMOSG, CONJOP), 21,05% são governamentais (ULS, CLS, EBB Laura Lima, e UFSC), 10,52% são ligadas a Igreja Católica (Pastoral da Criança e Pastoral da Saúde, 5,26% são condomínio residencial particular (Condomínio Central Park) e 5,26% Serviços Sociais Autônomos (SENAI / CTAI). A presença de moradores em geral neste

período foi intensificada, pois das doze listas de presença, encontramos a presença destes em oito, ou seja, participaram em 66,6% das reuniões.

Neste primeiro semestre de 2006 foram realizadas duas reuniões com entidades convidadas: UFECA, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA / PMF.

Os principais temas trabalhados foram: envio de carnês de IPTU pela PMF às famílias do CHVC; Alteração na agenda de trabalho do FSSG; Participação das lideranças, representantes de entidades e moradores em geral nas reuniões; Ocupação ilegal e desordenada de áreas de preservação da região; Visita realizada por Comissão eleita no FSSG e relato fotográfico da Rua Belo Horizonte; Apresentação do projeto de intervenção junto as Associações, Conselhos de Moradores e FSSG do DSS / UFSC; Diagnóstico ambiental da região do Saco Grande; Plano Diretor Participativo; Reunião com as SMO e SMHSA sobre o crescimento populacional do Complexo Saco Grande; Sistema de tratamento de esgoto; afastamento do SENAI / CTAI das reuniões do FSSG; Fechamento do 3º turno da ULS; Participação no Fórum da Cidade; Proposta de formação de uma Unidade Executora. Podemos destacar como temas que mais mobilizaram o FSSG a questão do envio dos carnês de IPTU aos moradores do CHVC e a reunião com SMO e SMHSA, além da mudança definitiva do espaço das reuniões do FSSG para o auditório da ULS.

Sobre a questão da emissão de carnês de IPTU pela PMF às famílias⁶⁸ do CHVC, consta na documentação do FSSG, que moradores do CHVC compareceram a reunião do CLS, pois haviam sido informados que naquela reunião seria resolvida esta questão. Entretanto, a compreensão de alguns Conselheiros era de que o tema era algo que dizia respeito ao FSSG, e encaminharam os moradores a este.

No FSSG, estes moradores são informados sobre a Lei Complementar nº. 021/98⁶⁹ que isenta do pagamento do IPTU as residências com área construída de até 70m² e que para

⁶⁸ É importante destacar trata-se de famílias que, na sua maioria, são catadores de papelão e não possuem renda fixa.

⁶⁹ Referente ao direito do cidadão à isenção total ou parcial dos tributos devidos desde que atendam a situação prevista na lei para concessão de tal benefício, desde que o imóvel tenha área construída de até 70m². OBS.: III – (Redação da LC 021/98, em vigor a partir da publicação em 13/05/98) – O imóvel uni familiar, único de propriedade ou posse a qualquer título do sujeito passivo da obrigação tributária, enquanto por ele ocupada como moradia, cuja área construída da unidade não ultrapasse a 70m² (setenta metros quadrados) e o valor territorial, no exercício de 1997, não seja superior a R\$ 6.545,52 (seis mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos); (ver art. 479 I). Forma de Solicitar: Pessoalmente ou por intermédio de terceiros, portando CPF e RG, em qualquer Unidade Pró-Cidadão. Documentos Necessários: Título de Propriedade ou Posse (Escritura ou Contrato de Compra e Venda passado no registro de Imóveis); Declaração de que possui somente a propriedade onde reside com uma ou mais edificações (especificar) com área até 70m² e valor venal =< R\$6.545,52 (seis mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos); Certidão de Casamento; Carnê do IPTU ou

solicitar a isenção deveriam apresentar a documentação / contrato da residência. No entanto, até aquele momento as famílias removidas, apenas haviam assinado o contrato com a PMF, não recebendo a documentação referente à residência.

Dando encaminhamento a questão do IPTU, foi elaborado um documento em nome do FSSG, junto com um abaixo-assinado, solicitando coletivamente a isenção do IPTU para as residências do CHVC. Entretanto quando enviado ao Pró-Cidadão foi solicitado que tal questão fosse encaminhada diretamente a SMHSA, que por sua vez, informou que o pedido de isenção deveria ser feito individualmente. Essa questão arrolou por todo o semestre. Não encontramos nos registros do FSSG informações que indiquem o desfecho da questão do IPTU do CHVC.

A partir da questão do IPTU, podemos levantar dois pontos de reflexão. O primeiro trata de como esta questão chegou ao FSSG, o segundo, da relação entre a PMF e as famílias removidas para o CHVC.

O encaminhamento desta questão ao FSSG retrata a divisão de pautas entre CLS e FSSG decorrente da cisão destes espaços públicos de controle social. Segundo Martini (2006, p.76) esta “divisão” de pauta e de agenda conjuntas enfraqueceu e mesmo limitou as ações do CLS, fazendo com que este perdesse de vista os fatores determinantes de saúde. Por sua vez o FSSG passou a ser procurado por Associações e Conselhos de Moradores, ONG’s, moradores em geral e demais segmentos organizados para que fossem garantidas as demandas do Complexo Saco Grande, legitimando-se enquanto um espaço público de participação e controle social.

Quando analisamos a relação entre a PMF e as famílias removidas para o CHVC, percebemos as estratégias do Poder Público em desmobilizar a luta coletiva por direitos, mediante a solicitação imperativa de que as famílias entrassem com o processo individualmente. Também, notamos que o FSSG passa a adquirir visibilidade junto ao poder local, através de suas ações.

O segundo ponto a ser destacado neste primeiro semestre de 2006 refere-se à reunião realizada com as SMO e SMHSA. Esta reunião surgiu da discussão sobre o crescimento desordenado na região. Consta na documentação do FSSG a elaboração de um documento, adensado da elaboração de novo diagnóstico, das demandas urgentes do Complexo Saco Grande. Este foi apresentado aos representantes das Secretarias Municipais e solicitado informações sobre possíveis obras previstas para a região. Os representantes das Secretarias

Municipais, por sua vez, informaram da impossibilidade orçamentária de efetuar as reivindicações e solicitam que os presentes elessem três prioridades, proposta esta recusada pelo FSSG.

Esta reunião também foi destacada como um dos momentos mais importantes do FSSG, pelas lideranças entrevistadas. Segundo M.C.L.S. e M.A.B. (informação verbal)⁷⁰ o momento mais importante foi “a vinda dos políticos na ACIC, quando estes ouviram a comunidade, mas não cumpriram o que prometeram. Nos sentimos lisonjeadas em acompanhar um político para conhecer a região, mas não cumpriram o que prometeram”. D.C.Z. (informação verbal)⁷¹ reforça o não cumprimento das promessas

A reunião com os representantes das secretarias lá na ACIC, algumas promessas foram feitas, mas ninguém sabe se foram cumpridas ou não. Eu acho que têm que ser avaliado as coisas. Ao invés de ser um monte de coisas, tem que ser uma coisa de cada vez. É mas eles também ficam meio assim, porque é uma equipe muito grande [...]. Depois do diagnóstico, fulano de tal veio, [...] daí ouviu as reivindicações, vamos agora cobrar isso aí. Vamos ver se esta sendo feito, vamos cobrar, e aquilo vai ficando pra trás, entendesse? A gente não sabe, não dá pra saber.

Percebemos que a partir da reunião realizada entre SMO / SMHSA há definitivamente a reorientação na agenda da luta do FSSG. Consta na documentação do FSSG, já em fevereiro, que em virtude de problemas que surgiram, o Fórum parou com a elaboração do Projeto de Responsabilidade Social para dar encaminhamento as demandas efetivas e urgentes da região, como a discussão do sistema viário e sistema de tratamento de esgoto, em função da instalação do Floripa *Shopping*. No entanto, a discussão sobre a agenda de trabalho do FSSG foi uma constante neste período, oscilando entre propostas de espaços para o planejamento das três macro-ações demandas apontadas pelas lideranças, face às necessidades do Complexo Saco Grande. Percebemos que a partir desta reunião os encaminhamentos para as demandas da região foi predominante. Também é neste momento que surge uma proposta de criação de uma Unidade Executora, sugerida pelo Instituto Carijós.

A Unidade Executora, segundo E.C.K. (informação verbal)⁷² seria uma via de aproximação ou possibilidade de uma linha de comunicação direta junto a PMF, sob a compreensão de que é um direito do cidadão participar da cidade e exercer o papel de controle das políticas públicas. Esta foi uma proposição feita pelo Instituto Carijós, que ao longo de

⁷⁰ Informações extraídas da entrevista realizada com M.C.L.S. e M.A.B. em 11/5/2007.

⁷¹ Informações extraídas da entrevista realizada com M.C.L.S. e M.A.B. em 11/5/2007.

⁷² Informações extraídas da entrevista realizada com E.C.K. em 17/6/2007.

tudo o ano de 2006 não só assumiu o papel de coordenação do FSSG como deu a direção política.

A alteração da agenda do Fórum provoca o afastamento do SENAI / CTAI das reuniões do FSSG. Encontramos registros na memória de reunião⁷³, informando que a transferência da reunião com as Secretarias Municipais para a ACIC, que se deu, em parte, porque o SENAI / CTAI não assinou o ofício de convite, bem como não disponibilizou o uso de seu auditório para a reunião. Consta em entrevista (informação verbal)⁷⁴ com a coordenadora do Projeto de Responsabilidade Social do SENAI / CTAI, que o mesmo poderia participar das campanhas promovidas pela comunidade, estar envolvido diretamente, mas, não estar à frente de ações que tivessem “dimensão política”. Consta ainda na documentação do FSSG que em relação ao afastamento do SENAI / CTAI, os participantes do FSSG chegam à conclusão que o SENAI / CTAI tinha interesse exclusivo no Projeto de Responsabilidade Social, mas quando houve a necessidade de cobranças do Poder Público, ações efetivas no bairro, eles deixaram de se envolver. Há o registro que o SENAI / CTAI fora procurado pela coordenação do FSSG, mas não há notas de esclarecimento sobre o desfecho do encontro. Com a saída do SENAI / CTAI, o Instituto Carijós assume a coordenação das reuniões do FSSG. Aqui se imprime uma outra direção política.

O terceiro ponto a ser tratado refere-se à mudança definitiva do espaço das reuniões do FSSG para o auditório da ULS. Esta mudança gerou polêmica, pois, com o afastamento do SENAI / CTAI este deixa de ceder o espaço do auditório para as reuniões. A população passa a entender que deveriam ocupar o auditório da ULS, sob a ênfase de ocupar espaços públicos. Esta tomada de decisão foi importante, o uso do auditório da ULS se configuraria em um “espaço democrático” para as reuniões, pois, não há a valorização do espaço de uma das entidades em detrimento das outras.

Percebemos que a partir de 2006, lideranças, moradores e representantes de entidades locais estabeleceram como estratégia de ação coletiva a luta pelo direito a cidade, principalmente, com o início da discussão sobre o sistema viário e o impacto da implantação do Floripa *Shopping* na região. Assim, o FSSG vai se consolidando e se legitimando enquanto um espaço público de participação e controle social, por meio da ação coletiva de lideranças, moradores e representantes de entidades locais. Percebemos tanto a presença de práticas políticas que defendiam a construção de um processo democrático participativo, quanto

⁷³ Memória de reunião registrada, por escrito, de 8/5/2006.

⁷⁴ Informações extraídas da entrevista realizada pela monitoras das disciplinas DSS5135 e 5166, Débora Martini e Raquel Szymczak Fachin, em 07 de fevereiro de 2006.

participantes com perspectivas individualistas e / ou corporativas, ações fragmentadas, com influência político-partidária e relações de disputa de poder.

3.1.3. Segundo semestre de 2006

Aqui também destacamos as presenças de lideranças, representantes locais e moradores em geral e principais temas tratados no segundo semestre de 2006.

Tabela 15 – Listas de presenças do período 2006.2

Tabela 10 - Análise de presença das entidades do período 2006.2																		
Entidades e moradores	Semestre 2006.2																	
	Datas das reuniões																	
	3/7/2006	10/7/2006	13/7/2006	31/7/2006	7/8/2006	14/8/2006	21/8/2006	4/9/2006	11/9/2006	25/9/2006	21/10/2006	9/10/2006	23/10/2006	30/10/2006	6/11/2006	13/11/2006	27/11/2006	4/12/2006
AMSOL	X	X	X			X	X	X	X									
AMVIC											X	X	X	X	X	X	X	X
APROCOM	X			X	X			X	X					X	X	X	X	X
Árvore da Vida									X	X	X							
Associação Vida Verde			X															
CLS	X	X	X		X	X		X		X	X			X	X	X	X	X
COMOSG	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X				X	X	X	X
Condomínio Central Park	X	X		X	X		X		X	X		X	X			X	X	X
CONJOP					X	X	X											
Creche Vila Cachoeira																X	X	X
EBM Donícia Maria da Costa															X	X		
Cooperativa Mãos na Mata	X																	
Instituto Carijós	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Moradores em geral	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X
Pastoral da Criança	X	X			X		X			X	X		X	X	X	X	X	X
Pastoral da Saúde	X	X			X		X			X	X	X	X	X	X	X		X
UFSC	X	X		X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X
ULS								X		X	X		X	X		X		

FONTE: Listas de presenças e memória do Fórum Social do Saco Grande – Julho a Dezembro/2006.

No segundo semestre de 2006, verificamos a participação de 18 entidades além dos moradores em geral. Entre estas 18 entidades podemos destacar que 27,77% são Conselhos e Associações de Moradores (AMSOL, AMVIC, APROCOM, COMOSG, CONJOP), 27,77%

são governamentais (ULS, CLS, EBM Donícia Maria da Costa, Creche Vila Cachoeira e UFSC), 27,77% são ONG's (ACIC, Instituto Carijós, Associação Vida Verde, Árvore Vida, Cooperativa Mãos na Mata), 11,11% são ligadas a Igreja Católica (Pastoral da Criança e Pastoral da Saúde), 5,55% são condomínio residencial particular (Condomínio Central Park). Quanto à participação dos moradores em geral, percebemos o maior percentual entre os três períodos, das dezoito listas de presença consultadas estiveram presentes em quinze, ou seja, 83,33% das reuniões.

Este período foi marcado por cinco reuniões com entidades convidadas: CASAN, COMCAP, IBAMA, FMMC, SMHSA / PMF e SMO / PMF.

Os principais temas tratados neste período foram: segunda reunião com a SMO e SMHSA; IPTU para o CHVC; Projeto Habitar (SMHSA); 3º turno da ULS; Sistema Viário; Sistema de tratamento de esgoto; Reunião com a CASAN; elaboração de documento e diagnóstico para a audiência pública sobre Lei Orçamentária Anual – 2007; Audiência de Prestação de Contas (TAJ); Unidade Executora; Evasão do FSSG; Eleição da diretoria da EBM. Donícia Maria da Costa; Termo de uso do Centro de Educação e Cidadania Ambiental (CECA); Audiência pública sobre o PDP; Avaliação das ações de 2006.

Entre os temas acima citados podemos destacar como os pontos que mais obtiveram repercussão neste período a segunda reunião com a SMO e SMHSA, a Audiência Pública para Lei Orçamentária Anual de 2007 e a evasão de lideranças no FSSG.

Após um mês da primeira reunião com as SMO e SMHSA, estas são chamadas novamente ao FSSG para prestar esclarecimentos sobre as ações da PMF na região. Nesta reunião apontaram como resposta às demandas do bairro a entrega de lajotas para calçar a via principal de uma micro-região e regulamentação de área de preservação limitada. Tratava-se tão somente de ações que não dependiam do Orçamento Público previstas no ano. Informaram que no Orçamento Público há previsão para a pavimentação da Rua Maurícia Laureano.

Os representantes das Secretarias Municipais ainda trouxeram a apresentação do diagnóstico do Projeto Habitar, o que em um primeiro momento deixou os presentes apreensivos da possibilidade de construção de um conjunto habitacional na região pela PMF. Assim, a apresentação do Projeto Habitar⁷⁵ foi tema de uma nova reunião.

As demandas atendidas pelas Secretarias Municipais tratavam-se de demandas antigas, já reivindicadas pela Associação de Moradores, há vários anos, que não entendiam tal

⁷⁵ Consta na documentação do FSSG que o Projeto Habitar (SMHSA / PMF) tinha por objetivo diagnosticar a área para hierarquizar os assentamentos subnormais, para redefinir as regras do parcelamento do solo, bem como o uso e ocupação do mesmo, entre outros.

resposta como contribuição do FSSG. Contudo, não se pode negar que as demandas quando coletivizadas ganham maior visibilidade e poder de pressão frente ao Poder Público. Desta forma, entendemos que esta focalização no atendimento de demandas, conjuntamente a disputas internas pelo poder e a influência político-partidária, contribuíram para o afastamento de lideranças das reuniões do FSSG.

Portanto, não se pode negar que a focalização no atendimento das demandas por parte da PMF tratou-se de uma estratégia de desmobilização do FSSG, visto que um processo de construção democrática se faz na contramão dos interesses do poder local.

O segundo tema refere-se à Audiência Pública, realizada na Câmara de Vereadores, para a apresentação da Lei Orçamentária Anual – 2007 (LOA – 2007).

A ida para esta audiência surgiu a partir da tentativa de incorporar ao Orçamento Público do ano seguinte as demandas do Complexo Saco Grande. Como o prazo de envio das propostas de orçamento para as Secretarias Municipais já havia se esgotado, visualizou-se o acesso ao orçamento via audiência pública da LOA – 2007, realizada na Câmara Municipal de Florianópolis (CMF). Para tanto, durante reuniões do FSSG foi elaborado um documento (anexo M) com as demandas do Complexo Saco Grande. Este foi lido e entregue cada vereador durante a audiência pública. A participação e a organização dos participantes do FSSG na audiência pública foram elogiadas por outros representantes de entidades presentes, como a UFECO e CLS dos Ingleses, que também se fizeram presentes, trazendo demandas.

Consta na documentação do FSSG que os participantes em processo associativo, destacaram dois pontos em relação à audiência pública. O primeiro que a CMF deveria possuir melhores condições de infra-estrutura para receber a população; e o segundo ponto foi a única obra prevista para a região: o anel viário no bairro Monte Verde, orçado em R\$ 190.000,00 que efetivamente respondia muito mais aos interesses do *Floripa Shopping*.

A presença do FSSG, com o objetivo de incorporar as demandas do Complexo Saco Grande ao Orçamento Público foi positiva, pois, propiciou a visibilidade pública de sua organização política e a luta deste espaço público, no exercício do controle social.

O terceiro ponto refere-se ao esvaziamento das reuniões no decorrer deste segundo semestre de 2006. Em análise da documentação deste período, percebemos que o processo de mobilização foi quase nulo, salvo para reuniões com entidades convidadas e audiência pública. Vale destacarmos que, entre os encaminhamentos das reuniões há o registro da necessidade de elaboração de um jornal/informativo do FSSG para a comunidade, mas que não materializado, o que demonstra a preocupação dos presentes com a divulgação do FSSG enquanto um espaço público de participação e controle social.

A baixa na participação também atinge as reuniões do CLS, sendo que neste período encontramos registros de que discussões sobre saúde e assuntos relativos ao funcionamento da ULS passaram a estar mais presentes nas reuniões do FSSG.

Encontramos, também, registros na memória de reuniões do FSSG das hipóteses levantadas pelos participantes quanto à baixa participação no período: “algumas pessoas [...] não participavam das reuniões, pois achavam que após a construção do Floripa *Shopping* estas reuniões cessariam” (M.A.B.); Outra hipótese é “o envolvimento destes com questões partidárias e, assim, estas questões os ocupam muito na época atual em função das eleições” (E.C.K). A última hipótese

é pelo fato de que muitos destes se acostumaram a buscar propostas para seus problemas de forma simples e sem esforços, como, por exemplo, receber algo de um político ou de um padrinho. Com isso esses sujeitos acreditam que nas reuniões do Fórum não receberão os seus benefícios de forma clientelista, e, além disso, nessas reuniões terão que lutar pelos seus direitos de tal maneira que exigirá muitos esforços (J.P.A.).

Percebemos que estas hipóteses destacam influência da política partidária e de práticas clientelistas, além da concepção de participação corporativa das lideranças, representantes de entidades e moradores em geral. E, por último levantamos como hipóteses “uma fragilidade política dos participantes [...]; e um reduzido grupo de militantes que gera uma repetição dos mesmos sujeitos nos diferentes espaços de intervenção política” (BRAVO, MATOS, 2006, p.179).

Em que para os elementos anteriormente destacados, percebemos que ao longo da trajetória do FSSG, nos anos 2005 e 2006, o fortalecimento de segmentos da sociedade civil, que organizados a partir das demandas cotidianas do Complexo Saco Grande, passam a lutar pelo controle das políticas públicas.

Entendemos que o FSSG ao longo de sua trajetória foi se legitimando como um espaço público de participação e controle social seguindo, ainda que muito incipiente, ao encontro do “Projeto Democracia de Massas” (BRAVO, MATOS, 2006, p.163), com destaque na lutas pela cidadania e pelo o direito a cidade.

Segundo Bravo e Matos (2006, p.163) existem dois grandes projetos societários em disputa na atual realidade brasileira: Projeto Democrático de Massas e Projeto Democracia Restrita.

Coutinho (1992), ao referir-se a esses projetos, explicita como principais características do Projeto Democracia de Massas: elevar a política do nível

econômico-corporativo para o ético-político; a existência de partidos fortes/ideológicos; movimento sindical organizado extrapolando o corporativismo. Com relação ao segundo projeto, o autor denomina-o de liberal corporativo e apresenta como características: defesa de interesses corporativos; despolitização da sociedade civil e transferência para o “terceiro setor” das responsabilidades do Estado; sindicalismo apolítico; partidos não ideológicos (BRAVO e MATOS; 2006, p.164).

Bravo e Matos (2006, p.179-180) ainda consideram que:

Para o fortalecimento do Projeto Democracia de Massas [...] é importante aprofundar as seguintes indagações: a) que outras estratégias são necessárias para a politização [de segmentos organizados da sociedade civil], visando sua inserção nas lutas mais gerais contra o capitalismo; b) como ampliar os mecanismos de participação institucionalizada (conselhos, conferências etc.) reivindicações e posturas relacionadas com as lutas gerais acima citadas; c) como recuperar, no âmbito do Serviço Social, a importância dos [processos político-organizativos] e aperfeiçoar o potencial de contribuição da profissão para o fortalecimento destes [?].

Sob esta perspectiva, os desafios enfrentados pelo FSSG circunscrevem-se tanto em relação à politização e ampliação da participação como quanto a prática de controle social pelos segmentos da sociedade civil, ali presentes. O enfrentamento destes desafios perpassa pela superação da concepção de representação e participação corporativa através da construção de um “processo contínuo de informação e formação sociopolítica que leve em conta a realidade local e sua articulação com determinantes macroeconômicos e políticos, com vistas às necessárias transformações sociais” (CORREIA, 2005, p.09). Outro ponto que não se pode deixar de citar trata do fortalecimento das entidades participantes, pois quanto mais fortes forem estas, maior será o potencial político do FSSG.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos como o maior avanço, do período em questão, a presença de diferentes segmentos da sociedade civil do Complexo Saco Grande no espaço do FSSG, nas discussões e reflexões das questões do cotidiano local, pois a partir da legitimação deste espaço estes segmentos passaram a definir a trajetória do FSSG na perspectiva do direito do acesso à cidade. Importante destacarmos que foi a partir da reflexão das demandas cotidianas e locais, e da compreensão que estas perpassam pelas questões da cidade, que a luta de direito de acesso à cidade foi incorporada como a agenda de lutas deste espaço público.

Assim, de imediato, colocamos a questão: qual o papel do Serviço Social no fortalecimento do FSSG, na perspectiva que este vem imprimindo?

Segundo Martini (2006, p.48 *apud* FONSECA, 2006), nos espaços e esferas públicas de controle social, o Assistente Social pode atuar tanto como representante dos diversos segmentos da sociedade civil ou representante do poder público; ou ainda como assessor de conselhos, fóruns populares ou de segmentos da sociedade civil, ali representados.

No FSSG o Serviço Social se faz presentes através da representação de Conselhos de Moradores (CONJOP); CLS (ACIC); ONG's (ACIC, Instituto Carijós); e Universidade (UFSC).

Entendemos que, no papel de representante, o Assistente Social é portador de um mandato atribuído pelo segmento que lhe cabe representar⁷⁶ (GOMES, 2000 *apud* MARTINI, 2006). E tem como finalidade estabelecer um canal de comunicação entre o FSSG e o segmento representado, não só através do repasse de informações, mas de troca e articulação entre as instâncias, respeitando as singularidades de cada espaço. Cabe ainda ao Assistente Social ser o facilitador do controle social e incentivador da participação social (MARTINI, 2006).

A uma destas representações, coube também o papel de coordenação do FSSG⁷⁷. Importante lembrarmos que o papel do Assistente Social na coordenação deve conciliar a

⁷⁶ O assistente social pode representar o governo, na condição de gestor, como representante de uma entidade prestadora de serviço ou do segmento dos trabalhadores. Já no âmbito da sociedade civil, o assistente social pode representar diferentes instituições/organizações.

⁷⁷ É interessante ressaltar que a proposta inicial feita pelo SENAI / CTAI ao Instituto Carijós, foi que para este realizasse assessoria ao FSSG. Percebe-se ao longo da análise documental e entrevistas que o processo de assessoria foi iniciado através das ações de mobilização dos diferentes segmentos da sociedade civil presentes no Complexo Saco Grande, seguido ao planejamento das três macro-ações propostas pelo Projeto de Responsabilidade Social. Entretanto, as mudanças efetuadas pela dinâmica do FSSG, ao privilegiar ações que

representação a uma “relação estratégica de aliança entre o profissional e os segmentos da classe trabalhadora” (FALEIROS, 2002, p.201) gerando alternativas voltadas para a garantia de direitos sociais; a partir do projeto ético-político da profissão.

No entanto, entendemos que os desafios que perpassam o FSSG incidem sobre os demais Assistentes Sociais, enquanto representantes, que envolvidos ao cotidiano de suas tarefas e atribuições definidas pelas instituições, precisam extrapolar as barreiras institucionais, para uma institucionalidade emergente e que se abre à espaços de representação, interlocução e negociação, reconhecendo como interlocutores, sujeitos até então excluídos. Trata-se de uma institucionalidade que vai se construindo entre regras formais ou informais da convivência pública, projetando os direitos como parâmetros públicos (TELLES, 1994b, p. 47-8).

O que segundo Iamamoto (1999, p.126)

requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das formas da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade.

Sob esta perspectiva entendemos que o projeto do Serviço Social em relação ao FSSG deve ter como “objetivo central a democratização e/ou socialização do conhecimento com vistas à ampliação da participação dos diversos sujeitos sociais na luta pela efetivação dos direitos sociais, considerados dever do Estado” (BRAVO, MATOS, 2006, p.169), pautado no projeto ético-político da profissão.

É preciso, portanto, avançar rumo a experiências que criem espaços de participação e controle social públicos de fato. Mas como afirma Telles (1994b, p.45)

sobretudo, ver neles [espaços públicos], ou através deles, as possibilidades de se definir as relações entre modernidade e cidadania: nesses tempos em que o apartheid social já é uma realidade, estamos diante do desafio de resgatar valores como igualdade, justiça e liberdade.

Experiências estas, que recuperem as energias criativas, coletivas e políticas destes segmentos da sociedade civil sob a ótica de uma nova institucionalização “por baixo” e por

contemplassem demandas locais, acabou por alterar o papel do Instituto Carijós, uma vez que este assume o papel de coordenador do FSSG.

estes sujeitos históricos. É esta a tarefa que para nós indica porque caminhos cabe a atuação do Assistente Social enquanto representação junto ao FSSG.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO

ARQUIVO COHAB/SC. **Conjunto Habitacional Monte Verde**. Florianópolis: Arquivo COHAB/SC, 1976; 1977; 1978; 1979; 1983; 1984; 1985; 1986; 1987; 1989.

ARQUIVO COHAB/SC. **Conjunto Habitacional Parque da Figueira**. Florianópolis: Arquivo COHAB/SC, 1980; 1981; 1982; 1983; 1984; 1986; 1987.

ARQUIVO DSS5135 e 5166. **Relatórios Finais**. Florianópolis: Arquivo DSS 5135 e 5166/CSE/UFSC, 2005; 2006.

BRASIL, Santa Catarina, Florianópolis, Secretaria Municipal do Estreito, Transportes e Obras. **Bacia Hidrográfica do Saco Grande, Jardim Figueira e Monte Verde – Canal da COHAB. Projeto de alargamento do canal**. Florianópolis: COHAB/SC, 1985.

_____, Santa Catarina, Florianópolis, Secretaria Municipal do Estreito, Transportes e Obras. Universidade Federal de Santa Catarina. Relatório do projeto e memória, justificativa. IN: _____. **Projeto final de Engenharia**. Vol.1.1. Florianópolis: COHAB/SC. Junho/1983.

COHAB/SC. **Contrato de Compra de Terreno** (Saco Grande, Florianópolis). Florianópolis: COHAB/SC, 1976.

COHAB/SC. **Contrato de Compra de Terreno** (Saco Grande, Florianópolis). Florianópolis: COHAB/SC, 1981.

COHAB/SC. **Especificações técnicas – Praça Monte Verde**. Florianópolis: COHAB/SC, Outubro/1986.

COHAB/SC. **Licitação de obras**: Recuperação do Conselho Comunitário do Conjunto Habitacional Monte Verde; Praça Monte Verde. Florianópolis: COHAB/SC, 1989.

COHAB/SC. **Memorial descritivo dos serviços para recuperação do Conselho Comunitário do Conjunto Habitacional Monte Verde – Florianópolis – SC**. Florianópolis: COHAB/SC, 1987.

COHAB/SC. **Projeto de complementação da drenagem**. (Saco Grande, Florianópolis) Florianópolis: COHAB/SC, 1979.

COHAB/SC. **Projeto de drenagem do Conjunto Habitacional Monte Verde**, Saco Grande, Florianópolis. Florianópolis: COHAB/SC, 1984.

COHAB/SC. **Projeto de recuperação do Sistema de Esgoto**. (Conjunto Habitacional Monte Verde, Saco Grande, Florianópolis). Florianópolis: COHAB/SC, 1986.

FÓRUM SOCIAL DO SACO GRANDE. **Memórias de reunião**. 2005-2006.

BIBLIOGRAFIA

- BIDARRA, Z. S. Conselhos Gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº88. São Paulo: Cortez, 2006. p. 41-58.
- BEM, L. M. de. **Serviços Sociais Autônomos**. Uma luz da lei nº.8.666/98. Vol.7º. Florianópolis: Obra Jurídica, 2004.
- Brasil. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Relatório Perfil Áreas Carentes – Ilha**, Florianópolis, julho/1993.
- BRAVO, M. I. S. Gestão democrática na saúde: o potencial dos conselhos. IN: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Orgs.) **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p.43-65
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais pelo direito à saúde. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (orgs). **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006b, p.151-183.
- CAMPOS, E. B. Assistência Social: do descontrole ao controle social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº88. São Paulo: Cortez, 2006. p.101-121.
- CAMPOS, E. T. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais**. 2004. (Mestrado em Administração) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.
- CASTRO, A. T. B. de. Espaço público e cidadania: uma introdução ao pensamento de Hannah Arendt. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº59. São Paulo: Cortez, 1999. p. 09-23.
- CARDOSO, M. N. **Desafios da Sociedade Civil para a Construção dos Espaços Públicos em Florianópolis**: Configuração, obstáculos e perspectivas da experiência do Fórum da Cidade. 2006. (Mestrado em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.
- CORRÊA, V. R. **“Nós e os outros” – o impacto das migrações e dos programas de moradia em Florianópolis: relações sociais e conflitos na ótica de moradores adultos e de jovens no bairro Saco Grande**. 2005. (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
- CORREIA, Maria Valéria da Costa. **Que controle social?** Os Conselhos de Saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DIAS, F. P. Análise susceptibilidade a deslizamentos no bairro Saco Grande, Florianópolis – SC. 2000. (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. IN: Revista Serviço Social e Sociedade, nº81. São Paulo: Cortez, 2005. p. 82-101.

FALEIROS, V. As organizações e o espaço profissional do assistente social. Katálisis v.5 nº. 2 jul./dez. 2002. Florianópolis: Editora da UFSC. p.199-201.

FERRAZ, A. T. R. Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. IN: Revista Serviço Social e Sociedade, nº88. São Paulo: Cortez, 2006. p. 41-58.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sócio-política. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Ana Lígia. Os conselhos de políticas e de direitos. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB/CEAD, 2000, p.164-172.

GUERINI, E. Metropolização e impactos sócio-ambientais em Florianópolis (1986-1996). 2000. (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

HALFPAP, D. M. Alguns fatores de deterioração social no processo produtivo num ambiente de violência urbana. 1999. (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

IAMAMOTO, M. V. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e regulação social. IN: Conselho Federal de Serviço Social CFESS; ABEPSS; CEAD-UNB. (Org.). Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. 1ª ed. Brasília: UNB/CEAD, 1999, v. 1, p. 111-128.

LOPES, L. N. A dinâmica da organização espacial na rodovia SC 401 em Florianópolis. 2005. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

MACHADO, E. V. Florianópolis: Um lugar em tempo de globalização. 2000. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2000.

MACHADO, S. M. O processo de formalização jurídico institucional dos conselhos comunitários em Santa Catarina: um caso de oposição sistemática. 1990. (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1990.

MARTINI, D. **Capacitação de conselheiros locais de saúde: a contribuição do Serviço Social**. (Graduação em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

MATOS, M. C. de. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (orgs). **Assessoria, consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p.29-61.

NOGUEIRA, M. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N. (org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 215-233.

RAICHELLIS, R. **Esfera Pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____, Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº.56, São Paulo: Cortez, 1998. p.77-96.

RIBEIRO, E. M. **Movimentos Sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90**. Florianópolis: Fundação: Boiteux, 2005.

ROSA, E. T. da. **A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano**. 2003. (Mestrado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Organizações Voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil**. Florianópolis: Insular, 1996.

SCHERER-WARREN, I. & ROSSIAUD, J. **Democratização em Florianópolis**, resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí, Editora da UNIVALI. 1999.

SILVA, M. L. C. da; WANDERLEY, M. B.; PAZ, R. D. O. da. **Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Polis/PUC SP. 2006.

SIRVENT, M. T. (org) **Educação comunitária: a experiência do Espírito Santo**. São Paulo: Editora Brasiliense.1984.

TELLES, V. S. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. IN: DAGNINO, E. (org). **Anos 90**. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994a, p. 91-102.

_____, **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. Publicações Pólis, São Paulo, v. 14, p. 43-54, 1994b.

TEIXEIRA, E. C. Conselhos de políticas públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? In: **Conselhos de gestores de políticas públicas**. São Paulo: Polis. 2000 p. 99-119.

_____, **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TONET, I. Sobre o Conceito de Sociedade Civil, IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº. 32. São Paulo: Cortez 1990. p.74-95.

ZURBA, M. Do C. **Modos de subjetivação na vida cotidiana** um estudo na Vila Cachoeira. 2003. (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

INTERNET

BRASIL, Santa Catarina. Florianópolis. Pró-Cidadão. **Isenção: IPTU** (Área construída até 70m²). Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/procidadao>> acessado em 29/06/07.

_____, Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, **Escola Estadual Básica Laura Lima**. Disponível em: <<http://sistemas.sc.gov.br/>> acessado em 06/05/2007.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. Reflexões acerca da assessoria como atribuição e competência do Assistente Social. **Revista Agora**, ano 2, nº3, dez/2005. Disponível em: www.assistentesocial.com.br Acesso em 20/06/2007.

GUIA Floripa. **Ponte Hercílio Luz**. Disponível em: <<http://www.guiafloripa.com.br>> acessado em 21/05/2007.

INSTITUTO Carijós <<http://www.institutocarijós.com.br>> acessado em: 15/05/07.

MARTINI, D; FACHIN, R. S.; RIBEIRO, E. M. A necessária articulação dos espaços de participação e controle social. IN: II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/debora_martine.pdf> acessado em 06/06/2007.

MARX, K. Glosas críticas marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um Prussiano. 1844 In: **Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>> acessado em 08/04/2007.

PIMENTA, L. F. & PIMENTA, M. de C. A. A institucionalização da precariedade: Estado e habitação popular no aglomerado urbano de Florianópolis. IN: **Scripta Nova**. Vol. IX, nº194 (49), 1 de agosto de 2005 Universidad de Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-49.htm>> acessado em 07 /04/2007.

JORNAIS

ABERTO mais um feirão comunitário na Capital. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 12/5/1984.

CÂMARA fará investigações. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 09/5/2005, p.12.

CÂMARA votará a liberação de obra. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 11/5/2005, p.15.

CAPITAL terá Centro de Formação Tecnológico. **Jornal de Santa Catarina**. Florianópolis, 12/12/1990, p.18;

CENTRO profissionalizante abre cursos no Saco Grande. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 19/10/1993.

CLÁUDIO está implantando mais 19 novos abrigos de ônibus. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 19/7/1984.

COMUNIDADE cobra infra-estrutura. **Jornal A Notícia**. Florianópolis. 24/3/2005.

COMUNIDADES Ganham Obra. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 19/11/1997. p.07.

COMUNIDADES terão estrutura para atividades de educação ambiental. **Ô Vizinho**. Informativo do Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza nº. 5. Florianópolis, janeiro / março 2007 p.5

COSTURA Industrial vai ser ensinada no Saco Grande. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 19/10/1993.

CRIANÇAS ensinam cidadania moradores do Saco Grande II chamados a não depositar lixo na rua. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 16/4/1998, p.04.

DONO de Shopping denuncia corrupção. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 07/5/2005, p.18.

EU TIVE coragem de denunciar. E você? **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. Informe publicitário. 11/5/2005, p.17

ESCLARECIMENTO carta da COMCAP. **Jornal O Estado**. Florianópolis. Seção do leitor. 19/3/1998. p.02.

FAMÍLIAS aguardam remoção com ansiedade. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 10/5/2000.

LIXO em frente a posto de saúde revolta comunidade. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 07/4/1998, p.04.

LIXO nas calçadas do SG: acúmulo de lixo revolta Saco Grande II. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 25/3/1998, p.08.

MAIS problemas no Monte Verde, mas não houve alagamento total. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 22/7/1984.

MENOR morre esmagado. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 05/5/1984.

MORADORES do Saco grande não aceitam as desapropriações. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 07/5/1985.

MORADORES do Saco Grande não agüentam mais tantos problemas. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 23/11/1984.

MORADORES do Saco Grande querem mais seguranças nas ruas. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 27/3/2003.

NA ILHA, um Centro de Formação Tecnológico. **Jornal A Notícia**. Florianópolis. 11/12/1990. p.09.

OBRAS do canal do Monte Verde terminarão no prazo previsto. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 25/6/1984.

PESQUISA identifica empreendimentos para o Saco Grande II. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 14/2/1998, p.25.

PF investiga fraudes desde 2004. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 10/5/2005, p.14-5.

RAMON Filomeno quer dois ônibus para o Saco Grande. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 16/4/1986.

RUA no Saco Grande é inaugurada por Bulcão. **Jornal Diário Catarinense**. Florianópolis. 22/4/1991.

SACO Grande II exige melhorias em todo o bairro. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 06/8/1984.

SACO Grande II reivindica melhorias. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 18/3/1998, p. 08.

SEM INFRA-ESTRUTURA, Capital ainda teme cheias. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 22/7/1984.

TJ nega liminar e mantém obras no bairro João Paulo. **Jornal A Notícia**. Florianópolis. 07/11/2003.

UM CUECÃO para o Saco Grande. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 08/05/1986.

UMA INSPEÇÃO às obras da Virgílio Várzea. **Jornal O Estado**. Florianópolis. 21/1/1981

VEREADORES vão ao Saco Grande para conhecer dificuldades. **Jornal AN Capital**. Florianópolis. 19 /3/1998. p.03.

LEIS

BRASIL. **Lei n. 10.257/2001**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm> acessado em 10/06/06.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1970**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> acessado em 15/05/2007.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1980**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> acessado em 15/05/2007.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1991**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> acessado em 15/05/2007.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 1996**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> acessado em 10/06/2007.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> acessado em 10/06/2007.

_____, Ministério Público Federal. **Termo de Acordo Judicial (TAJ)** nº. 96.00.06712-0, firmado pelo Ministério Público Federal entre Associação Amigos Pró Conservação da Estação Ecológica de Carijós (Amigos de Carijós) e a Incorporadora de Shopping Center Florianópolis, entre outros compromissados. 2005.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 1215/74**, de 31 de maio de 1974. Dispõe sobre os loteamentos urbanos, desmembramentos e arruamentos e dá outras providências. Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 1246/74**, de 19 de setembro de 1974. Institui o código de obras e edificações do município de Florianópolis. Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 1277/74**, de 05 de dezembro de 1974. Concede prazo para legalização de construções irregulares ou clandestinas, estabelece normas para sua aplicação e dá outras providências. Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 1606/78**, de 28 de agosto de 1978. Declara de Utilidade Pública a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC. Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 2139/84**, de 11 de outubro de 1984. Declara de Utilidade Pública o Conselho dos Moradores do Monte Verde (CMMV). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 3306/89**, de 07 de dezembro de 1989. Declara de Utilidade Pública a Conselho dos Moradores do Saco Grande (COMOSG). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 3417/90**, de 05 de julho de 1990. Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Parque da Figueira (AMPAF). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 3695/92**, de 07 de janeiro de 1992. Declara de Utilidade Pública a Seara Espírita Entrepasto da Fé (SEEDE). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 4472/94**, de 22 de agosto de 1994. Declara de Utilidade Pública a Associação Pró-Comunidade do Caminho da Cruz (APROCRUZ). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 4873/96**, de 10 de maio de 1996. Declara de Utilidade Pública a Associação Recreativa e Cultural Pró-Cruz. Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 5013/96**, de 19 de dezembro de 1996. Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Sol Nascente (AMSOL). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 5132/97**, de 15 de setembro de 1997. Declara de Utilidade Pública a Associação Pró-Comunidade do Monte Verde (APROCOM). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 5504/99**, de 21 de julho de 1999. Dispõe sobre a criação dos bairros no distrito sede do município de Florianópolis e dá outras providências. Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 6389/2003**, de 19 de dezembro de 2003. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Básica Donícia Maria da Costa (APP). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 6529/2004**, de 25 de agosto de 2004. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola Estadual Básica Laura Lima (APP). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

_____, Santa Catarina. Florianópolis. **Lei n. 6681/2005**, de 15 de abril de 2005. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Usuários da Água do Morro do Balão (AUMBA). Disponível em: Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br>> acessado em 26/05/2007.

ANEXOS

Anexo A



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 3306/89

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O
CONSELHO DE MORADORES DO SACO
GRANDE

Faço saber a todos os habitantes do Município de
Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou
e eu sanciono a seguinte Lei,

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública o “Conselho de Moradores do Saco Grande”,
sendo uma entidade sem fins lucrativos, com objetivo de integrar e dinamizar as ações
da Comunidade, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - A referida entidade ficam assegurados todos os benefícios e vantagens previstos em
Lei.

Art. 3º - Esta Lei Entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

D.O.E – 29.01.90

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 07 de dezembro de 1989.

ESPERIDIÃO AMIM HELOU FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo B



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 2146/84

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o “Conselho Comunitário Monte Verde”, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 13/12/80, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - À referida entidade, ficam assegurados os direitos previstos em Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

DOE – 18.10.84

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 11 de outubro de 1984.

DEPUTADO CLÁUDIO ÁVILA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo C



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 5132/97**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.**

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a “Associação Pró-Comunidade do Monte Verde – APROCOM”, entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 09 de março de 1985, com sede e foro nesta Capital.
- Art. 2º Ficam assegurados à referida entidade todos os benefícios e vantagens previstos na legislação vigente.
- Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DOE - 19.09.97

Prefeitura Municipal, em Florianópolis, aos 15 de setembro de 1997.

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

Anexo D



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 3417/90

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - PARQUE DA
FIGUEIRA - AMPAF.

Faço saber a todos os habitantes do Município de
Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou
e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação de Moradores - Parque da Figueira - AMPAF", entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 24/05/1986, destinada a congregar os moradores promovendo a união entre os mesmos, representá-los orientar e organizar reivindicações que visem o bem estar da comunidade, realizar cursos, seminários, palestras, etc., com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - A referida entidade ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstos em Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

D.O.E – 09.07.90

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 05 de julho de 1990

ANTONIO HENRIQUE BULCÃO VIANNA.
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo E



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 5013/96**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.**

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Cultural Sol Nascente", entidade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

DOE - 31.12.96

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 19 de dezembro de 1996.

SÉRGIO JOSÉ GRANDO
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo F



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 6681/2005**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA**

Faço saber a todos os habitantes do município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a “Associação dos Usuários da Água do Morro do Balão - AUAMBA”, com sede e foro em Florianópolis, fundada em 08 de novembro de 2003, sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade captação, depósito e distribuição de água a seus associados, bem como a guarda e conservação dos mananciais.

Art. 2º À referida entidade, ficam assegurados todos os direitos e todas as vantagens previstos em Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DOE – 29.04.05

Florianópolis, 15 de abril de 2005.

DÁRIO ELIAS BERGER
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo G



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 4472/94

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO PRÓ-COMUNIDADE DO
CAMINHO DA CRUZ - APROCruz.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação Pró-Comunidade do Caminho da Cruz – APROCruz”, entidade fundada em 16 de julho de 1988, tendo entre outros, o objetivo de integrar e dinamizar as ações de comunidade, aprimorando-a como agente de seu próprio desenvolvimento e tendo por sede e foro esta Capital.

Art. 2º - A esta entidade ficam reservados todos os direitos e vantagens previstos em Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

DOE – 30/08/94

Paço Municipal em Florianópolis, aos 22 de agosto de 1994.

SÉRGIO JOSÉ GRANDO

Prefeito Municipal

Anexo H



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 1606/78

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.

Faço saber a todos aos habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a “Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC”, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro nesta Cidade.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DOE. 14.09.78

Paço Municipal, em Florianópolis, em 28 de agosto de 1978.

NAGIB JABOR

PREFEITO MUNICIPAL

Anexo I



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 6529/2004**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.**

Faço saber a todos os habitantes do município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a “Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Professora Laura Lima”, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 29 de junho de 1983, com sede e foro neste Município.

Art. 2º À referida entidade, ficam assegurados todos os direitos e todas as vantagens previstas em Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DOE – 30/08/2004

Florianópolis, aos 25 de agosto de 2004.

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

Anexo J



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 6389/2003**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.**

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública municipal, a “Associação de Pais e Professores da Escola Básica Donícia Maria Costa”, entidade sem fins lucrativos, fundada em 19 de maio de 1993, com sede e foro na cidade de Florianópolis, nesta Capital.

Art. 2º Ficam assegurados à referida entidade todos os benefícios e vantagens previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DOE – 12/01/2004

Florianópolis, 19 de dezembro de 2003.

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

Anexo K



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 4873/96

DECLARA DE UTILIDADE
PÚBLICA.

Faço saber a todos os habitantes do
Município de Florianópolis, que a
Câmara de Vereadores aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Recreativa e Cultural Pró-Cruz", entidade sem fins lucrativos com sede social localizada a rua Geral do Bairro Monte Verde - Saco Grande.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

DOE - 14.06.96

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 10 de maio de 1996.

SÉRGIO JOSÉ GRANDO
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo L



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PALÁCIO DIAS VELHO

LEI Nº 3695/92

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A
“SOCIEDADE ESPÍRITA ENTREPOSTO DA FÉ –
SEEDE”.

Faço saber a todos os habitantes do Município de
Florianópolis, que a Câmara de Vereadores
aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Sociedade Espírita Entreposto da Fé –
SEEDE”, entidade civil, que tem por finalidade entre outros promover a assistência
espiritual e material à correntes, tendo por sede e foro esta Capital.

Art. 2º - A referida entidade ficam assegurados todos as vantagens e direitos previstos em Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

D.O.E – 14.01.92

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 07 de janeiro de 1992.

ANTÔNIO HENRIQUE BULCÃO VIANNA
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo M

Florianópolis, 1º de novembro de 2006.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereador Ávila, Presidente da Comissão de Orçamentos e Finanças e Tributação, Sr. Silveira, e demais cidadãos de Florianópolis aqui presentes.

Somos representantes do Fórum Social do Saco Grande, espaço público não-estatal composto por 10 (dez) Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, organizações não-governamentais como, Associação Catarinense de Integração do Cego – ACIC, Instituto Carijós, Conselho Local de Saúde, grupos organizados como, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Grupo de Jovens e organizações governamentais como, escolas, UFSC e cidadãos em geral, que representam aproximadamente 19 mil moradores da área do Saco Grande e Monte Verde.

Acompanhando as ações e recursos públicos destinados a estas áreas constatamos a inexistência de recursos para esta região no orçamento de 2006, bem como no de 2007, em discussão neste espaço.

Esta é uma região que na década de 1990 teve um crescimento de 164% enquanto a cidade, no mesmo período cresceu 34% segundo dados do IBGE. Este crescimento, nos últimos cinco anos segue na mesma direção agravando ainda mais problemas de saúde, educação, moradia, infra-estrutura urbana, segurança, dentre outros.

Também é verdade, o que aqui viemos a público denunciar, que os recursos públicos destinados a esta região são mínimos, ou inexistentes. Basta olharmos os orçamento mencionados.

Entendendo que tal situação é insustentável, exigimos a atenção do Poder Público Local para esta região, seja na esfera Legislativa como na esfera do Executivo.

Vimos, pois, nesta Audiência Pública nº. 067, solicitar e exigir à Comissão de Orçamento e à Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, que sejam efetuadas emendas na Lei Orçamentária Anula de 2007 ora em processo de aprovação; emendas estas que contemplem recursos públicos, fruto de impostos pagos por todos os munícipes, como IPTU dentre outros, para a região do Complexo Saco Grande, nas seguintes áreas:

- **Educação:** previsão de recursos públicos para: reforma da escola Municipal, ampliação da estrutura física e de vagas na creche municipal, reforma e ampliação do NEI Judith, reforma e revitalização do Projeto CECE - Parque da Figueira, ampliação de contratação de profissionais para atendimento à demanda reprimida na educação básica e infantil.
- **Infra-estrutura e obras:** previsão de recursos públicos para: asfaltamento da Rodovia Virgílio Várzea e calçadas, asfaltamento de 06 (seis) ruas secundárias do bairro, construção da Ponte da Servidão José Candido Amorin, rede de esgoto para todo o bairro do Saco Grande, reforma da área de lazer da Praça Monte Verde e construção de praça com área de lazer na área do Conselho de Moradores do Saco Grande – COMOSG.
- **Habitação:** previsão de recursos públicos para: implantação do Projeto Habitar Brasil – BID nas áreas do Sol Nascente, Pedra do Balão e altos do Loteamento João Gonzaga da Costa.

- **Saúde:** previsão de recursos públicos para: construção de uma Unidade Básica de Saúde.

- **Trabalho:** previsão de recursos públicos destinados a uma efetiva política de geração de trabalho e renda.

Sem mais, subscrevemo-nos.
